DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E O CAPITAL SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PAULA REGINA DE JESUS PINSETTA PAVARINA

Tese apresentada à Escola Superior de
Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade
de São Paulo, para obtenção do título de
Doutor em Ciências, Área de Concentração:
Economia Aplicada.

P I R A C I C A B A

Estado de São Paulo - Brasil

Novembro – 2003

**DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E O
CAPITAL SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

PAULA REGINA DE JESUS PINSETTA PAVARINA

Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. **FERNANDO CURI PERES**

Tese apresentada à Escola Superior de
Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade
de São Paulo, para obtenção do título de
Doutor em Ciências, Área de Concentração:
Economia Aplicada.

P I R A C I C A B A

Estado de São Paulo – Brasil

Novembro – 2003

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP

Pavarina, Paula Regina de Jesus Pinsetta

Desenvolvimento, crescimento econômico e o capital social do
estado de São Paulo / Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina. - -
Piracicaba, 2003.

164 p.

Tese (doutorado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2003.
Bibliografia.

1. Análise fatorial 2. Capital social 3. Crescimento econômico 4.
Desenvolvimento econômico 5. Geografia econômica 6. Modelos
matemáticos 7. Renda familiar I. Título

CDD 338.9

“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor”

Este trabalho é dedicado à memória de meus avós Josephina e Antônio Domingos Pinsetta: “o valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis (FP)”.

Esta pesquisa é, também, uma retribuição ao carinho e ao incentivo que recebi de meus pais, Oscar e Vera, e de meus irmãos Silvia Maria e Oscar Fábio: o apoio que sempre me foi dado, me fez querer ser uma pessoa melhor.

Dedico também a Daltro Cella, meu amigo e companheiro de todas as horas, meu amado para sempre: “se eu pudesse agradecer o bem que me fez e as vitórias que me ajudou a conseguir, teria que escolher as mais sublimes palavras (WS)”.

AGRADECIMENTOS

Infinitas graças a Deus pela vida e pela oportunidade de poder, com este trabalho, louvar e compreender os desígnios de Sua infinita sabedoria.

Agradeço ao professor e orientador Fernando Curi Peres não só pelo aprendizado formal ao longo destes cinco anos, como também pela convivência, pela confiança, consideração e respeito.

Este trabalho não seria possível sem as contribuições valorosas dos seus avaliadores. Agradeço ao professor Dr. Alexandre Lahóz Mendonça de Barros, pelas sugestões enriquecedoras para o aprimoramento deste trabalho e ao pesquisador do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Dr. Luís Alberto Ambrósio, pelas inúmeras oportunidades de aprendizado e pela experiência de vida compartilhada. Agradeço também à professora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Dra. Elaine Mendonça Bernardes, não só pela amizade sincera, como também pelo exemplo de retidão, e pelas discussões que contribuíram para meu aprimoramento profissional e pessoal.

Também o respeito e a consideração dos professores do Departamento de Economia, Administração e Sociologia foram muito importantes. Destaco a atenção dos professores Márcia Azanha Ferraz Dias de Moraes, Paulo Fernando Cidade de Araújo, Pedro Carvalho de

Mello, Pedro Valentim Marques e Ricardo Shirota. Muito obrigado também aos funcionários Álvaro, Cristiane, Elenice, Helena, Ligiana, Luciane, Márcia e Pedro e em especial à querida Maria Aparecida Maielli Travalini, exemplo de profissional e pessoa.

Agradeço aos grandes amigos Luís Alberto, Selemara e Luísa Ferreira Garcia; sem eles, minha vida em Piracicaba seria 99% mais difícil e menos animada.

Com a escusa de esquecer algum nome, agradeço aos amigos e colegas pelo convívio e aprendizado: Alexandre Nunes, Aryewerton Fortes, Carlos Eduardo Lobo e Silva, Cleise e Emerson Hilgemberg, Cristiane Cerqueira, Cynthia Cabral da Costa, Dilson José de Sena Pereira, Espedito Cesário Martins, Gonçílio Corrêa Júnior, Jaênes e Cândida Miranda, Regina Célia Aguilar e Rogério Edivaldo de Freitas. Agradeço a oportunidade de convivência com a família de Beatriz Garcia & Jesus, Carlos Magri Ferreira & Maria Lúcia, Carlos Roberto Ferreira & Helena, Cárlinton Vieira dos Santos & Maura e Ricardo Perina & Elza.

Agradeço ao carinho e incentivo da querida tia Mafalda Mantese, das família das tias Maria Helena e Vilma, e também do Gustavo. Muito obrigado também à família Cella – sogros, cunhados, cunhadas, sobrinhos, tios, primos! –pela acolhida de braços abertos. Que minhas amigas Mérici B. Malagueta, Patrícia Faber Durante e Priscila T. Bellentani aceitem minhas desculpas pela “amizade ausente” neste meio do caminho e meu agradecimento pela torcida constante.

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro em parte desta jornada.

Algumas pessoas interferem na nossa vida; outras a alteram para sempre. Este trabalho é resultado da sinceridade, do respeito e

do incentivo dado por aqueles que um dia foram meus alunos e hoje são profissionais e colegas de profissão: os Administradores e Contabilistas formados pela primeira turma do Instituto Taquaritinguense de Ensino Superior – ITES. A todos, minha eterna gratidão.

Por fim, agradeço a consideração e paciência dos leitores: “em grande conta eu me teria se fosse capaz de dar resposta a tais perguntas. Mas não será melhor deixá-las intactas? Se o leitor as considerar ociosas, facilmente as esquecerá, depois de protestar contra a perda do meu tempo e do seu tempo. Mas se murmurar: ‘É boa! Nunca tinha pensado nisso’, então ganhei o meu dia. O que, posso garantir, não é todos os dias que acontece” (JS).

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	ix
RESUMO	xi
SUMMARY	xiv
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivos da pesquisa	2
1.2 Justificativa do estudo	4
2 DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E CAPITAL SOCIAL	6
2.1 Desenvolvimento econômico	6
2.2 Crescimento econômico	10
2.3 Capital social	17
3 O ESTADO DE SÃO PAULO	39
3.1 Divisão administrativa do estado de São Paulo	39
3.2 Ocupação do território paulista: origem histórica das diferenças regionais	42
3.3 Diferenças regionais – estrutura contemporânea	55
4 METODOLOGIA	68
4.1 Análise fatorial	69
4.2 Modelo matemático de análise fatorial	72
4.3 Mensuração do capital social – o enfoque de Putnam ...	76
4.4 Mensuração do estoque de capital social no estado de São Paulo	81

4.4.1	Indicadores de associativismo	84
4.4.2	Indicadores de civismo	89
4.4.3	Indicador de confiança	91
4.5	Indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico	92
4.6	Considerações estatísticas sobre as variáveis	93
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	100
5.1	Considerações iniciais a respeito da metodologia de análise fatorial	100
5.2	Determinação dos fatores representativos do capital social	109
5.3	Desenvolvimento, crescimento econômico e capital social no estado de São Paulo	133
5.4	Aproximações e diferenças do capital social no estado de São Paulo e nas regiões italianas	138
6	CONCLUSÕES	144
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
	APÊNDICE	163

LISTA DE TABELAS

		Página
1	Indicadores de Desigualdade entre PIB <i>per capita</i> – países da União Européia, estados do Brasil e dos Estados Unidos da América, Regiões de Governo do estado de São Paulo	64
2	Renda média familiar per capita (em R\$ de setembro de 1995), por decis da população, segundo regiões do estado de São Paulo, 1991	65
3	<i>Outliers</i> com base em detecção univariada	96
4	<i>Outliers</i> com base em detecção multivariada	98
5	Matriz de correlações entre as variáveis representativas do capital social	111
6	Matriz de correlação anti-imagem entre as variáveis representativas do capital social	114
7	Matriz de cargas fatoriais dos fatores indicativos de capital social	118
8	Comunalidade observada entre as variáveis e os fatores indicativos de capital social	120
9	Coeficientes de regressão linear múltipla e teste F – variável dependente: IDH-M	134
10	Coeficientes de regressão linear múltipla – variável dependente: IDH-M	134
11	Coeficientes de regressão linear múltipla e teste F – variável dependente: renda familiar <i>per capita</i>	135

12	Coeficientes de regressão linear múltipla – variável dependente: renda familiar <i>per capita</i>	136
13	Autovalores, percentual de variância e percentual de variância acumulada nos fatores representativos do capital social	164

DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E O CAPITAL SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Autora: PAULA REGINA DE JESUS PINSETTA PAVARINA

Orientador: Prof. FERNANDO CURI PERES

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar o estoque de capital social disponível nos municípios do estado de São Paulo, segundo o referencial teórico e a metodologia propostos por Robert Putnam. São descritos, inicialmente, alguns elementos representativos do capital social nos municípios paulistas, utilizando-se aproximações para representar o associativismo, o civismo e a confiança entre os membros das comunidades. A vida associativa reflete-se na presença de organizações e entidades que contribuem para a socialização dos indivíduos. O civismo pode ser verificado na participação eleitoral e nos meios de comunicação em massa. Na ausência de variável que melhor represente a confiabilidade, é utilizada a criminalidade como uma aproximação da falta de confiança. Por meio da análise fatorial, com base no método de componentes principais, foram obtidos seis fatores indicativos do capital social no estado de São Paulo que explicam 58,5% da variância total das 22 variáveis consideradas. O

primeiro fator relaciona-se a organizações associativistas urbanas, cuja participação é voluntária mas depende da afiliação dos seus membros. Estão presentes também os meios de comunicação e o percentual de votos em legenda, variáveis indicativas do civismo. Inexplicavelmente, também é sintetizada a variável que representa a falta de confiança. O segundo fator abrange dois tipos de variáveis: aquelas que representam a participação eleitoral e entidades associativistas (religiosas e de convivência social). Estas instituições não têm fins econômicos e a participação é mais ampla e democrática que as instituições agregadas no fator 1, sem exigir a associação formal, frequência e nem o aval de quem já participa dela. O terceiro fator sintetiza as variáveis relativas ao associativismo, cooperação e sindicalização no meio rural, variáveis ligadas a evidente interesse econômico, muito embora o papel da confiança seja importante para a constituição e manutenção das instituições representadas. As entidades desportivas e filantrópicas são representadas no quarto fator e o quinto relaciona-se a instituições nas qual a finalidade econômica também se faz presente – cooperativas e organizações profissionais. Por fim, o fator número seis pode ser caracterizado pelos equipamentos e agrupamentos artístico-culturais. O ajuste de duas regressões lineares múltiplas (com base no método *stepwise*) evidencia a relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que representa o desenvolvimento dos municípios, e a renda familiar *per capita*, que sintetiza o crescimento econômico, e os escores fatoriais calculados para os seis fatores representativos do capital social. Os coeficientes de determinação ajustados são respectivamente 0,44899 e 0,56879, significativos estatisticamente a 0,01. À exceção do segundo fator, que obteve coeficiente negativo, os

demais fatores que fazem parte de ambas as regressões apresentaram sinais conforme esperado. Estes valores sinalizam que as diferenças apresentadas pelas variáveis que representam desenvolvimento e o crescimento dos municípios paulistas podem ser explicadas, em parte, pelo estoque de capital social. A contribuição deste trabalho é então, atestar a existência de relação positiva entre as variáveis que representam diferentes manifestações de capital social, de acordo com as aproximações realizadas, e aquelas que sintetizam o crescimento (renda familiar *per capita*) e o desenvolvimento econômico (IDH-M) no estado de São Paulo.

ECONOMIC DEVELOPMENT, GROWTH, AND THE SOCIAL CAPITAL IN SÃO PAULO STATE

Author: PAULA REGINA DE JESUS PINSETTA PAVARINA

Adviser: Prof. FERNANDO CURI PERES

SUMMARY

The aim of this study is to analyze the stock of social capital available in the São Paulo State's counties, Brazil, according to the theory and methodology proposed by Robert Putnam. First, it describes some representative elements of social capital in the counties of São Paulo using proxies to represent association, civism and trust among people. Associative life is reflected on the presence of organizations and entities that contribute to the socialization of individuals, favoring human interrelations. The civism can be seen in electoral participation and mass medias. On the absence of a variable that could better describe the trust criminality is used as a proxy to lack of trust. Using principal components factor analysis; six factors were obtained to represent the social capital in the state of São Paulo. They explain 58.5% of the total variance of 22 variables. The first factor is related to urban associative organizations, in which participation is voluntary but depends on the affiliation of their members. In this factor are also present the mass medias

and the percentage of preference voting, variables that indicate civism. Unexplainably it also synthesizes the variable that represents the lack of trust. The second factor is formed with two kinds of variables: electoral participation and associative entities (religious and social connivance). These entities do not have economical purposes and participation is ample and more democratic than in institutions aggregated in factor 1. They don't require formal association and frequency, and referenda to the former participants. The third factor synthesizes variables related to association, cooperation, and union membership in rural areas, variables linked to evident economic purpose; however, the role of trust is important to the constitution and maintenance of these institutions. Sport associations and philanthropic entities are represented in the fourth factor. The fifth is related to institutions in which economical purposes are also present – cooperatives and professional organizations. The sixth factor can be characterized by artistic and cultural manifestations. The adjustment of two multiple linear regressions (based on a stepwise method) evidenced the relationship between the Human Development Index (IDH-M), that represents the development of the county, and the family *per capita* income, representing economic growth, and factor scores calculated for the six factors that represent social capital. The adjusted coefficients of determination are 0.44899 and 0.56879, respectively, significant at 0.01 level. Except for the second factor, that showed negative coefficients, the other factors included in both regressions showed signals as expected. These values can assure that differences presented in the variables that represent development and growth in the municipalities of São Paulo state can be explained, in part, by their stock of social capital. The contribution of this study is

to attest the existence the positive relation between the variables that represent different manifestations of social capital, according to the proxies used, and those that synthesizes economic growth (family *per capita* income) and development (IDH-M) in São Paulo state.

1 INTRODUÇÃO

A importância do estado de São Paulo para a economia brasileira se faz sentir em diferentes indicadores: a contribuição ao valor adicionado industrial ou às exportações, a arrecadação tributária e o volume de empregos gerados. Entretanto, a análise do Estado costuma ser feita polarizando-se os dados referentes à capital daqueles do interior. Implícito a esta comparação está a hipótese de que todas as regiões interioranas são homogêneas. Porém, esta área abrange quase 600 municípios, com características e dotações de recursos diferentes e seria simplificação demais considerá-la como uma e sem potencial analítico relevante.

A análise mais pormenorizada dos municípios e regiões paulistas acaba por evidenciar a coexistência de diferentes estruturas econômicas, bem como organizações sociais, humanas e culturais diversas. O questionamento daí derivado é “por que o estado de São Paulo possui regiões ou municípios geograficamente tão próximos apresentando renda *per capita* tão diferentes? Por que o crescimento da economia do Estado parece centralizar-se em determinadas áreas, enquanto outras permanecem atrasadas?” Torna-se imprescindível, então, aprofundar a compreensão das origens e causas desta diversidade.

As explicações encontradas na literatura, a respeito da coexistência de diferenças regionais nos municípios paulistas,

focalizam os fatores tradicionais vinculados ao crescimento econômico (capital natural, físico, financeiro e humano). As conclusões são formuladas independentemente da organização política, institucional ou social da localidade, como se estes fatores fossem irrelevantes ou dispensáveis na compreensão do processo de crescimento e desenvolvimento.

A restrição às considerações tradicionais sobre este assunto abre espaço para a incorporação de elementos que permitam a investigação do efeito das interações sociais na economia municipal, bem como a garantia de direitos cívicos e de propriedade e também da vida cívica. Este caminho permitiria verificar a veracidade da afirmativa de Greif (1994, p.944):

“o crescimento presente, passado e futuro não é uma mera função do desenvolvimento da tecnologia ou de preferências. É um processo complexo no qual as organizações da sociedade têm um papel importante. A organização da sociedade, sozinha, entretanto, reflete processos históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos. [...] Além disso, tal análise provê uma perspectiva histórica e a diversidade requerida para examinar a evolução institucional e as inter-relações entre cultura, a organização da sociedade e o crescimento econômico.”

1.1 Objetivos da pesquisa

O potencial analítico das diferenças regionais do estado de São Paulo é bastante amplo. As condições naturais, a capacitação

humana, os investimentos públicos e privados criaram cenários diferentes nas regiões do Estado, servindo de base para a tomada de decisões por parte dos agentes e para a realização da atividade econômica. Muito embora a Teoria Econômica já tenha consolidado o papel destes elementos para o processo de crescimento econômico, a contribuição das interações sociais a este debate, em termos regionais brasileiros, ainda tem motivado muitas considerações teóricas e poucas investigações práticas.

A contribuição maior deste trabalho caminha no sentido da descrição do estoque de “capital social” existente nos 645 municípios do estado de São Paulo, com base na fundamentação teórica proposta por Robert Putnam (Putnam, 1993a). O enfoque deste autor concentra-se em “associações horizontais de indivíduos”, que não têm necessariamente o objetivo específico de obtenção de lucro econômico, além da vida cívica e da confiança entre os agentes. Torna-se necessário, especificamente: (i) descrever os elementos que podem ser considerados indicadores do capital social presente nos municípios paulistas, com base nos preceitos teóricos; (ii) identificar os fatores ou agrupamento de variáveis que sintetizam estes elementos; e (iii) verificar a relação entre capital social, desenvolvimento e crescimento econômico.

Por fim, a descrição, mensuração e análise do estoque de capital social permitirão compreender sua influência no crescimento dos municípios e auxiliar na compreensão das diferenças regionais encontradas no território paulista. Admite-se, para tanto, que as interações sociais entre os indivíduos, a confiança e o civismo tenham efeitos positivos na promoção do crescimento econômico.

1.2 Justificativa do estudo

As múltiplas faces da heterogeneidade econômica existentes no estado de São Paulo são, geralmente, relacionadas a aspectos históricos ou diferentes dotações ou estoques de capital disponíveis ao crescimento econômico, como capital natural, físico, financeiro e humano. Cabe ressaltar o potencial explicativo em termos econômicos, ainda inexplorado, das interações sociais, da formação organizacional e da participação cívica e associativa dos indivíduos de uma região.

A compreensão, portanto, do papel das interações sociais, bem como a verificação de suas relações com o crescimento e o desenvolvimento econômicos das diferentes regiões do estado de São Paulo possibilita a inclusão de um novo elemento explicativo na função de produção, geradora de crescimento. Assim, o dinamismo da economia paulista poderia estar relacionado com a organização de seus agentes em grupos de ação coletiva. Se relevante o papel deste novo instrumental analítico para o crescimento ou para o desenvolvimento econômico, o Estado, assim como os demais agentes econômicos – sindicatos, cooperativas e outras associações formais e informais – têm justificativa formal para ressaltar o fomento bem como a readequação de estratégias de ação econômica.

O mapeamento do padrão da dispersão do capital social no Estado pode, então, colaborar não só para a compreensão do desenvolvimento desigual das regiões como para o desenvolvimento de planos de fomento regional específicos, com o objetivo de contribuir para minimizar as diferenças existentes entre as diferentes unidades.

A existência de poucos estudos realizados no Brasil, envolvendo a análise do estoque de capital social e sua influência na atividade econômica também justifica a realização desta pesquisa. A compreensão dos principais elementos que caracterizam este tipo de fator é de fundamental importância tanto para o incremento do conhecimento científico como também para o planejamento das atividades práticas em bases locais ou o redirecionamento de políticas governamentais.

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo envolve considerações acerca do desenvolvimento e crescimento econômicos, bem como sobre a teoria do capital social. No terceiro capítulo são discutidos a problemática do crescimento desigual do estado de São Paulo, suas origens históricas e seus reflexos na estrutura econômica contemporânea. O capítulo quatro trata dos procedimentos metodológicos utilizados para coleta e análise dos dados e o seguinte dos resultados obtidos por esta pesquisa. Por fim, são apresentadas as conclusões deste trabalho e as recomendações delas advindas.

2 DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E CAPITAL SOCIAL

Este capítulo envolve a revisão da literatura existente sobre desenvolvimento e crescimento econômico, sendo este compreendido como o processo de expansão na renda *per capita* da população de determinada região. Inicialmente são feitas considerações a respeito do desenvolvimento econômico e suas diferentes nuances; em seguida são apresentadas as principais discussões referentes ao crescimento econômico. Às idéias já consolidadas na Teoria Econômica é incorporado um conceito relativamente recente, que revela o papel das instituições e das interações sociais entre os agentes econômicos, o “capital social”. As origens e definições, bem como a importância deste fator para a promoção do desenvolvimento ou do crescimento de um país ou região são discutidos na sequência, juntamente com o debate originado pelos potenciais efeitos econômicos decorrentes do capital social.

2.1 Desenvolvimento econômico

A Ciência Econômica vem debatendo ao longo de séculos as causas do desenvolvimento econômico de um país ou região. Sendo considerada uma área de conhecimento separada das demais, a discussão sobre o desenvolvimento tem origem em autores que não estavam preocupados explicitamente com esta questão. François

Quesnay, David Ricardo e Adam Smith, sem fazer menção direta ao problema do desenvolvimento, lançaram seus questionamentos iniciais.¹ Muito do esforço e tempo dedicado desde então à teoria do desenvolvimento econômico tem sido dispensado à definição do termo e parte menor à compreensão exata de seus condicionantes. Em que pesem as definições encontradas na literatura serem várias, todas concordam, pelo menos, que o desenvolvimento econômico está relacionado à “melhoria nas condições de vida ou no bem-estar dos indivíduos”, qualquer que seja a profundidade dada aos termos desta expressão.

Durante as décadas de 1940-1950, a evolução teórica sobre o desenvolvimento restringiu-se a um dos elementos representativos desta “melhora nas condições de vida”, ou seja, na análise das causas do aumento do produto ou renda nacional *per capita*. Eram, assim, confundidos os determinantes do crescimento com os do desenvolvimento econômico, como se estes dois conceitos fossem sinônimos.² Alguns elementos foram incorporados a este debate e os avanços tecnológicos, bem como a expansão ou modernização das condições sociais, passaram a ser discutidos. Sen (2000, p.17), nas primeiras linhas de sua obra, amplifica ainda mais a definição, tomando “o desenvolvimento [...] como um processo de expansão

¹ Neste sentido, Sen (1995, p.10) observa que “Um tratado sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”, considerada a obra mais importante de Adam Smith “era, de fato, também um questionamento sobre os assuntos básicos do desenvolvimento econômico”.

SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations.**

Oxford: Clarendon, 1776. (reimpressão em 1976)

² Stern (2002, p.11) também concorda com estas considerações, ressaltando que a importância dispensada pela literatura econômica à promoção de condições para o investimento em capital físico “evoca memórias [...] das filosofias dos anos de 1950 e 1960, quando a ênfase estava no crescimento por meio da acumulação de capital”.

das liberdades reais que as pessoas desfrutam". Aponta que a expansão do Produto Nacional ou da Renda *per capita* deve restringir-se a um "*meio* de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade". Tais liberdades não devem limitar-se à acumulação de riqueza ou ao crescimento das demais variáveis relacionadas à renda; dependem igualmente de direitos civis, políticos e sociais, incluindo capacidades elementares como, por exemplo, ter "condição de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão" (Sen, 2000, p.52). O crescimento torna-se, a seu ver, não um fim *per si*, e sim um meio relevante para o desenvolvimento econômico.

A compreensão adequada de desenvolvimento econômico deve, pois, considerar o papel do crescimento econômico e não se restringir somente a ele. Uma das discussões mais clássicas a respeito deste tópico vincula o aumento no Produto Nacional, *coeteris paribus*, à melhora das condições de vida dos indivíduos, notadamente a esperança de vida. Esta simples relação, entretanto, encerra uma problemática substancial: a esperança de vida pode ser considerada uma medida de quantidade e não de qualidade de vida das pessoas, ao mesmo tempo em que o crescimento do Produto Nacional é tomado como uma variável relacionada com aumento médio, não significando, portanto, apropriação homogênea por toda a população. Um importante aspecto levantado por Sen (1995, p.14) diz respeito ao fato de que o Produto Nacional elenca somente bens transacionados no mercado, aos quais pode-se imputar um determinado preço. Excluem-se elementos aos quais a atribuição de

um preço é impossível, tais como o ambiente natural, social e físico, que podem influenciar ou mesmo determinar as condições de sobrevivência da população.³ Uma vez que dezenas de variáveis podem estar relacionadas à melhoria das condições de vida dos indivíduos, um conceito amplo de desenvolvimento não pode ignorá-las;

“o processo de desenvolvimento econômico não pode abstrair da expansão da oferta de comida, vestuário, moradia, serviços médicos, educacionais, etc. e da transformação da estrutura produtiva, e estas mudanças importantes e cruciais são sem dúvida questões de crescimento econômico” (Sen, 1995, p.12).

Com a mesma opinião, Dasgupta (1990) considera que o desenvolvimento não deve limitar-se à posse de bens físicos ou outros notadamente incluídos na análise tradicional. A garantia de liberdades individuais precisa ser levada em consideração, apesar da teoria econômica dispensar pouco interesse a estas questões, quer seja por questões metodológicas ou simples irrelevância ou menosprezo.

O desenvolvimento econômico abrange, pois, um amplo escopo analítico, notadamente no que diz respeito aos aspectos

³ Dasgupta (1982) e Dasgupta & Heal (1979), citados por Sen (1995, p.14), ressaltam a relação positiva entre conservação do meio-ambiente e melhoria no bem-estar da população.

DASGUPTA, P. **The control of resources**. Oxford: Blackwells, 1982. 223p.

DASGUPTA, P.; HEAL, G. **Economic theory and exhaustible resources**. London: James Nisbet, 1979.

Stern (1991), parece não concordar com as conclusões destes autores, mencionando que o crescimento econômico não está vinculado com o fim da pobreza ou da fome ou mesmo melhorias no meio ambiente. Aliás, para Wise (2001, p.47), “a pobreza é ao mesmo tempo causa e efeito da degradação ambiental”, sendo a parcela mais pobre da sociedade “significativamente responsável pela destruição do meio-ambiente”, pois as demandas por sobrevivência no curto prazo são mais importantes que a preservação futura.

metodológicos. Deve-se ter em mente, entretanto, que o crescimento abrange somente um dentre os múltiplos aspectos do desenvolvimento econômico.

2.2 Crescimento econômico

A teoria neoclássica do crescimento econômico coloca como central os esforços em termos de sistematização e modelagem feitos por Robert Solow.⁴ Para este autor, o crescimento do produto nacional é tido como função da quantidade de trabalho e de capital disponível a determinada região, supondo-se os recursos naturais como dados (ou fixos). É incorporado também um componente chamado de taxa de progresso tecnológico, cuja exata mensuração só é possível após a realização de uma série de passagens matemáticas.⁵ O cálculo daí resultante é chamado de “resíduo de Solow” ou a “medida de nossa ignorância”.⁶ Isto porque até hoje, nenhum autor conseguiu “zerar” o resíduo, ou seja, obter um modelo teórico que incorporasse todos os elementos que resultassem em crescimento econômico.

Após a década de 1960, com a repercussão dos trabalhos de Theodore W. Schultz e Gary Becker, a importância da capacitação

⁴ A partir das considerações feitas nos seus artigos iniciais:

SOLOW, R. A contribution to the theory of economic growth. **Quarterly Journal of Economics**, v.70, n.1, p.65-94, 1956.

SOLOW, R. Technical change and the aggregate production function. **Review of Economics and Statistics**, v.39, n.3, p.312-320, 1957.

⁵ Tendo em vista o grau de abrangência ou subjetividade dos termos “progresso” e “tecnológico”.

⁶ Para muitos autores de livros-texto sobre desenvolvimento econômico, o autor que inicialmente cunhou esta expressão é Edward Denison. Entretanto, outros autores, como Jones (2000), fazem uso desta expressão, sem referência expressa ao autor. DENISON, E. **Sources of economic growth in the United States and the alternatives before us**. New York: Committee for Economic Development, 1962.

individual passou a substituir a simples quantidade de “trabalho” como fator de produção.⁷ Foi fundamental ao pensamento econômico a difusão do conceito de “capital humano” e seus benefícios efetivos e potenciais para o crescimento. Indispensável passou a ser a capacitação humana, por meio da ampliação do nível educacional e das condições de saúde da população. O capital humano somava-se, aos capitais natural, físico e financeiro (ativos monetários) como fatores geradores ou dinamizadores do crescimento econômico de determinada região.⁸

Posteriormente, as idéias de Kenneth Arrow⁹ foram incorporadas ao debate econômico, sendo reforçada a importância da qualificação, educação e treinamento formal e informal (“*learning-by-doing*” ou “*learning-by-watching*”), ou seja, do aprendizado decorrente do tempo de trabalho. Parcela da produtividade humana seria advinda da especialização do trabalhador (experiência) e não somente de sua capacitação inicial.

Os modelos de Paul Romer¹⁰ e Robert Lucas¹¹ incorporam à teoria do crescimento econômico elementos além do modelo de Solow, resgatados da microeconomia, tais como a organização industrial e o papel criterioso da inovação. Mais uma vez o “capital

⁷ SCHULTZ, T.W. Investment in human capital. **American Economic Review**, v.51, n.1, p.1-16, 1961.

BECKER, G. Investment in human capital: a theoretical analysis. **Journal of Political Economy**, v.70, n.5, p.9-49, 1962.

⁸ Para Woolcock (1998, p.191), o “capital físico é, às vezes, subdividido em capital financeiro, para distinguir ativos fixos dos monetários”.

⁹ ARROW, K. The economic implication of learning by doing. **Review of Economic Studies**, v.29, n.2, p.153-173, June 1962.

¹⁰ ROMER, P.M. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, v.94, n.5, p.1002-1037, 1986.

¹¹ LUCAS, R.E. On the mechanisms of economic development. **Journal of Monetary Economics**, v.22, p.3-42, June 1988.

humano” é destacado; para Lucas a taxa de crescimento do produto *per capita* é independente do seu nível inicial, uma vez que depende fundamentalmente do capital humano, cuja expansão tem a propriedade de gerar “externalidades” positivas, por meio do acúmulo de habilidades, conhecimentos e treinamento.¹² A teoria de Romer, por outro lado, considera o capital humano como de importância ímpar no desenvolvimento de um setor de pesquisa, gerador do progresso técnico ou tecnológico. Este setor seria responsável pela introdução de novos produtos ou processos produtivos, responsáveis pelo crescimento de um país. De forma complementar, o capital humano também habilita um país na divulgação de novas idéias, técnicas e processos ou torna mais fácil a absorção dos conhecimentos que foram desenvolvidos em outros países (ou seja, torna a atividade de seguidor mais fácil e rápida).

As teorias neoclássicas até aqui apresentadas restringem-se aos três componentes iniciais do crescimento econômico sistematizados por Stern (1991): (i) acumulação de capital (compreendendo nesta rubrica capital físico e financeiro); (ii) capital humano (capacitação formal e informal); e (iii) pesquisa, desenvolvimento e inovação. Não obstante tenha relacionado o crescimento com habilidades e conhecimentos, o autor sugere que se expanda tal visão, incorporando outros elementos, tais como (iv) capacidade gerencial e organização industrial (que teria a propriedade de aumentar ou melhorar o produto para o mesmo nível de insumos produtivos); (v) infra-estrutura; e (vi) alocação dos produtos nos setores produtivos.

¹² Os resultados obtidos por Barro (1991) relacionam positivamente crescimento econômico com a dotação inicial de capital humano e negativamente com a dotação inicial de renda *per capita*, confirmando as idéias originais de Lucas.

Stern (1991) chama a atenção ao papel da infra-estrutura. Enxergando além da disponibilidade de transportes, comunicação ou serviços básicos, é ressaltada a importância da “infra-estrutura social”. Este conceito extrapola a noção tradicional de capital humano ou de capacitação individual, para incluir aspectos referentes à inter-relação entre os agentes econômicos, quando efetivamente são promovidas as trocas econômicas. Neste tocante, o autor considera que o comportamento desonesto dos indivíduos ou a excesso de burocracia pode conduzir à alocação ineficiente dos recursos e à elevação dos custos, contribuindo negativamente para o crescimento econômico. Em trabalho posterior, Stern (2002) mais uma vez reitera a importância dada à infra-estrutura, destacando o clima propício para investimentos (*investment climate*) como uma das principais estratégias para promoção do desenvolvimento.¹³ Este envolve os ambientes político, institucional e comportamental dos agentes econômicos – tanto no presente como no futuro, que condiciona a taxa de risco/retorno dos investimentos. Há de serem consideradas pelos investidores “as instituições, governança, políticas, estabilidade e infra-estrutura que afetam não somente o nível de investimentos de capital, mas também a produtividade dos investimentos existentes” (Stern, 2002, p.12). Tanto as multinacionais, como os investidores locais – pequenos, médios e grandes –, dependem da estabilidade em nível macro, da existência de boa governança e instituições fortes e confiáveis e da qualidade da infra-estrutura física e social.

¹³ Juntamente com a capacitação das pessoas mais pobres: educação, principalmente de meninas e mulheres, promoção de redes de proteção social e incentivo à inclusão econômica e social – por meio da “participação e inclusão em organizações sociais” (Stern, 2002).

Resultados empíricos incorporando elementos “sociais”, podem ser obtidos no trabalho de Barro (1991).¹⁴ Em suas proposições, o autor conclui que o crescimento do produto nacional *per capita* está positivamente relacionado com a dotação inicial de capital humano e de investimentos; suas conclusões também correlacionam negativamente o crescimento com a instabilidade política ou distorção de preços relativos. Em trabalho posterior, Barro & Sala-i-Martin (1995, p.435) utilizam variáveis não tradicionais em sua análise de crescimento econômico. É adicionada ao modelo matemático uma variável tentando captar o nível de instabilidade política existente nos diferentes países (considerado como a média de revoluções por ano e assassinatos com caráter político por milhão de habitantes por ano) que estaria vinculada com a probabilidade de instauração de desordem em nível nacional. Os autores testam e confirmam a hipótese de que, controlada as demais variáveis, maior instabilidade política diminui o incentivo ao investimento em muitas atividades que, no agregado, representam diminuição na taxa de crescimento do país.¹⁵

Uma contribuição relevante é dada com as conclusões de Barro & Sala-i-Martin (1995) ao analisar a influência de governos

¹⁴ Um dos trabalhos mais antigos a respeito deste assunto é o de Adelman & Taft-Morris. O trabalho das autoras, datado do ano de 1965, já constata a interdependência entre o crescimento econômico e as condições sócio-políticas. A análise dos fatores responsáveis pela promoção do crescimento em 74 países em desenvolvimento possibilita concluir que 66% das diferenças observadas entre os países são explicadas por diferenças em características não econômicas: (i) mudanças sociais e culturais que acompanham o processo de urbanização e industrialização do país; (ii) existência de sistemas políticos menos centralizadores/totalitários; (iii) diminuição do poder político/econômico de elites tradicionais no país e (iv) estabilidade política e social.

¹⁵ Outros autores como Londregan & Poole (1990) concluem pelo inverso desta proposição, ou seja, a baixa taxa de crescimento econômico encontrada no país é que seria responsável pela instabilidade política.

democráticos no crescimento econômico. É tido como suposto que os governos influenciam indiretamente a economia dos países ou regiões por meio de garantia de direitos democráticos, ou seja, da liberdade de pensamento, de expressão, de imprensa, assim como de liberdades políticas. Concluem os autores, entretanto, que as variáveis referentes a liberdades políticas e civis não são significativamente relacionadas com crescimento econômico. Alertam (p.439) que “se alguém quer argumentar que a democracia é boa para o crescimento, então o canal de efeitos tem que operar indiretamente por meio de alguma variável independente, tais como capacitação educacional ou distorções de mercado.”

Conclusões contrárias às de Barro e Sala-i-Martin (1995) são obtidas por Dasgupta (1990). Analisando os condicionantes do crescimento econômico nos 50 países com menor renda nacional *per capita* no mundo (inferior a US\$ 1.000, a preços de 1980), o autor incorpora em seu modelo índices de direitos políticos e civis juntamente com variáveis tradicionais. São tomados como direitos políticos a possibilidade da população (ou pelo menos parte dela) eleger seus governantes e demais políticos responsáveis pela legislação. Os direitos civis, por seu turno, relacionam-se com liberdades de pensamento e de imprensa e com a independência do poder judiciário; ou seja, a própria liberdade individual, sem o medo de represálias ou sanções punitivas por parte do governo. Na conclusão deste trabalho os direitos políticos e civis, *ceteris paribus*, são positiva e significativamente relacionados ao crescimento econômico.

O antagonismo existente quanto ao real papel da democracia no crescimento econômico pode ser atribuído à amostra dos países

considerados pelos autores. Barro & Sala-i-Martin (1995) analisam os condicionantes do crescimento em 97 países do mundo todo, sejam estes desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Neste caso, talvez a democracia já esteja institucionalizada nos países e marginalmente não faça diferença como condicionante para o crescimento econômico. Dasgupta (1990), ao contrário, centraliza sua análise nos 50 países com menor renda *per capita*, notadamente africanos, asiáticos e latino-americanos. Tomados isoladamente dos demais, os países mais pobres do mundo podem ter na pobreza relativa um reflexo da falta de liberdades ou condições econômicas, que são garantidas pelo pleno exercício da democracia.¹⁶

O debate a respeito do papel da democracia sobre o crescimento, dentre outros, insere-se dentro do que Stern (1991) chamou de “infra-estrutura social”, ou seja, das condições que são impostas aos agentes econômicos, independentemente da capacitação individual. Ou seja, existem elementos que podem caracterizar ou condicionar o processo de crescimento de uma região ou país, decorrente da interação e da inserção da vida social na economia.

¹⁶ Przeworski et al. (1997) apresentam discussão ampla a respeito do debate dos efeitos da democracia e do autoritarismo sobre a estabilidade econômica de diversos países, procurando enxergar a relação de causalidade entre estes elementos. Discorrendo sobre os condicionantes ou determinantes do regime democrático em diferentes países, os autores destacam a pobreza e a desigualdade de renda como alicerces para a manutenção do regime totalitário ou para a supressão de direitos democráticos numa região. As condições econômico-sociais fortaleceriam o regime político e não o contrário, como muitas vezes é argumentado.

2.3 Capital social

As idéias e teorias tentando relacionar e discutir os efeitos da interação social no ambiente econômico sempre permearam a literatura econômica.¹⁷ As considerações teóricas contemporâneas a este respeito datam do início dos anos 1920, muito embora reflitam preocupações de cunho notadamente sociológico e político.¹⁸ O interesse científico econômico sobre o assunto é decorrente da difusão dos trabalhos de James Coleman (Coleman, 1988, 1990) e Robert Putnam (1993a), que passaram a valer-se da expressão “capital social” para caracterizar um conjunto específico de relações interpessoais que condicionam ou determinam o comportamento

¹⁷ Um dos principais exemplos desta preocupação é a obra de Adam Smith, “Teoria dos sentimentos morais”. Segundo Sen (2000, p.308) “a concepção smithiana da pessoa racional situa essa pessoa firmemente na companhia de outras - bem no meio de uma sociedade à qual ela pertence. As avaliações e as ações dessa pessoa invocam a presença de outras, e o indivíduo não é dissociado do ‘público’”.

SMITH, A. **The theory of moral sentiments**. Oxford: Clarendon, 1790. (reimpressão em 1976)

¹⁸ O autor que descreve com mais propriedade a origem do termo “capital social”, desde suas origens em textos sociológicos, até a utilização como elemento promotor do crescimento econômico de uma região, é Woolcock (1998). O autor discute a inserção teórica do capital social nas diferentes ciências humanas – sociologia, antropologia, política e economia – apresentando as inter-relações com os elementos já consolidados nestas ciências. A origem do termo capital social seria o artigo de Lyda Hanifan, escrito em 1920, também mencionado por Putnam (1993a): HANIFAN, L. **The community center**. Boston: Silver, Burdette and Co., 1920. Entretanto, outros autores mais contemporâneos passaram a utilizar-se do termo no mesmo sentido utilizado atualmente, tais como Jane Jacobs, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron:

JACOBS, J. **The life and death of great american cities**. New York: Random House, 1961. 474p.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **Reproduction in education, society and culture**. London: Sage, 1970. 254p. (reimpressão em 1990)

Para Woolcock (1998) e também para Coleman (1990), o primeiro autor a definir capital social conforme conhecido atualmente é Glenn Loury, muito embora sua definição seja mais restrita – recursos inerentes à família e à comunidade, que se relacionam e determinam o desenvolvimento cognitivo das crianças:

LOURY, G. The dynamic theory of racial income differences. In: WALLACE, P.A.; LeMUND, A. **Women, minorities, and employment discrimination**. Lexington: Lexington Books, 1977.

econômico. Tendo em vista o potencial explicativo do capital social para o crescimento e o desenvolvimento econômico e áreas correlatas das ciências humanas e sociais, o termo passou a ser empregado em uma infinidade de trabalhos, onde seu significado original foi repensado, ampliado e, talvez, modificado. O termo capital social vem obtendo, recentemente, uma grande variedade de significados, de acordo com a interpretação dos diferentes autores que o estudam.¹⁹

Grootaert (1998), em sua pesquisa, restringe o escopo de análise do capital social, limitando-se aos autores que inicialmente trataram do assunto e cujos trabalhos representam as contribuições mais efetivas à teoria do crescimento econômico. A explicação mais ampla ou abrangente do termo capital social foi dada por Mancur Olson (Olson, 1965, 1982), ao discorrer sobre a ação coletiva e as causas e conseqüências da interação social entre os indivíduos. Em sua análise estão incluídos o ambiente institucional, social e político como determinantes ou mesmo condicionantes da ação dos agentes econômicos. Nesta visão, são consideradas não somente as chamadas organizações informais como as relações de parentesco e amizade, como também aquelas de caráter formal, como o governo e o sistema legal.

A idéia central do trabalho de Olson (1982), reside no fato de que eventuais disparidades entre as taxas de crescimento de diferentes países podem relacionar-se com a presença de coalizões distributivas (*distributional coalitions*) no país, ou seja, na possibilidade de partição da riqueza entre diferentes grupos,

¹⁹ Woolcock (1998) alerta para os riscos, ao se "tentar explicar muito com muito pouco", revelando o fato de que o capital social como "termo único, está sendo adotado indiscriminadamente, adaptado sem senso crítico (*uncritically*) e aplicado imprecisamente".

notadamente os grandes e com maior poder de barganha tais como os sindicatos e outros grupos monopolistas. Como aponta o autor, países como França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Japão tiveram crescimento notável após a II Guerra Mundial, pois conseguiram romper o ciclo de manutenção de poder desses grandes grupos. Contrariamente, na Grã-Bretanha as condições para formação e manutenção destes grupos foram mantidas, consolidando o *status quo* contrário a eventuais mudanças que poderiam significar aumento no crescimento econômico.²⁰

Sem valer-se do termo “capital social”, Olson destaca o papel das organizações voluntárias entre os indivíduos, chamadas de grupos inclusivos (*inclusive groups*). Tais grupos atuam fora do contexto de mercado ou das trocas econômicas; desta forma as associações inclusivas não se relacionam, pelo menos diretamente, com a promoção dos interesses econômicos. Muito embora o objetivo primordial deste tipo de grupo seja notadamente não-econômico, está implícita a existência de (pelo menos) um interesse comum aos seus membros. O grupo estaria, em última instância, representando um interesse coletivo, comum a todos os seus membros. O produto gerado pelo grupo torna-se, então, um bem público (Olson, 1965, p.14); somente por meio da satisfação dos interesses do grupo é possível a satisfação dos interesses individuais. A característica diferencial de um grupo inclusivo é o aumento na provisão de bens públicos quando o número de indivíduos desse grupo aumenta. Há

²⁰ Estes grupos são compatíveis com as considerações de Portes & Landolt (1996), de que “os mesmos laços fortes que ajudam os membros de um grupo, geralmente estão aptos a excluir os estranhos (*outsiders*)”.

interesse, portanto, na interação social entre os agentes e no aumento do número de membros como forma de expansão dos bens públicos gerados. O comportamento inclusivo destes grupos é derivado da “natureza do objetivo que o grupo procura, não de nenhuma das características dos membros” (Olson, 1965, p.39). Os benefícios das associações de indivíduos teriam externalidades não somente sociais, como também econômicas:

“se os membros de um grupo pequeno que tivesse interesse num benefício público fossem também amigos pessoais, ou pertencessem também ao mesmo clube social, e alguns membros do grupo deixassem todo o ônus decorrente da provisão deste bem público para os demais, eles poderiam, mesmo que ganhando economicamente com tal conduta, perder socialmente com ela, e a perda social poderia ser preponderante ao ganho econômico” (Olson, 1965, p.60).

Um outro escopo de análise do capital social corresponde às idéias desenvolvidas por James Coleman (Coleman, 1988, 1990). Para este autor, considerado o criador da expressão “capital social” na sua concepção moderna, este “seria não uma única entidade, mas uma variedade de diferentes entidades com dois elementos em comum: elas todas consistem em algum aspecto da estrutura social, e elas facilitam certas ações dos atores – pessoas ou atores corporativos – dentro da estrutura” (Coleman, 1988, p.S98). A necessidade de interação social entre os agentes torna-se necessária porque “os agentes têm interesse em eventos que estão total ou parcialmente sob o controle de outros agentes” (Coleman, 1990, p.300).

Coleman (1988, p. S96) define capital social como “normas, confiança interpessoal, redes sociais e organização social [...] importantes no funcionamento não somente da sociedade como também da economia.” Trata-se, portanto, de um recurso (*asset*) disponível aos agentes econômicos, refletindo aspectos sociais que facilitam a ação entre eles, possibilitando, inclusive a obtenção de certos benefícios que não seriam possíveis sem a sua utilização. O trabalho de Coleman restringe as idéias de Olson, focalizando em sua análise as relações interpessoais, ou seja, entre agentes em níveis hierárquicos similares (relações horizontais) ou distintos (relações verticais). Muito embora faça referência ao capital social decorrente do relacionamento entre indivíduos e agentes institucionais ou corporativos, ou mesmo entre diferentes firmas ou diferentes governos, o autor centraliza seu trabalho no estudo das relações humanas.

Por fim, a definição mais restrita de capital social, segundo Grootaert (1998), é associada ao trabalho de Robert Putnam (Putnam, 1993a, 1993b), envolvendo as “características da organização social, tais como confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (Putnam, 1993a, p.167). Em seus trabalhos são analisadas as relações interpessoais decorrentes de associações horizontais e voluntárias entre os indivíduos, consideradas como a união de agentes com o mesmo *status* e poder, ao contrário, das organizações verticais que congregam pessoas por meio de relações de hierarquia e poder. A interação social daí decorrente facilitaria a coordenação e a cooperação entre os agentes, visando o benefício dos membros das

redes de associações.²¹ Também Putnam (1993a), conforme Levi (1996), restringe-se à consideração de confiança interpessoal e não dos indivíduos para com o governo ou para com outras instituições.²²

As três definições e concepções de capital social não são conflitantes. Todas têm o mesmo enfoque, qual seja, a compreensão das interações sociais entre os agentes e suas conseqüências econômicas. O ponto de divergência entre elas torna-se, assim, a escolha do ambiente de análise mais ou menos amplo. Os autores compartilham a idéia de Adam Smith,²³ de que a vida econômica não pode ser dissociada da vida social, uma vez que qualquer evento econômico pressupõe a interação social entre os agentes (salvo, talvez, o exemplo clássico de Robinson Crusóé).

Alguns autores consideram, entretanto, que a análise das conseqüências econômicas das interações sociais entre os agentes teve pouco espaço na teoria neoclássica; segundo Woolcock (1998,

²¹ Putnam (1993a) ressalta que a maioria das associações é formada por um misto de relações verticais e horizontais, uma vez que todo coral necessita de um maestro que diga às pessoas como cantar e um time de futebol não pode prescindir de um capitão, além do próprio treinador. Muito embora reconheça a existência dessas relações verticais no meio de associações horizontais, o autor desconsidera totalmente, por exemplo, as associações verticais explícitas. Um exemplo deste relacionamento envolve as relações entre patrão-empregado; os laços de comprometimento são de "cima para baixo", a obrigação entre os dois é assimétrica e a dependência toma o lugar do comprometimento mútuo.

²² Já Evans (1996) ressalta a importância em se considerar as relações Estado-sociedade civil. Isto porque o autor considera como positiva a confiança da sociedade no governo (a chamada "sinergia estado-sociedade") sendo um catalizador ou potencializador das intervenções públicas na economia e contribuindo para o desenvolvimento social. Woolcock (1998) enfatiza as relações de complementaridade entre engajamento cívico e maior atividade governamental, assim como Molinas (1998). Este autor ressalta que o trinômio sociedade civil, governo e mercado são, ao mesmo tempo, substitutos e complementares, podendo um ter abrangência sobreposta aos demais ou agir em situações onde a permeabilidade do outro é reduzida (por exemplo, em situações de dilemas de ação coletiva ou externalidades).

²³ Conforme comentário de Fukuyama (1996, p.33), mencionando a obra de Adam Smith, Teoria dos sentimentos morais.

p.153), tal teoria fixou o foco de sua análise no comportamento de mercados, indivíduos ou firmas e fez com que “a contribuição da sociedade civil e outros arranjos institucionais intermediários entre os estados e o mercado fosse perdido [...]”. Um pressuposto implícito à teoria seria a presença de indivíduos atomizados, agindo independentemente da sociedade e a despeito dela, ou segundo Granovetter (1985, p. 483), “os argumentos teóricos eliminam, por hipótese, qualquer impacto da estrutura social e das relações sociais na produção, distribuição ou consumo”.²⁴ Esta aparente “ficção”, nas palavras de Coleman (1990), faz com que seja considerada a existência de uma “sociedade composta por um conjunto de indivíduos independentes, cada qual agindo para obter metas que são independentemente formuladas e que o funcionamento do sistema social consiste na combinação destas ações de indivíduos independentes”.

Sugere-se, pois, uma incompatibilidade entre o capital social e a teoria econômica neoclássica. Enquanto a origem, assim como a manutenção de capital social, necessita da inter-relação entre os agentes econômicos, a teoria neoclássica, segundo Granovetter (1985, p.484), parece prescindir do relacionamento social:

“a competição determina os termos de troca de tal forma que os negociantes individuais não podem manipular a situação. Se os negociantes encontram relações complexas ou difíceis, caracterizadas por desconfianças ou

²⁴ Este autor vale-se da expressão “*undersocialized man*” (homem sub-socializado) para caracterizar o agente econômico típico. Aliás, segundo este autor, “a atomização social é pré-requisito para a concorrência perfeita”.

improbidade, eles simplesmente podem mover-se para outra legião de negociantes que querem negociar em termos de mercado; relações sociais e seus detalhes tornam-se questões friccionais (secundárias)."

A incompatibilidade entre a teoria neoclássica e o capital social não pode ser considerada consensual; alguns autores consideram que o capital social não fere a racionalidade neoclássica, sendo complementar a ela. Uma explicação para tal complementaridade parte do fato de que a busca do auto-interesse, pressuposto comportamental de importância estrutural à teoria neoclássica, não significa que os agentes econômicos sejam "sórdidos, gananciosos, cansativos, calculistas ou mecânicos".²⁵

A busca do auto-interesse por parte dos agentes econômicos,²⁶ não exclui a interação social, o altruísmo,²⁷ o ócio, a indiferença a bens monetários. A confiança nos demais agentes, assim como as participações em grupos sociais também estarão sujeitas a esta escolha racional, obedecendo à lógica econômica neoclássica. Olson (1965, p.22-36) descreve e ressalta a lógica "maximizadora do bem-estar" que é implícita a um agente econômico, ao realizar uma

²⁵ BINGER, B.R.; HOFFMAN, E. **Microeconomics with calculus**. s.l.: Addison-Wesley, 1998. cap.4: Introduction to economic theory and the market economy, p.92-106.

²⁶ Conforme Binger & Hoffman (op. cit., p.99), a busca pelo auto-interesse pode "abranger qualquer coisa que faz um indivíduo 'sentir-se bem'", aspecto também considerado por Sen (2000, p.387).

²⁷ Olson (1965, p.1), é contrário a tal visão, pois acredita que o "altruísmo é, entretanto, considerado uma exceção, e o comportamento centrado no auto-interesse é, em geral, considerado a regra, pelo menos quando questões econômicas estão em destaque [...]". Pareceria uma incongruência, para o autor, a formação de grupos: o auto-interesse seria sobreposto aos benefícios potenciais decorrentes da associação e esta pareceria "não racional". A exceção é feita aos grupos inclusivos, mencionados anteriormente.

associação com outros agentes. Da mesma forma considera Coleman (1988, p.S98):

“se nós começarmos com a teoria da ação racional, na qual cada ator tem controle sobre certos recursos e interesses, em certos recursos e eventos, então o capital social constitui-se de um tipo particular de recurso disponível ao ator”.

O agente econômico compara, então, os custos e os benefícios individuais marginais da associação em um grupo, antes de juntar-se a ele.²⁸ Desta forma a teoria neoclássica inclui pressupostos que possibilitam aos indivíduos a escolha entre a ação individual e a ação conjunta (coletiva) com outros agentes. A associação entre indivíduos será escolhida caso esteja, de fato, maximizando o bem-estar.

A lógica neoclássica abre espaço, então, para a escolha ou não de um agrupamento ou associação entre os agentes econômicos; segundo Fukuyama (1996, p.41), a associação entre os agentes econômicos seria fundamentada num “acordo voluntário firmado entre indivíduos que calcularam racionalmente que a cooperação serve aos seus interesses de longo prazo”. Entretanto, continua o autor, “a confiança não é necessária à cooperação.” Outro ponto de vital importância ao surgimento e à manutenção de capital social, conforme as idéias de Putnam, seria a existência de confiança entre os agentes para a realização das transações econômicas, ou seja, “o funcionamento bem-sucedido de uma economia de troca depende da

²⁸ O próprio texto de Putnam (1993b) menciona que a cooperação em projetos de benefícios mútuos é uma decisão racional, e as “falhas na cooperação [...] não necessariamente significam ignorância ou irracionalidade ou mesmo malevolência”.

confiança mútua e do uso de normas – explícitas e implícitas” (Sen, 2000, p.299). O amontoado de regras implícitas entre as transações econômicas pode “passar despercebida em situações nas quais tal confiança não é problemática” (Sen, 2000, p.301).

Muito embora a teoria neoclássica promova argumentos que expliquem a interação social entre os agentes econômicos, baseando-se numa lógica maximizadora do bem-estar, outros fatores não econômicos podem determinar ou condicionar o capital social existente numa região. Torna-se importante ressaltar que a compreensão dos mecanismos de funcionamento da economia de mercado tem, de um lado “um *insight* sobre o modo como funciona o mundo real” (Sen, 2000, p.298). Entretanto, esta simplificação excessiva pode

“ocultar algumas suposições implícitas que produzem as relações regulares nas quais o modelo se fundamenta. O funcionamento de mercados bem-sucedidos deve-se não só ao fato de as trocas serem ‘permitidas’, mas também ao sólido alicerce de instituições (como por exemplo estruturas legais eficazes que defendem os direitos resultantes de contratos) e da ética de comportamento (que viabiliza os contratos negociados sem a necessidade de litígios constantes para obter o cumprimento do que foi contratado). O desenvolvimento e o uso da confiança na palavra e na promessa das partes envolvidas podem ser um ingrediente importantíssimo para o êxito de um mercado” (Sen, 2000, p.298).

Com este argumento, o alicerce institucional mencionado por Sen

Pode ser influenciado e condicionado por aspectos culturais²⁹ e pelo regime político,³⁰ assim como pela credibilidade na comunidade³¹ e no governo,³² fazendo com que haja maior ou menor desenvolvimento de capital social entre os indivíduos.

²⁹ Fukuyama (1996) relata as diferentes origens culturais e históricas do surgimento e da manutenção da confiança e de outras formas de capital social em diversos países (como Alemanha, Japão, Estados Unidos, China, França e Itália). Sen (2000, cap.11) também ressalta os valores culturais relacionados com a confiança e os relacionamentos interpessoais.

³⁰ Rose et al. (1997) reportam os diversos nuances do capital social e da vida associativa nos ex-países socialistas europeus. Os regimes socialistas, segundo os autores (p.88), “usavam uma mistura de incentivos e sanções para encorajar as pessoas a unirem-se em organizações partidárias e a valerem-se da expressão ‘sentimento anti-partidário’ relacionado às redes privadas de amigos e famílias”. A sociedade civil, muito embora não fosse considerada legal pelo Estado soviético, não poderia, segundo os autores, ser considerada ‘fraca’. As “densas” redes de associações entre familiares e amigos eram consideradas a alternativa às instituições estatais. Fukuyama (1996) ressalta também os esforços do governo comunista chinês visando a destruição do “capital social familiar” no país, incentivando a delação por parte de familiares de comportamentos vistos como não-adequados pelo Partido Comunista.

³¹ Woolcock (1998, p.172) cita o caso dos membros da tribo Ik, em Uganda, que “rotineiramente mentem e roubam de todos, inclusive membros imediatos da família [...] e não demonstram remorso em abandonar os próprios filhos quando as coisas tornam-se difíceis”.

³² Um exemplo das consequências deste fato é dado por Tendler & Freedheim (1994), que ressaltam a importância da confiança e da associação entre a sociedade civil e o governo. Este tipo de capital social teria sido fundamental para a implementação e o sucesso de projetos de saúde pública no Ceará, tendo em vista os constantes apelos na mídia feitos pelo governo. Adicionalmente, os laços de relacionamento efetivados entre os novos agentes de saúde e a comunidade em que estavam inseridos foi de fundamental importância para o sucesso do programa. Por outro lado, os efeitos da falta de credibilidade no governo são discutidos por vários autores. Rose et al. (1997, p.88), analisam a presença de capital social em ex-países socialistas europeus, considerados “não cívicos”, dada a distância existente entre as ações do Estado e suas consequências sobre a população civil em geral. Este contexto, poderia, para os autores ter o efeito de “encorajar a criação de redes sociais informais, que podem usar o capital social contra o Estado”. Woolcock (1998, p.176) também se refere ao caso da Somália, onde “o Estado, e com ele, a lei e a ordem, simplesmente deixam de existir de forma expressiva”. Neste contexto, a confiança é dissipada, dando margem a atos extremos de individualismo, como execuções sumárias ou episódios de fomes coletivas. Num país ou região “onde o processo orgânico de construção de instituições foi tolhido por conflitos civis, o campo está envenenado para futuros investimentos”; assim, na visão de Stern (2002, p.27), as condições necessárias para a promoção do crescimento estariam comprometidas.

A importância do capital social levou ao debate de seu papel para a promoção do crescimento econômico. Grootaert (1998), do Banco Mundial, menciona o capital social como a quarta categoria de capital na função de produção do crescimento econômico, juntamente com os capitais natural (recursos naturais), humano ("graus de nutrição, saúde e educação da população") e físico (infra-estrutura e bens de capital, incluindo também o capital financeiro). Wise (2001, p.55), considera ao contrário, que capital social tal como a tecnologia, "é mais importante do que um insumo para a produção; ele altera a função de produção inteira, aumentando a produtividade de todos os outros insumos". Kliksberg (1999, p.87), do Banco Interamericano de Desenvolvimento, considera os capitais humano e social como responsáveis pela "maior porcentagem do desenvolvimento econômico nas nações em finais do século XX e indicam que aí se encontram as chaves decisivas do progresso tecnológico, da competitividade, do crescimento sustentável, do bom governo e da estabilidade democrática".

Coleman (1990, p.304) também concorda com a visão a respeito dos aspectos positivos da presença de capital social numa sociedade, ressaltando que se o "capital físico e o capital humano facilitam a atividade produtiva, o capital social também o faz". Além disto, a existência de capital social facilita a obtenção de certos bens "que não seriam obtidos em sua ausência ou poderiam ser obtidos somente a um custo mais elevado".

Os investimentos em capital físico, financeiro e humano não são concorrentes com o investimento em capital social, e sim complementares a ele (Putnam, 1993a). Considerado, pois, um ativo, sujeito a acúmulo ao longo do tempo, o capital social guarda,

entretanto, diferenças significativas em relação aos demais estoques de capitais produtivos.³³ A primeira delas refere-se à sua relativa imobilidade, ou seja, o estoque de capital social de um agente não pode ser transferido aos demais ou “trocado” (ou seja, é inalienável, segundo Coleman, 1990). Isto porque tanto a origem, como a manutenção ou mesmo a destruição do capital social depende da interação social entre indivíduos. Trata-se de capital derivado não da capacitação individual e sim coletiva, muito difícil de ser transferida entre os agentes.

Outro ponto que merece destaque, refere-se à apropriação privada dos benefícios do capital social, diferente da de outros estoques de capital, que são bens essencialmente privados. Uma vez que o capital social permite uma dicotomia entre geração coletiva e apropriação individual (ou seja, os benefícios coletivos do capital social podem ser apropriados individualmente), pode-se conferir a ele o caráter de “bem público”,³⁴ conforme discutido em Coleman (1988, p.116; 1990, p.317). Os benefícios são apropriados não somente por aqueles que efetivamente contribuem para a sua formação, como também pelos demais membros de uma estrutura social (compondo o que é conhecido como “problema do carona”, ou *free rider problem*). Talvez esta característica seja responsável pelo sub-provisionamento do capital social, que geralmente é um “subproduto de outras atividades sociais” (Putnam, 1993b) ou “adquirido como subproduto

³³ Fox (1996, p.1099, rodapé nº 2) discute em seu trabalho que, muito embora os sociólogos entendam o conceito de capital social como um termo relacionado às redes e organizações sociais, o interessante para os economistas é seu caráter cumulativo. Para o autor é central a análise do capital social acumulado, ou seja, do “estoque”, que requer “investimentos” ao longo do tempo – em termos de tempo, energia, habilidades políticas e culturais, conforme sugerido por Warner (1999).

³⁴ Uma discussão pertinente sobre os bens públicos é feita por Olson (1965, p.14)

das relações sociais que são mantidas para outros propósitos" (Coleman, 1988, p.S104).

Por fim, diferentemente dos estoques de capital físico e financeiro, o capital social não é exaurido com o uso, ao contrário, é de sua maior utilização que ele se expande, ou seja, "os estoques de capital social, tais como confiança, normas e redes, tendem a ser retro-alimentados e cumulativos" (Putnam, 1993a, p.177). Ou seja, o capital social é um recurso produtivo que aumenta com o uso e "torna-se exaurido se não utilizado" (Putnam, 1993b): a "confiança demonstrada hoje será ampliada amanhã" (Woolcock, 1998, p.191).

O capital social num país ou região pode, por outro lado, ser diminuído ou descapitalizado; aliás, sintetiza Woolcock (1998, p.192), "o capital social é mais facilmente destruído do que criado". Fox (1996), destaca o papel negativo dos conflitos sociais para a manutenção do capital social, tais como as guerras civis ou outras ações que rompam o nível de confiança institucional dos indivíduos.³⁵ Evans (1996, p.1120) menciona, neste sentido, o processo de destruição da confiança produzido nos países da América Latina pelos anos de regime totalitário.³⁶ Este fato conduziu à "atomização" das pessoas, que "não deixa espaço para a auto-organização" social. Também Putnam (1993b) alerta que as intervenções do governo que

³⁵ Como alternativa a esta questão, Coleman (1990, p.320) sugere que a existência de "organizações onde existam posições ao invés de pessoas como elementos estruturais provê uma forma de capital social que pode manter a estabilidade face à instabilidade dos indivíduos". As instituições teriam condições de sobrevivência após a saída de um de seus membros, sem provocar alterações profundas no ambiente social.

³⁶ O texto de Durston (1999) chega a ressaltar que um dos fatores mais importantes para o processo de fortalecimento do capital social na Guatemala foi a redução da repressão social, após o fim do regime militar no país. Este fato contribuiu, segundo o autor, para a criação e envolvimento das pessoas em organizações coletivas camponesas.

“negligenciem ou minem (*undermine*) a infra-estrutura social” podem ser seriamente danosas ao comportamento futuro da sociedade e da economia do país ou região.

A relação de causalidade entre o estoque de capital social e o crescimento ou desenvolvimento econômico de um país ou região não é direta, muito embora seus efeitos sejam nitidamente perceptíveis. Isto porque toda e qualquer transação econômica envolve um mínimo de confiança entre os agentes,³⁷ e “uma sociedade que confia na reciprocidade generalizada é mais eficiente que uma sociedade sem confiança, pela mesma razão de que o dinheiro é mais eficiente que as trocas [escambo]. Confiança lubrifica a vida social”, considera Putnam (1993b).

Existe crescente evidência na literatura que o capital social possa gerar impactos na economia. Putnam (1993b, p.4), o autor que inicialmente abordou tal relação, menciona que o “capital social está sendo visto como um ingrediente vital no desenvolvimento econômico ao redor do mundo”, sendo um elemento propulsor do desenvolvimento tanto de países em desenvolvimento como de modernas economias desenvolvidas. Talvez o principal resultado obtido pelo seu trabalho (Putnam, 1993a, p.155-156) seja o fato de que a sociabilidade espontânea, ou seja, a formação de redes de associação horizontal entre os indivíduos explique o sucesso econômico do norte da Itália comparativamente ao sul do país, melhor do que os próprios fatores econômicos. Ou seja, o crescimento e o desenvolvimento econômico teriam relação mais forte com o estoque anterior de capital social do que com outros condicionantes

³⁷ Caso contrário o simples fato de pagar uma conta de R\$ 10,00 com uma nota de R\$ 50,00 não seria possível (baseando-se no exemplo de Granovetter, 1985).

econômicos. Conclui o autor que “as regiões cuja economia era relativamente industrializada em 1970 não tinham sido necessariamente as regiões industrializadas de um século atrás” e ao contrário “as regiões caracterizadas pela participação cívica no final do século XX são precisamente as mesmas onde as cooperativas, associações culturais e as sociedades de mútua assistência eram mais abundantes no século XIX” (Putnam, 1993a, p.162).

Grootaert (1998, p.2-3) também compartilha do pensamento de que o capital social por meio das “instituições, estruturas legais e o papel do governo na organização da produção [...] afeta a conduta macroeconômica”. Há uma “crescente evidência de que o capital social [...] pode ter um impacto nos resultados do desenvolvimento – crescimento, igualdade e alívio da pobreza”. Explica que eventuais diferenças quanto ao desenvolvimento encontrado por um país com estoques de capital físico, natural e humano similar a outro depende, em última instância, do estoque de capital social e das políticas públicas. Ou seja, em nível macroeconômico, tal autor citando Olson (1982), considera a fraqueza das instituições na garantia dos direitos privados no longo prazo, e na manutenção dos contratos como uma das maiores causas de atrasos no desenvolvimento das nações.³⁸ Da mesma forma Knack & Keefer (1997) discutem os efeitos do capital social na vida econômica de um país ou região: em sociedades onde a presença do capital social é mais forte, existem mercados informais

³⁸ Adelman & Taft-Morris, em trabalho de 1965 – envolvendo as condições de crescimento de 74 países em desenvolvimento – já evidenciavam, há 38 anos, a importância da estabilidade e da ausência de conflitos. Destacam que a prevalência de tensões, conflitos e instabilidades civis, políticas e sociais “aumenta o desejo de entesouramento; uma atmosfera de incerteza tende a promover investimentos em imóveis e atividades comerciais com rápido retorno mais do que em capital produtivo, que requer períodos mais longos de gestação”, comprometendo as condições de crescimento e desenvolvimento dos países.

de crédito³⁹ e sobra, aos empresários, mais tempo para inovação e investimentos produtivos, uma vez que estes não precisam dedicar recursos e energia para proteger-se de possíveis comportamentos oportunistas de sócios, fornecedores, compradores ou empregados. Nas sociedades que possuem elevados estoques de capital social, não somente existem “incentivos mais fortes para a inovação e para o acúmulo de capital físico, como também [...] têm grandes retornos na acumulação de capital humano” (Knack & Keefer, 1997, p.1253).

Os benefícios potenciais do capital social, segundo Woolcock (1998), extrapolam o crescimento em níveis agregados ou macroeconômicos, podendo representar também o crescimento quando a análise tem enfoque microeconômico.⁴⁰ Segundo Coleman (1988), o capital social poderia ter a forma de expectativas ou confiança no comportamento de uma estrutura social. Adicionalmente a existência de redes de informações, se traduziria numa importante ferramenta para a tomada de decisões por parte dos agentes econômicos. A existência de normas ou sanções efetivas ou potenciais, visando a diminuição do comportamento oportunista entre os agentes econômicos também seriam subprodutos do capital

³⁹ Ver relato em Evans (1996) e Woolcock (1998) a respeito do estabelecimento e funcionamento das instituições de crédito em ambientes onde existe grande estoque de capital social.

⁴⁰ Um exemplo de efeito microeconômico do capital social é dado por Narayan & Pritchett (1999). Neste trabalho, os autores concluem que o estoque de capital social em 1.376 domicílios em 87 regiões (*clusters*) da Tanzânia é tão importante para a determinação da renda domiciliar como outros elementos já consagrados, como escolaridade e posse de ativos específicos. Adicionalmente, os indivíduos com maior estoque de capital social tinham melhor acesso a serviços públicos, atividades comunitárias, crédito e práticas agrícolas adiantadas. Outros autores como Feldman & Assaf (1999, p.4-6) também descrevem algumas consequências positivas decorrentes de análises empíricas dos efeitos do capital social.

social.⁴¹ Oliver Williamson destaca a existência de oportunismo nas relações econômicas, ou seja

“a busca do auto-interesse com malícia; agentes que estão habilitados a dissimular percebem vantagens transacionais. O homem econômico é, assim, criatura mais ardilosa e desonesta do que a hipótese tradicional de busca do auto-interesse revela.”⁴²

A realização de contratos, de modo a (pelo menos tentar) diminuir o comportamento desonesto ou oportunista dos agentes econômicos, não aumenta a confiança entre os agentes. Tais contratos, ou demais acordos ou associações entre os agentes, segundo Granovetter (1985, p.489) “não produzem confiança, mas, ao contrário, são um substituto funcional para ela”.

Para Fukuyama (1996, p.41), o “capital social é uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes desta sociedade”, seja no menor grupo social, a família, seja na “nação, e em todos os demais grupos intermediários”.⁴³ Ressalta insistentemente a necessidade ou mesmo o caráter imprescindível que a confiança representa para a criação ou a manutenção do capital social. O autor comenta adicionalmente, que “as associações mais eficientes são baseadas em comunidades de valores éticos compartilhados” que “não requerem contratos e medidas legais extensivos para a salvaguarda de suas relações”. Tal opinião também é aceita por Grootaert (1998, p.3), ao mencionar que “as associações e instituições provêm uma estrutura informal para

⁴¹ O “oportunismo” aqui considerado, tem a conotação dada por Williamson: WILLIAMSON, O. **Markets and hierarchies**. New York: Free, 1975. 286p.

⁴² Williamson (1975), citado por Granovetter (1985, p.487)

⁴³ Os tais agentes intermediários são chamados pelo autor de “sociedade civil”.

organizar as informações compartilhadas, a coordenação das atividades e a tomada de decisões coletivas". Segundo Putnam (1993b, p.3) quando a negociação econômica está inserida num contexto de interação social, onde há prevalência de redes de comunicação, há redução do oportunismo. Ressalta-se, pois, o papel da confiança nos demais agentes, permitindo a realização de transações sem a necessidade de garantias legais ou contratos formais que as suportem. Além disso, conforme sugerem Knack & Keefer (1997) a expansão da confiança fora do núcleo familiar ou de parentesco entre os agentes, dinamiza as relações econômicas.⁴⁴

Ressalte-se, entretanto, que críticas não deixaram de ser formuladas à visão extremamente otimista dos benefícios advindos do capital social. Para alguns autores, Putnam e Coleman fixaram-se na análise das benesses decorrentes da confiança e da associação interpessoal e fazem menção aos perversos efeitos que podem advir do capital social.⁴⁵ Algumas associações específicas e extremadas podem ser danosas à vida social, como as organizações mafiosas

⁴⁴ Greif (1994), é contrário a esta opinião. Menciona em seu trabalho a importância da expansão das atividades econômicas para fora do núcleo familiar ou religioso, feita pelos mercadores genoveses no século XI. Vincula, entretanto, esta expansão ao excesso de individualismo desses negociantes, que possibilitou o desenvolvimento de aparatos formais e legislação de suporte aos contratos.

⁴⁵ Levi (1996, p.52), questiona o "romantismo" das ideias de Putnam quanto aos efeitos benéficos das associações horizontais. Neste sentido, menciona o fato de que os criminosos que explodiram um prédio do governo americano na cidade de Oklahoma, pertenciam à mesma associação de boliche. Outros autores que também ressaltam o lado negativo do capital social são Portes & Landolt (1996); ao invés de gerar 'bens públicos', o capital social pode acabar gerando 'malefícios públicos' (*public bads*).

(seja na Itália,⁴⁶ no Japão ou nos países anteriormente socialistas do leste Europeu, destacando-se a ex-União Soviética),⁴⁷ grupos nacionalistas ou separatistas radicais (como o Exército Republicano Irlandês – IRA e o Sinn Fein, ambos da Irlanda do Norte) ou que pregam a segregação racial (como a Ku-Klux-Khan ou os Neo-Nazistas, conforme Putnam (1993a, p.90)).⁴⁸ Além destes grupos, Portes & Landolt (1996) também mencionam as redes de prostituição e as “gangles” de jovens: para um adolescente de periferia participar de uma gangue “pode ser a única forma de obter respeito e bens materiais”. No longo prazo, as demandas e pressões originadas dos grupos podem prejudicar o jovem mais do que ajudá-lo. Este tipo de agrupamento produziria, pois, “pesadas ‘obrigações’ pessoais em seus

⁴⁶ A discussão mais aprofundada a respeito das organizações mafiosas não é objetivo deste trabalho, sendo que detalhes do caso italiano podem ser consultados em Collier (1998). Entretanto, Salvatore Lupo, autor do livro “História da Máfia”, em entrevista a Greco (2002), sintetiza bem o *modus operandi* desta instituição na região da Sicília, Itália. Para ele “máfia é a organização das pessoas que juraram fidelidade à máfia”, desfrutando “dos canais em que a sociedade e Estado têm dificuldade de se comunicar”, ou seja, comprometendo-se em fornecer “bens públicos”, como por exemplo segurança, a seus associados. Assim, “o verdadeiro capital social da máfia é uma teia de relações consolidadas que vai do mundo da pequena delinquência ao mundo do poder econômico e político”, perpassando as mais diferentes classes sociais.

GRECO, A. Historiador italiano destrincha a máfia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jul. 2002. p.E7.

⁴⁷ Conforme descrevem Rose et al. (1997) em seu trabalho, que aborda as condições para o desenvolvimento da confiança institucional nas ex-repúblicas soviéticas e outros países do leste europeu durante e após a vigência do regime socialista. Concluem os autores que muito embora estes países tenham algumas das pré-condições para o crescimento econômico – capital humano, físico e natural, a ausência de confiança nas instituições fez com que se criasse uma sociedade similar a uma “ampulheta”: de um lado o Estado e de outro os cidadãos. Este fato fez com que a substituição do socialismo por um regime capitalista sofresse a interferência de grupos oportunistas, que distorcem os incentivos econômicos para investimento e acabam por tolher o dinamismo empresarial.

⁴⁸ Estas idéias também são compartilhadas por Warner (1999, p.375), que alerta ao fato de que o capital social “pode ser uma fonte de violência ou exclusão com relação a certos grupos [...]”.

membros, que os impediria de participar” em outros tipos de grupos (Woolcock, 1998, p.158).

Greif (1994), também não acredita que o capital social⁴⁹ possa relacionar-se somente com atitudes econômicas positivas ou racionais. Se por um lado o individualismo, representado pela falta de capital social, pode aumentar a incerteza do ambiente no qual as transações econômicas são realizadas, demandando aumento de garantias ou burocracias institucionais, o excesso de coletivismo ou de capital social pode levar a atitudes paternalistas ou ineficientes do ponto de vista econômico. Neste sentido Portes & Landolt (1996) destacam que o capital social pode gerar uma espécie de “claustrofobia”, decorrente do excesso de dominação e imposição sociais e do comprometimento com normas de reciprocidade (redes de “obrigações” com parentes e amigos, conforme Warner, 1999).⁵⁰ Outra face do capital social “perverso” é chamado de “familismo imoral” (*amoral familism*), ou seja, estender a solidariedade somente a membros da família e excluir a comunidade em geral da convivência social.

⁴⁹ O autor não se utiliza do termo “capital social”. Mas a leitura de seu trabalho permite que sejam chamados de capital social “as interações repetidas e as redes sociais resultantes para a transmissão de informações [que] facilitam as punições informais e coletivas, em termos econômicos e sociais, para o comportamento ‘desviante’” (Greif, 1994, p.916).

⁵⁰ Já Coleman utiliza-se da metáfora do “banco de favores”: quando o indivíduo realiza um favor a outro, recebe um “crédito” neste banco, o qual poderá ser sacado futuramente. O importante seria, então, a confiança neste “banco”, ou seja, se, de fato, o favor seria retribuído. Coleman atenta para dois problemas deste tipo de comportamento. Um deles é que a existência deste tipo de obrigatoriedade de troca de “favores” poderia gerar uma situação de extremo comprometimento entre as pessoas, ao invés de gerar relações espontâneas de amizade e confiança (tal como no filme *“Bonfire of the vanities”*, traduzido por *“Fogueira das vaidades”* no Brasil). Outro ponto discutido por Coleman é a existência de indivíduos ou famílias com grande número de “créditos” no “banco de favores”, podendo gerar certo imobilismo na cidade ou região, onde o clientelismo toma o lugar da meritocracia (tal como no filme *“Godfather”*, traduzido por *“O Poderoso Chefão”* no Brasil).

Em que pesem as críticas, o capital social evidencia uma série de relações interpessoais que possibilitam a conformação do ambiente econômico, no qual as transações entre os agentes são facilitadas ou dinamizadas. A consideração do capital social como agente explicativo ou condicionante do crescimento econômico, abre uma nova perspectiva de análise em termos de diversidades e disparidades verificadas em termos regionais.

3 O ESTADO DE SÃO PAULO

O presente capítulo trata do processo de crescimento e desenvolvimento do estado de São Paulo, enfatizando as diferenças na dinâmica econômica de suas diferentes regiões. Para tanto, apresenta-se uma síntese da literatura a respeito da ocupação do território paulista, que acabou por imprimir diferente ritmo às atividades econômicas. Este panorama histórico serve como base para a compreensão das relações contemporâneas de crescimento e/ou atraso relativo. São feitas, inicialmente, algumas considerações a respeito da organização administrativa, bem como da problemática referente a este tipo de subdivisão territorial do estado.

3.1 Divisão administrativa do estado de São Paulo

O estado de São Paulo concentra quase quarenta milhões de habitantes ao longo de um território de 247.898 quilômetros quadrados, apresentando a mais alta densidade demográfica do país (cerca de 20% da população brasileira em 2,91% do território nacional, equivalente a mais de 150 habitantes/km²). A capital, São Paulo, é a terceira cidade mais populosa do mundo, após Tóquio (Japão) e a Cidade do México (México).

Além da concentração da população, São Paulo tem importância fundamental para a economia do Brasil, ao responder por parte

expressiva do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Sua participação é representativa na produção agropecuária e industrial, bem como no setor terciário, seja em comércio, serviços ou serviços de informática. Com relação ao comércio exterior, responde por cerca de 34% do total exportado e 43% das exportações industriais (dados referentes ao ano de 1996, conforme Paulino & Montoro, 1999).

Com o objetivo de dinamizar o planejamento político-administrativo por parte do governo do estado, São Paulo foi dividido em 1967 em diversas regiões, envolvendo a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e quatorze Regiões Administrativas (RAs). Algumas RAs foram, posteriormente, subdivididas em Regiões de Governo (RGs), totalizando quarenta e duas regiões distintas, além da RMSP, englobando todos os 645 municípios. De acordo com as considerações de Silva (1995), tal divisão e subdivisão dos municípios paulistas foi feita simplesmente considerando-se os aspectos locacionais. O governo tomou como escopo de planejamento e análise posterior um aglomerado de municípios geograficamente próximos ou circunvizinhos, desconsiderando características econômicas ou sociais. Foi feita a regionalização do território paulista, ou seja, a simples divisão do espaço em um número pré-determinado de regiões. O inverso deste procedimento, seria a classificação do território, de acordo com alguma similaridade entre as observações, obedecendo a algum critério social ou economicamente mais relevante.

Muito embora a divisão em RAs e RGs tivesse o intuito de viabilizar o planejamento, acabou servindo de arcabouço formal para a análise do desempenho regional, muitas vezes distorcida pelas razões já mencionadas. Além deste fato, as diferentes formas de aglomeração do território, em municípios, RAs ou RGs, prejudicam

uma compreensão global, tendo em vista a indisponibilidade de dados regionalizados ou mesmo com a regionalização necessária. A adoção de diferentes sub-áreas pelos órgãos públicos estaduais e federais,⁵¹ que são mutuamente incompatíveis, também inviabiliza a tomada de decisões e a análise de políticas mais precisas e conexas.

A literatura econômica faz menção, geralmente, a análises comparativas entre os estados ou macro-regiões brasileiras.⁵² Desta forma, um campo com potencial analítico bastante amplo considera as diferentes regiões que compõe um mesmo estado, ou como consideram Leme & Biderman (1997, p.183), “o Interior não pode ser compreendido corretamente se não se considera a diversidade entre as diversas regiões que o compõe.” A inexistência de uma instância político-administrativa entre o governo estadual e os municípios pode levar a uma compreensão “míope” dos problemas, que “tendem a ser percebidos e enfrentados como se fossem questões locais, deixando de ser identificadas e aproveitadas muitas oportunidades de cooperação entre esses atores na defesa de interesses comuns à região” (Bandeira, 1999, p.6).

⁵¹ O governo federal utiliza-se além das macro-regiões (norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste), o critério analítico das meso-regiões e micro-regiões homogêneas (MRH).

⁵² Este escopo de abrangência, segundo Bandeira (1999, p.8), diminui tanto o potencial explicativo da comparação inter-regional, como o planejamento mais “calibrado” por parte dos órgãos governamentais, “com base em diagnósticos mais precisos da situação e das potencialidades [de] áreas menores, cuja problemática tende a ser mais homogênea”.

3.2 Ocupação do território paulista: origem histórica das diferenças regionais⁵³

É inquestionável a relação entre o desenvolvimento do estado de São Paulo e a agricultura cafeeira, ou, mais precisamente, o complexo cafeeiro.⁵⁴ Sendo um produto de grande destaque na pauta de exportações paulistas durante um longo período de tempo, abrangendo a segunda metade do século XIX, perdurando até meados da década de 1930, o café teve importância adicional relacionada com a ocupação do território, a acumulação de capital e com as sementes do desenvolvimento desigual das regiões paulistas.

Em meados do século XIX, a economia cafeeira concentrava-se no Vale do Paraíba, compreendendo parcela dos territórios dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, o cultivo do café nesta região estagnou-se na segunda metade desse século. Cano (1998b) apresenta alguns dos problemas enfrentados por esta região, a iniciar pelas condições naturais: clima e topografia não propícios à cultura do café, exaustão e erosão do solo. O aumento seqüencial no preço das terras nessa região, motivados fundamentalmente pela

⁵³ Uma análise histórica profunda a respeito do processo de ocupação demográfica e econômica do estado de São Paulo seria pretensiosa demais para os contornos deste trabalho, uma vez que poderia remontar ao século XIX e à colonização do próprio Brasil. A opção por este recorte histórico, a partir da segunda metade do século XIX, está vinculado ao desenvolvimento do "complexo cafeeiro". Este, possibilitou não somente a produção agrícola de café, como também um processo de acumulação de capital único na história brasileira, conforme opinião de Cano (1998b), que acabou por conformar as "raízes" da economia paulista contemporânea.

⁵⁴ O "complexo cafeeiro" aqui considerado, compreende a noção formulada por Cano (1998b). Envolve as atividades que se desenvolveram em paralelo ou diretamente motivadas pela produção de café: a agricultura produtora de alimentos e outras matérias primas; a indústria (de máquinas de beneficiamento, de sacaria ou de outros produtos em geral); os sistemas ferroviário, bancário e de comércio exterior; o segmento gerador de infra-estrutura para a produção e comercialização de café, bem como para a urbanização concomitante à estrutura cafeeira.

diminuição da oferta das terras agricultáveis, juntamente com o aumento no preço da mão-de-obra escrava⁵⁵ e do preço dos alimentos⁵⁶ resultou em custos crescentes para a agricultura cafeeira do Vale do Paraíba, tornando-a não competitiva. Além disso, a natural incompatibilidade do progresso técnico e tecnológico com o regime escravista também drenou o dinamismo dessa área, assim como a instalação tardia das estradas de ferro visando o escoamento da produção.⁵⁷

De forma mais sistemática no último quarto do século XIX, o café foi sendo transferido para o Oeste Paulista,⁵⁸ onde encontrou condições ambientais bastante propícias ao seu desenvolvimento, em termos de qualidade do solo, clima, fertilidade e topografia. Os recursos naturais, aliadas à incorporação de novas técnicas agrícolas (arado, máquinas de beneficiamento de café e racionalização do trabalho)⁵⁹ e à menor idade dos cafeeiros, fez com que a

⁵⁵ Notem-se os esforços para o fim da escravidão que ocorriam no país durante este período.

⁵⁶ O aumento no preço dos produtos alimentares é explicado pela extrema especialização da mão-de-obra e das terras no cultivo do café. Diminuindo a oferta de alimentos e utilizando os escravos somente nas plantações cafeeiras, era necessário um desembolso monetário maior na compra de alimentos (Cano, 1998b).

⁵⁷ A implantação de ferrovias no Vale do Paraíba somente foi possível com o investimento estatal, tendo em vista a falta de interesse e recursos financeiros dos proprietários das fazendas de café da região.

⁵⁸ A designação "Oeste Paulista" envolve certa confusão. Após o esgotamento da produção no Vale do Paraíba, a agricultura cafeeira expandiu-se para o "Oeste Paulista" que compreendia inicialmente as "velhas regiões" – Campinas, Sorocaba e Bragança Paulista. O termo passou, posteriormente, a envolver a região de Ribeirão Preto. A expansão do café direcionou-se em seguida para o "Oeste Pioneiro", região que atualmente é designada como "Oeste Paulista" – São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília.

⁵⁹ Em substituição à mão-de-obra escrava, posteriormente foram introduzidos na agricultura paulista os sistemas de colonato e parceira, assim como a utilização de imigrantes como trabalhadores assalariados nas fazendas de café (Cano, 1998b).

produtividade desta região fosse cinco vezes maior do que o Vale do Paraíba (Cano, 1998b).

As ferrovias também tiveram importante contribuição no processo de expansão da área cultivada. O caráter “desbravador” das estradas de ferro Mogiana, Paulista e Sorocabana permitiram o deslocamento da fronteira agrícola: Campinas, Itu, Mogi Mirim, Rio Claro, Casa Branca e Ribeirão Preto. As condições eram perfeitas; a diminuição dos custos de produção, aliado à produtividade crescente, permitiu o aumento das margens de lucro dos cafeicultores do Oeste Paulista. Cano (1998b) ressalta também o papel de empreendedor ferroviário dos proprietários paulistas. As ferrovias pertenciam ao capital privado nacional e eram consideradas tanto destino dos recursos financeiros (diversificação dos investimentos dos proprietários das fazendas de café, que viam na ferrovia uma possibilidade adicional de diminuição nos custos de transporte) como sua própria origem, tendo em vista a alta lucratividade por elas apresentada. As ferrovias trouxeram como conseqüências não somente a expansão produtiva para regiões servidas pela Mogiana e Paulista, como também a fixação de mão-de-obra e de núcleos urbanos ao longo de seu percurso. Mello (1986),⁶⁰ ressalta tal aspecto, mencionando que

“o próprio complexo exportador cafeeiro engendrou o capital-dinheiro disponível para transformação em capital industrial e criou as condições a ela necessárias: parcela da força de trabalho disponível ao capital industrial e uma capacidade para importar capaz de garantir a compra de

⁶⁰ MELLO, J.M.C. de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 182p.

meios de produção e de alimentos e bens manufaturados de consumo, indispensáveis à reprodução da força de trabalho industrial”.

Além da relação com a atividade industrial, “o café exigiu a montagem de uma rede urbana no estado de São Paulo, compreendendo um sistema de transporte e uma rede de comércio e de serviços para uma grande massa de trabalhadores [...]”, conforme conta Negri (1996, p.32). Percebe-se tanto a inter-relação como a interdependência entre os três setores da economia no Oeste Paulista.

O desenvolvimento da economia cafeeira conferiu peculiaridades na ocupação rural do estado de São Paulo. A agricultura apresentou-se mais avançada nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto, onde a “fertilidade do solo, o beneficiamento do café, as ferrovias, o financiamento à produção promovidos pelo capital comercial e o apoio institucional fizeram-se presentes, antes das demais regiões” (Negri, 1996, p.45). Da mesma forma, a expansão ferroviária que se seguiu, impactou a organização urbana. Conclui Ohtake (1982),⁶¹ citada por Negri (1996, p.41), que a “marcha da ocupação do estado de São Paulo articulada ao ‘complexo cafeeiro’, realizou-se pelo avanço da fronteira agrícola (onde o café foi acompanhado de outras culturas) e pela concomitante criação de núcleos urbanos que a seguir se transformaram em novos municípios.” Muito embora o processo de urbanização tenha surgido e obtido destaque na capital do estado, várias cidades interioranas desenvolveram atividades comerciais ou

⁶¹ OHTAKE, M.F.G. O processo de urbanização em São Paulo: dois momentos, duas faces. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

industriais, principalmente nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto e Sorocaba.

O aumento na demanda internacional de café assim como a conseqüente pressão positiva sobre os preços, aliada às políticas governamentais de defesa permanente dessa cultura nos primeiros anos do século XX, motivaram a expansão da produção. Em busca de novas terras para plantio, foram sendo ocupadas áreas em direção ao noroeste do estado de São Paulo, chamado de Oeste Pioneiro – regiões de São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Araçatuba e Marília. Mais intensivamente, esse território foi ocupado a partir da década de 1920. Contando inicialmente com poucos e extensos municípios e transporte escasso, essa ocupação territorial teve a infelicidade de conviver com preços baixos no mercado internacional de café.⁶² As condições econômicas para acumulação de capital por parte dos principais agentes do complexo cafeeiro diferiram bastante daquelas encontradas anteriormente, pelos cafeicultores das velhas regiões - Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto.

Muito embora a ocupação do Oeste Pioneiro tenha sido motivada pela expansão no plantio de café, posteriormente houve a necessidade de diversificação da produção, tanto em função dos baixos lucros advindos da atividade cafeeira, como por uma exigência da urbanização que ocorria em todo o Estado, demandando excedentes alimentares. A produção desta nova fronteira agrícola

⁶² Cano (1998a) oferece uma boa discussão a respeito dos condicionantes da “crise do café” no início dos anos 1930, uma vez que este trabalho não tem o objetivo de tratar profundamente do assunto. Cabe menção, entretanto, à diminuição abrupta nos preços deste produto, que sustentavam grande parte da economia paulista. Fazendo um índice do preço do café no mercado externo igual a 100 em 1928 – ano que antecede a “crise” –, verifica-se a diminuição para 94 em 1929, 54 em 1930, caindo para 30 no ano de 1930 (Cano, 1998a, p.161).

centrou-se no algodão e nos produtos alimentícios, em paralelo ao desenvolvimento da atividade pecuária (Martin et al., 1992). Além destes produtos, cabe destaque ao papel da cana-de-açúcar, que passa a ocupar parte dos espaços deixados pela cultura cafeeira, após a crise dos anos 1920/30, concentrando-se inicialmente nas antigas regiões de café – Campinas e Ribeirão Preto.

Para Bray (1989, p.3-4),⁶³ a expansão da cana-de-açúcar não foi resultante da crise da produção do café e sim uma atividade complementar a esta, fruto do “deslocamento contínuo dos lucros dos cafeicultores para os negócios da industrialização de açúcar. Ao mesmo tempo, quanto mais os cafezais se expandiam em São Paulo, mais prosperava a lavoura canavieira, as engenhocas e as usinas de açúcar.” Para este autor, a cana-de-açúcar não foi uma atividade substituída pelo café durante o final do século XIX e início do XX, considerado o auge do ciclo do café. Enquanto este produto era destinado à exportação, o açúcar era vendido no mercado interno – São Paulo e estados vizinhos. A cana-de-açúcar funcionou, desta forma, como destinatária dos lucros e da mão-de-obra advindos da cultura cafeeira nas regiões mais dinâmicas do Estado. Por outro lado, a agricultura canavieira do Oeste Pioneiro não teve os mesmos determinantes; a aplicação de lucros capitalistas não foi suficiente para articular a produção desta região, que “avançou dentro da intervenção governamental de descentralização da indústria sucro-alcooleira, o que levou à implantação de indústrias de outras regiões”, conforme Martin et al. (1992, p.128). O dinamismo desta área,

⁶³ BRAY, S.C. A formação do capital na agroindústria açucareira de São Paulo: revisão dos paradigmas tradicionais. Rio Claro, 1989. 170p. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

juntamente com as regiões de Sorocaba e do Vale do Paraíba deve-se, na concepção dos autores, mais a intervenções de política econômica e transbordamentos dos investimentos das regiões mais dinâmicas do que ao surgimento de empresários da própria região.⁶⁴ Dependendo de investimentos estatais ou da acumulação de capitais proveniente das regiões mais dinâmicas, o “Oeste, uma vez ‘esgotado’ o processo de ocupação, apresentava trajetória de esvaziamento populacional crônico que perduraria até o início de 1980 [...]” (Negri, 1996, p.91).

Além da reordenação do espaço agrícola, o período 1930/50 marca a substituição da malha ferroviária pelas estradas de rodagem, que até então tinham caráter secundário (Negri, 1996). A expansão do sistema viário articulou as regiões de Campinas e Sorocaba com a capital, permitindo o intercâmbio de produtos agrícolas e industriais. A cidade de São Paulo, por meio de economias de escala, atraía ou mantinha as indústrias bem como as atividades de prestação de serviços. Ao interior, cabia o papel de complementar a atividade industrial econômica da capital, servindo de fornecedora de bens de consumo não duráveis ou agroindustriais, não tendo, portanto, vida econômica própria além da que lhe conferia a capital.

A reversão da tendência de concentração econômica na capital do Estado deu-se somente com a industrialização mais intensa no interior a partir da década de 1970; a fixação de médias e grandes indústrias no interior tornou possível, inclusive, a modernização da atividade agrícola, por meio da agroindústria e do setor fornecedor de

⁶⁴ Para Hespanhol (1996, p.46), o transbordamento ou as externalidades das regiões dinâmicas do estado de São Paulo dirigiram-se aos Estados vizinhos, como Minas Gerais e Paraná, antes de atingirem o “Oeste Pioneiro”.

insumos. Adicionalmente, deseconomias de localização da capital e grandes centros urbanos foram responsáveis pela migração de população e indústrias para cidades de pequeno e médio porte do interior do estado de São Paulo (Negri, 1996).

Parcela dos esforços de redirecionamento da economia paulista deve-se à atuação governamental. A preocupação com a concentração econômica em torno da Grande São Paulo, que absorvia mão-de-obra e recursos econômicos de todo o Estado, despertou a atenção dos governos estadual e federal que buscaram desenvolver programas de interiorização do desenvolvimento,⁶⁵ com o intuito de drenar dinamismo da capital, fixando-o em diversas áreas do interior. No âmbito federal, destaque é dado aos investimentos realizados conforme o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que destinou recursos para a instalação de agroindústria, indústria química e metal mecânica (automobilística) no interior paulista.

As preocupações por parte do governo estadual com a interiorização da economia iniciaram-se com o governo de Abreu Sodré (1967/71), quando foram criadas as Regiões Administrativas, com dois objetivos originais:

“a) O primeiro deles, de natureza econômica, política e social, de promover o planejamento indicativo regionalizado do Estado, a fim de atenuar os desequilíbrios provocados pelo rápido processo de urbanização e industrialização. [...] b) O segundo, um

⁶⁵ A “interiorização do desenvolvimento” deve ser entendida como a transferência de importância econômica da capital do Estado para o interior (em termos agrícolas, industriais e de serviços prestados), medido em termos percentuais do PIB paulista. O termo foi cunhado por Wilson Cano e é utilizado nos trabalhos de Cano (1998a, 1998b), Negri (1996) e Pacheco et al. (1995).

objetivo administrativo e técnico de promover a introdução de critérios de regionalização na administração estadual, ainda marcada por uma excessiva centralização e por critérios locacionais insuficientes, no planejamento de suas atividades” [Souza (1976), citado por Hespanhol (1996, p.39)⁶⁶].

Segundo a concepção governamental, o desenvolvimento seria interiorizado por meio da implantação de pólos de desenvolvimento regional, centrado em núcleos urbanos dinâmicos que dariam condições para o crescimento das áreas contíguas. O governo Laudo Natel (1971/75) também dividia esta opinião, compreendendo que a reversão da concentração industrial na capital do Estado necessitava de esforços das forças do governo estadual, suficiente para redirecionar os benefícios decorrentes dos fatores locacionais. Preocupou-se em fixar eixos de desenvolvimento industrial, que deveriam vir acompanhados de uma política agrícola complementar ao processo de industrialização primário: rodovia Anhangüera (região de Ribeirão Preto), rodovia Washington Luiz (região de São José do Rio Preto), rodovia Castelo Branco (que corta a região de Sorocaba) e via Dutra (região de São José dos Campos). Ou seja, a fixação de diretrizes estaduais para o desenvolvimento do interior só confirma as tendências naturais que já vinham ocorrendo na economia paulista. A atividade estatal era compreendida como sendo complementar àquela do setor privado, que “revela os caminhos por onde se desenvolve

⁶⁶ SOUZA, M.A. Regionalização: tema geográfico e político – o caso paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, n.50, p.103-141, 1976.

naturalmente a atividade econômica" (Negri, 1996, p.172). Assim, a interiorização do desenvolvimento não deveria ser forçada e sim fortalecida ou facilitada em regiões já consolidadas.

As ações dos governos seguintes [Paulo Egydio Martins (1975/78) e Paulo Maluf/ José Maria Marin (1979/82)] tiveram, segundo análise de Negri (1996), boas intenções e poucas práticas efetivas no que diz respeito ao desenvolvimento do interior paulista. As obras em infra-estrutura que mereceram destaque (conclusão da rodovia dos Bandeirantes e da rodovia dos Imigrantes) somente criaram melhores condições para o crescimento das mesmas regiões tradicionalmente mais dinâmicas. Durante a gestão de Franco Montoro (1983/86), a ação estadual na desconcentração do desenvolvimento, utilizou-se da destinação de recursos financeiros às prefeituras, objetivando a construção de infra-estrutura municipal, bem como a manutenção dos projetos viários estaduais. Mais uma vez os projetos estaduais acabaram por ter poucos efeitos concretos no que diz respeito à desconcentração, reforçando simplesmente as regiões dinâmicas. Este argumento também é defendido por Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade (1990, p.33):

"há forte indicação de que o processo de interiorização do desenvolvimento industrial, na década de [19]70 e no primeiro quinquênio da de [19]80, ocorreu de forma altamente concentrada. Ou seja, a intensificação da ocupação industrial do Interior paulista fixou-se, com primazia, no entorno dos eixos de penetração e de ligação com outros mercados."

Leme & Biderman (1997) também aceitam estas idéias. Consideram a instalação de indústrias químicas na região do Vale do Paraíba como

uma consequência da instalação da refinaria de petróleo (Refinaria Henrique Lage, em São José dos Campos). Além disto, a região beneficiou-se com a implementação de indústrias de bens duráveis e bens de capital (entre elas a automobilística) e pelos gastos militares na área aeronáutica e aeroespacial. A região de Santos, por seu turno, beneficiou-se com os investimentos estatais no pólo petroquímico (na década de 1950) e, posteriormente, no pólo siderúrgico (anos de 1970), notadamente na cidade de Cubatão.

Já na década de 1980, o governo estadual, de Orestes Quércia (1987/91), também se utilizou da estratégia de direcionar o gasto governamental em áreas interioranas. Com isto, conclui Negri (1996, p.174), “praticamente, se completa a estrutura viária interiorizada [...], encurtando distâncias inter-regionais e daí com a metrópole, tornando os principais centros urbanos do interior em condições de acolher empreendimentos industriais dos mais variados portes.” Um importante instrumento de fomento industrial desta época não atingiu os objetivos governamentais pretendidos: a concessão de taxas de juros privilegiadas de acordo com a localização da planta industrial, não foi suficiente para redirecionar os investimentos produtivos privados.⁶⁷

Esforços também foram despendidos pelos governos municipais, visando a atração de empreendimentos industriais e de serviços para o interior do Estado. As prefeituras, conforme mostra Negri (1996), passaram a conceder benefícios e a tomar para si a função de agentes

⁶⁷ Regiões menos industrializadas tinham taxas de juros ligeiramente inferiores àquelas praticadas nas demais regiões. Tal incentivo não conseguiu fazer de certas áreas, regiões prioritárias na destinação de investimentos como, por exemplo o Vale do Ribeira (Negri, 1996).

de fomento do desenvolvimento urbano, regional e industrial.⁶⁸ Tais esforços, desempenhados sem um planejamento mais acurado e sem a visão de desenvolvimento regional tiveram, segundo avaliação de Negri (1996, p.174), efeito inócuo para a captação de investimentos. Isto porque

“o número de municípios que ofereceram incentivos e subsídios visando atrair novas indústrias foi tão grande que o capital produtivo passou a ficar em situação privilegiada, isto é, a decisão privada de onde investir passava a ter um grande número de opções locais, uma vez que a concorrência entre as prefeituras era tão acentuada que as vantagens de uma sobre a outra praticamente se anulavam. Na verdade, as indústrias se instalavam onde determinava a ‘lógica capitalista’, ao mesmo tempo que se beneficiavam dos privilégios concedidos pelas municipalidades.”

Opinião semelhante têm Pacheco et al. (1995). Além de chamar a atenção a este fato, o trabalho conclui que os incentivos municipais não têm o poder de alterar as macroestratégias empresariais, sendo somente complementar na decisão locacional de projetos de investimento.⁶⁹

⁶⁸ Estes benefícios tomam a forma de isenção ou diminuição de tributos municipais por um determinado período de tempo, doação ou concessão de terrenos, melhoria na infra-estrutura de apoio à atividade industrial ou de serviços – asfalto, energia elétrica, saneamento, implantação de distritos industriais, etc.

⁶⁹ Estas estratégias são “fatores aglomerativos ou ligados à mão-de-obra, ou seja, são as condições de acesso, a existência de mão-de-obra – aqui incluída a inexistência de sindicatos fortes –, a proximidade dos clientes e dos insumos. Esse conjunto de fatores, acrescidos daqueles ligados à estratégia mercadológica da firma (área a ser atendida pela produção daquela planta, etc.), consubstancia o que estamos denominando de macroestratégia de localização” (Pacheco et al., 1995, p.263).

Em que pesem os esforços em várias instâncias para que ocorresse a interiorização do desenvolvimento no estado de São Paulo, nota-se a perda de importância econômica de algumas regiões eminentemente agrícolas. Algumas regiões, mesmo com parcela significativa da economia vinculada à agropecuária, conseguiram dinamizá-la, a ponto de viabilizar a agroindústria e o desenvolvimento regional urbano, uma vez que substituíram o café por culturas passíveis de capitalização, como a cana-de-açúcar, laranja e soja. O Oeste Pioneiro, ao contrário, direcionou-se para a instalação de pastagens (principalmente nas regiões de Presidente Prudente e Araçatuba), dinamizando, somente tempos depois, a industrialização ou frigorificação da carne (Hespanhol, 1996). A partir da agricultura, a perda de dinamismo,⁷⁰ avançou pelos outros setores econômicos “no oeste paulista, especialmente na Alta Sorocabana, Pontal do Paranapanema, Nova Alta Paulista e Alta Araraquarense, e também no sudoeste do Estado na região de Itapeva (o chamado ramal da fome), e no Vale do Ribeira” (Martin, 1993, p.27). O resultado deste processo, vinculado aos

“grandes ajustes que vêm passando a agricultura paulista, com a crise de produtos tradicionais e fortemente empregadores de mão-de-obra como o café e o algodão, geraram um total de 226 municípios paulista com mais de 20% de suas famílias classificadas como indigentes, com ganhos familiares que permitem no máximo a aquisição de uma cesta básica” (Martin, 1993, p.28).

⁷⁰ O caráter pouco dinâmico da agricultura, segundo colocações de Martin (1993), era fruto de exploração não sustentável, com esgotamento do potencial dos solos e recursos hídricos, altos custos, desperdício de insumos e alta especialização (monocultura).

Silva (1995) também corrobora as idéias de que as benesses da interiorização tenham sido heterogeneamente dispersas. Regiões que receberam investimentos produtivos relacionados com tecnologia de ponta, seja na área industrial ou agrícola, tiveram crescimento representativo, bem como aquelas regiões dedicadas à agricultura de produtos para o mercado externo. Regiões que, ao contrário, especializaram-se em bens de consumo não duráveis ou agrícolas voltados ao mercado interno como Bauru, Barretos, Presidente Prudente e Registro tiveram crescimento econômico bem menos expressivo.

3.3 Diferenças regionais – estrutura contemporânea

A diferença na estrutura regional do estado de São Paulo torna-se, inicialmente, fruto das desigualdades em termos de sua ocupação econômica. Num primeiro momento, os recursos naturais disponíveis acabaram por condicionar ou determinar o tipo de ocupação econômica de destaque em cada região; em seguida, a possibilidade de acumulação de capital no setor privado direcionou a instalação das atividades comerciais, industriais ou agroindustriais, que em conjunto com ações tomadas pelo setor público, tornaram-se os ingredientes que conformaram a estrutura econômica atual do estado.

As conclusões obtidas por Negri (1996) colocam em paralelo a ocupação e o crescimento regional com a estrutura viária disponível às regiões, uma vez que esta ao mesmo tempo permitia a diminuição nos custos de transporte e a integração das várias regiões entre si, com a capital e outros centros consumidores. O crescimento e o processo de urbanização decorrente da ocupação do território

paulista, concentram-se em certas áreas em detrimento de outras, notadamente em cidades médias da região oriental do Estado,

“acompanhando sua maior modernização, diversificação e expansão agrícola e o desenvolvimento agroindustrial e a relativa ‘descentralização’ industrial, sobretudo nos eixos de penetração da via Dutra (até São José dos Campos e Taubaté), da via Anhangüera (até Ribeirão Preto), da via Washington Luiz (até São José do Rio Preto) e da Rodovia Castelo Branco (até Sorocaba)” (Negri, 1996, p.169).

Destaque deve ser dado à influência dos investimentos do setor público nas diferentes regiões do Estado.⁷¹ Para Pacheco et al. (1995) estes recursos redirecionaram a economia de certas regiões paulistas como, por exemplo, por meio da instalação de empresas estatais (notadamente de siderurgia e petroquímica) e infra-estrutura de transportes, energia elétrica e comunicações. Estes autores ressaltam também a adoção de instrumentos de política econômica que permitiram o crescimento diferenciado e a acumulação de capital em alguns segmentos (agricultura e indústria de manufaturados voltada à exportação), opinião também seguida por Araújo (1999).

⁷¹ Benitez (1999) oferece uma breve revisão das idéias a este respeito. Em seu trabalho, o autor discute a complementaridade entre investimentos públicos e privados, bem como os efeitos sobre a produtividade dos fatores de produção. Menciona que a “infra-estrutura, ao criar condições favoráveis para o desenvolvimento de empresas, indústrias e emprego, ressalta sua importância sobre a atividade econômica ao propiciar melhores condições sobre a produção.” Além dos impactos diretos, a disponibilidade de infra-estrutura (comunicações, transportes e energia) pode afetar o desenvolvimento regional, por meio de efeitos indiretos sobre outras variáveis econômicas como emprego ou renda. BENITEZ, R.M. A infra-estrutura, sua relação com a produtividade total dos fatores e seu reflexo sobre o produto regional. **Planejamento e Políticas Públicas**, v.1, n.1, p.275-306, jun. 1999.

No que diz respeito especificamente à agroindústria, os incentivos governamentais, segundo a análise de Martin et al. (1992, p.99), objetivaram espalhar o dinamismo por todo o complexo agroindustrial do estado de São Paulo, o que somente conseguiram fazer de maneira heterogênea:

“se as políticas produziram alterações importantes na agricultura do Estado, as atividades rurais por sua dinâmica própria responderam de maneira diferenciada aos estímulos dirigidos, selecionando algumas e dando menor incentivo a outras. Cada região agrícola do estado de São Paulo, em função da sua especialização em termos de atividades, foi atingida de maneira diferenciada, respondendo também de forma específica”.

Dados mais recentes, fornecidos por Belik et al. (1999),⁷² permitem a formulação de algumas conclusões no que diz respeito à segmentação da agroindústria no Estado.⁷³ Cabe ressaltar a importância da agroindústria da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) no percentual total da receita líquida do Estado, cerca de 24,8% do total, em que pese a pequena participação no total de atividades industriais da região (6,3% do total de atividades industriais). A RA de Campinas também tem grande colaboração no total da receita líquida agroindustrial do Estado (24,5%), diferenciando-se da RMSP pelo alto percentual deste setor no conjunto de atividades industriais da região (21,2%). Em seguida,

⁷² Os valores discutidos por Belik et al. (1999) advém dos resultados da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep, realizada pelo Seade. Os trabalhos de Araújo (1999) e Paulino & Montoro (1999) também valeram-se da mesma base de dados.

⁷³ A definição de agroindústria neste trabalho compreende as atividades relacionadas com o primeiro processamento industrial de matérias-primas advindas do setor agropecuário, ou seja derivadas de base animal ou vegetal.

destaque é dado à região de Ribeirão Preto, que tem na agroindústria alto peso (cerca de 62% de sua receita líquida industrial) e alta colaboração efetiva no total estadual (9,1%). Um grupo amplo abrange as regiões onde a proporção agroindústria/ atividade industrial total em termos de receita líquida e pessoas ocupadas é elevada (notadamente as RA de Barretos, Marília, Presidente Prudente e Araçatuba, além da Central, Franca, São José do Rio Preto e Bauru), e que por outro lado pouco contribui efetivamente para a receita líquida do Estado. Este resultado parece ser contraditório; nas regiões onde a agroindústria mais contribui para a economia regional, a contribuição para o resultado econômico do Estado é menor.

Além da conformação agroindustrial, os resultados da ocupação diferenciada da economia paulista são mostrados no trabalho de Araújo (1999), que menciona a grande participação do estado de São Paulo em setores industriais ligados à produção de bens de alto valor agregado e conteúdo tecnológico (setores mecânico, químico, materiais de transporte, borracha e materiais plásticos). A dispersão espacial das instalações industriais, para esta autora, segue as idéias de Azzoni (1986), concentrando-se nas regiões distantes cerca de 150 km ao redor da RMSP, abrangendo as RAs de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba. O dinamismo desse “entorno metropolitano” deve-se à urbanização da região, à presença de malha viária, à redução nos custos de transporte e proximidade com o mercado consumidor.

Os resultados do trabalho de Araújo (1999) permitem consolidar a RMSP como líder na economia paulista, concentrando parcela significativa da atividade industrial (56,8% do pessoal ocupado do Estado, 60,4% do valor adicionado industrial e 57% das unidades

locais de produção industrial),⁷⁴ notadamente em alguns setores: produtos químicos, montagem de veículos automotores, fabricação de máquinas e equipamentos, edição, impressão e reprodução gráfica e alimentos e bebidas.

O entorno metropolitano, para Araújo (1999), tem atividades industriais de caráter complementar às da RMSP nos setores já mencionados; estas duas regiões respondem em conjunto por 90% do valor adicionado industrial do Estado.⁷⁵ Em termos regionais destacam-se as atividades têxteis (RA de Campinas), produção de material eletrônico e aparelhos e equipamentos de comunicação (RA de São José dos Campos), produtos minerais não metálicos (RA de Sorocaba) e metalurgia básica (RA de Santos). O Interior⁷⁶ tem destaque na indústria de alimentos e bebidas (responsável por 41% de toda a produção industrial da região), álcool e manufatura de couro e calçados, ou seja, setores visivelmente relacionados à agropecuária.

O setor de comércio concentra metade de sua atividade na RMSP, destacando-se os setores de atacado, supermercados e hipermercados (Araújo, 1999). A outra metade é dividida igualmente entre o Entorno e o Interior. Os serviços de informática concentram-se nitidamente em torno de regiões usuárias desses serviços ou

⁷⁴ Este estudo considera como Unidades Locais (UL) o espaço físico em que as atividades abrangidas pelo escopo do Paep são desempenhadas – indústria, comércio, serviços de informática e construção civil. Cada UL é reconhecida por um sufixo diferente, aliado ao CGC (Cadastro Geral do Contribuinte, atual Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ), correspondendo, na maioria das vezes, a cada endereço da empresa.

⁷⁵ Analisadas isoladamente, as regiões que compõe o “entorno” respondem por 28,3% do pessoal ocupado, 29,9% do valor adicionado industrial e 25,2% das unidades locais de produção industrial do Estado.

⁷⁶ Considerado pela autora como as regiões do interior do estado de São Paulo, exclusive aquelas do “entorno metropolitano”.

geradoras de desenvolvimento tecnológico ou científico (RMSP, Campinas e São José dos Campos).

Divergências entre as regiões do estado de São Paulo também são sentidas no que diz respeito ao potencial exportador. O trabalho de Paulino & Montoro (1999) mostra a concentração das exportações industriais na RMSP (principalmente de veículos automotores, máquinas e equipamentos e produtos químicos), seguida das regiões de Campinas (exportações de veículos, têxteis, máquinas e equipamentos) e de São José dos Campos (veículos, equipamentos de transporte, médicos e eletrônicos). As demais regiões paulistas concentram as exportações em produtos agroindustriais (excetuando-se a RA de Santos, onde o destaque é a metalurgia básica), principalmente alimentos e bebidas.

A diferenciação que é percebida nas regiões do Estado pode ser verificada por meio da capacitação da população, vinculada ao maior dinamismo de certas regiões do estado de São Paulo. Fernandes et al. (1999) verificam a importância do capital humano nas diferentes Regiões Administrativas do Estado; para tanto, comparam a média salarial mensal baseando-se em dados da RAIS de 1995.⁷⁷ As diferenças encontradas nas médias salariais podem ser explicadas pelo grau de qualificação dos trabalhadores (educação formal) e parte pela qualidade dos postos de trabalho oferecidos na RA. Como resultado encontrado, a habilidade do trabalhador (qualidade do trabalho desempenhado) não influencia a média salarial de forma geral; a maior parte das diferenças nos salários médios é explicada

⁷⁷ RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho. Os dados são coletados anualmente, com base não amostral, compreendendo diversas informações sobre as características dos trabalhadores, bem como dos postos de trabalho.

pela qualidade dos postos de trabalho (empresas com melhores postos).⁷⁸ Pode-se facilmente relacionar melhores salários médios a melhores postos de trabalho e a melhores empresas instaladas em algumas regiões. Regiões com média salarial mais alta tendem a ter melhores empresas, oferecendo melhores postos de trabalho: RMSP, São José dos Campos, Campinas e Santos.⁷⁹

Em resumo, as diferenças existentes entre as regiões do estado de São Paulo têm sido analisadas com diferentes enfoques: propriedades físicas (fertilidade do solo, clima, recursos hídricos), investimentos estatais e privados, capital humano e relacionamento da produção com o mercado externo. As conseqüências da ocupação desigual, da qualificação da população ou os efeitos da concentração de determinadas atividades econômicas nos diferentes espaços do território paulista fazem-se refletir em um denominador comum, qual seja, a renda *per capita* regional. As diferentes variáveis econômicas que interagem em uma determinada região do Estado podem estar refletidas na apropriação desigual da renda *per capita*.

Muito embora não seja tão simples o cálculo da variável, Azzoni & Capelato (1996) decompõe a renda estadual em renda *per capita*

⁷⁸ As RAs Central, Ribeirão Preto e Campinas têm a habilidade dos trabalhadores como fator fundamental para explicar a diferença na remuneração. Outro caso que merece destaque é o da RMSP, na qual tanto a habilidade dos trabalhadores como a qualidade dos postos tem potencial explicativo das diferenças salariais. Por outro lado, nas regiões com menor remuneração (Registro, Araçatuba, Franca, Bauru, Presidente Prudente e São José do Rio Preto), as diferenças salariais são decorrentes somente da qualidade dos postos de trabalho.

⁷⁹ As conclusões do trabalho estão fundamentadas em duas proposições: (i) tendo em vista que a RAIS só compila dados referentes ao emprego formal, estes são supostos como melhores que os postos de trabalho informal; pessoas mais capacitadas prefeririam aderir ao mercado de trabalho formal a permanecer no informal; e (ii) quanto maior a habilidade do trabalhador, maior a probabilidade de emprego no setor formal.

referente às Regiões de Governo (RGs), valendo-se de uma *proxy*.⁸⁰ A análise permite constatar a amplitude da variação da renda nas RGs, partindo do valor mínimo de R\$ 1.885 (referente à RG de Registro) até o máximo referente à RG de São Paulo, R\$ 6.996, sendo o valor médio da renda *per capita* paulista de R\$ 5.633.⁸¹

A constatação de que as rendas *per capita* das regiões paulistas são, de fato, diferentes necessita da consideração de alguns Indicadores de Desigualdade,⁸² que podem descrever quantitativamente as disparidades entre as diferentes Regiões de Governo. O primeiro indicador (V_w) é considerado um coeficiente ponderado da variação, que mede a dispersão da renda *per capita* regional relativamente à média observada, ponderada em função da parcela da população. O segundo indicador (V_{uw}) é similar ao primeiro, desconsiderando-se a ponderação de acordo com a parcela da população em cada região. O terceiro indicador (M_w), desconsidera os quadrados das dispersões das rendas *per capita* em função da média, tornando-o menos sensível a observações extremas. Quanto maiores os valores absolutos apresentados pelos indicadores, maiores as disparidades regionais da renda *per capita*. A Tabela 1 apresenta os valores calculados dos três indicadores, considerando-se a dispersão da renda *per capita* das diferentes RGs em função da média

⁸⁰ No trabalho são considerados os dados referentes aos valores monetários do consumo residencial de energia elétrica, imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA, movimentação bancária e valor adicionado fiscal das diferentes RGs.

⁸¹ Valores referentes ao ano de 1991.

⁸² Estes Indicadores de Desigualdade foram propostos por Williamson (1965) e utilizados no trabalho de Gomes (1997):

WILLIAMSON, J. Regional inequality and the process of national development. **Economic Development and Cultural Change**, v.13, n.4, p.1-83, July 1965.

GOMES, G.M. **Desenvolvimento e política regional na União Européia**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. 119p. (Texto para Discussão, 483)

de renda *per capita* do estado de São Paulo. Comparação é feita com os resultados de Gomes (1997), que se valendo da mesma metodologia, apresenta os valores calculados para os diferentes países que compõe a União Européia (utilizando dados referentes a 1993), assim como dos estados do Brasil e dos Estados Unidos (dados de 1994).⁸³

A análise dos dados da Tabela 1 permite concluir que há grande desigualdade entre as rendas das diferentes RGs do estado de São Paulo. Quanto mais próximos a zero fossem os três indicadores apresentados, mais homogênea seria a distribuição da renda estadual. Um potencial elemento de distorção dos cálculos, por tratar-se de um valor extremo (*outlier*), é a renda *per capita* da Grande São Paulo. Este valor é aproximadamente 3,7 vezes maior que a da RG de Registro, a menor do estado e quase 20% superior à renda de Campinas, a segunda do estado. Os indicadores recalculados após a eliminação desse valor tornam-se menores, significando diminuição da desigualdade das rendas das demais regiões.⁸⁴

⁸³ Os dados obtidos da obra de Gomes (op. cit.) foram calculados a partir do PIB *per capita* dos países europeus, assim como dos estados brasileiros e americanos. Os resultados obtidos no caso paulista baseiam-se, entretanto, na dispersão da renda regional *per capita*. Muito embora a comparação dos resultados obtidos com a economia paulista e as demais regiões fique prejudicada com as diferentes unidades de medida, a Tabela 1 tem caráter meramente ilustrativo, com o objetivo de apresentar a dispersão desigual da renda nas diferentes regiões do estado de São Paulo.

⁸⁴ Outra forma de ressaltar a importância da Região Metropolitana da Grande São Paulo na renda total do Estado, reflete-se no fato de que a renda média reduz-se de R\$ 5.633,00 para cerca de R\$ 4.300,00 após esta região ser desconsiderada do cálculo da média estadual

Tabela 1. Indicadores de Desigualdade entre PIB *per capita* – países da União Européia, estados do Brasil e dos Estados Unidos da América, Regiões de Governo do estado de São Paulo.

Unidades de Observação	Ano	V _W	V _{UW}	M _W
Países da União Européia	1993	0,1290	0,0580	0,0938
Estados do Brasil	1994	0,4370	0,0917	0,3811
Estados dos EUA	1994	0,1235	0,0206	0,0948
RGs – estado de SP	1991	0,2685	0,0533	0,2438
Idem – excluindo GSP	1991	0,2316	0,0370	0,0726

Fonte: Dados da União Européia: EUROSTAT (1995); estados do Brasil: Oliveira e Silva et al. (1996); estados dos Estados Unidos: US Department of Commerce (1996), conforme cálculos realizados por Gomes (1997). RGs do estado de São Paulo: cálculos da autora, baseando-se nos valores da renda *per capita* calculados por Azzoni & Capelato (1996).

Nota: GSP = Grande São Paulo

Leme & Biderman (1997) analisam com parcimônia a estrutura da distribuição da renda em São Paulo. O perfil do estado assemelha-se mais ao do Brasil, ou seja alta concentração de renda em parcela reduzida da população, do que ao perfil de países como Estados Unidos, Japão, Argentina ou México.⁸⁵ Os autores também analisam o comportamento da distribuição de renda nas diferentes regiões do Estado cujos dados são sintetizados na Tabela 2.⁸⁶

⁸⁵ Considerando os dados para o Brasil e para o estado de São Paulo, apresentados pelo Censo Demográfico realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1991.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1991**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 1996.

⁸⁶ Os autores consideram as seguintes divisões do estado de São Paulo: Metrópole: Região Metropolitana de São Paulo; Entorno: RGs de Sorocaba, Jundiaí, Bragança Paulista, São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá, Cruzeiro, Santos e Caraguatatuba; Campinas: RGs de Campinas, Araraquara, São Carlos, Rio Claro, Limeira, Piracicaba; Ribeirão: RGs de Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, Franca, São Joaquim da Barra, Catanduva e São José do Rio Preto; Intermediária: Itapetininga, Botucatu, Jau, Bauru, Lins e Araçatuba; e Franja: Votuporanga, Fernadópolis, Jales, Andradina, Dracena, Adamantina, Presidente Prudente, Tupã, Assis, Marília, Ourinhos, Avaré, Itapeva e Registro.

Tabela 2. Renda média familiar *per capita* (em R\$ de setembro de 1995), por decis da população, segundo regiões do estado de São Paulo, 1991.

Regiões/decis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Estado	35	64	88	115	146	183	237	320	486	1.389
Metrópole	45	79	110	142	179	227	294	394	601	1.679
Interior	30	54	74	96	121	151	190	254	379	1.069
Campinas	41	71	94	119	145	178	224	295	436	1.191
Entorno	31	58	80	104	132	165	210	281	413	1.135
Ribeirão	34	59	78	99	122	150	176	245	363	1.050
Intermediária	30	52	70	90	112	139	174	230	338	960
Franja	22	37	51	65	80	100	129	174	268	836

Fonte: Leme & Biderman (1997, p.198), com base em IBGE (1996).

Nota: valores em R\$ de setembro de 1995, corrigidos pelo IGP-DI

Da análise destas informações percebe-se que a Metrópole “tem renda e desigualdade mais elevadas que no Interior” (Leme & Biderman, 1997, p.194). Além deste aspecto, pode ser destacado o fato de que a região com menor renda *per capita*, a Franja, apresenta também a maior desigualdade do Interior quando comparadas às rendas dos 10% mais ricos com a dos 40% mais pobres. A região de Campinas, por seu turno além de ser a menos desigual, segundo este critério de comparação, é a que apresenta a maior renda *per capita* dentre as regiões interioranas. Constata-se, pois, mais uma vez a existência de uma perversa distribuição da renda nas diferentes regiões do estado de São Paulo, concentrando-se em algumas áreas mais do que em outras. Além disto este fator, considerado um denominador comum das diferenças, sintetiza a heterogeneidade de condições de e para o crescimento das regiões.

Muitas hipóteses, visando explicar o crescimento desigual do estado de São Paulo, foram, então, apresentadas; o papel dos recursos naturais para a expansão agropecuária, a acumulação de capital, o papel dos governos federal, estadual e municipal na tentativa de redirecionar o crescimento paulista e a capacitação da população. Entretanto, todas estas análises partem de elementos atomizados: a capacitação dos indivíduos seria fruto somente de sua racionalidade individual e não de oportunidades e condicionantes sociais; a implantação ou desenvolvimento de núcleos urbanos, agrícolas ou industriais estaria consoante com a “teoria da localização” ou “economias e deseconomias de localização”, conforme as idéias fundamentais das análises de Azzoni (1986; Azzoni et al., 1994; Azzoni & Capelato, 1996), incorporadas nos trabalhos de Negri (1996) e Araújo (1999). Estas explicações esquecem do fator fundamental de que qualquer unidade territorial a ser analisada, “possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transporte e de comunicações” (Abramovay, 2000, p.385). Tais idéias de Abramovay já incorporam um novo foco de análise, ou seja, as raízes históricas, políticas, civis e sociais que delineiam o pano de fundo para o desempenho econômico.

As colocações de Martin (1993, p.27) também parecem caminhar no mesmo sentido. Comentando sobre a relativa falta de dinamismo da atividade agrícola de certas regiões do estado de São Paulo, o autor menciona que

“as superestruturas públicas estaduais não estão adaptadas para um novo tipo de ação local [em nível municipal]. Isto, somado ao baixo nível de organização

dos produtores dessas regiões menos desenvolvidas do Estado e a quase ausência da ação do poder local na agricultura, tem obstaculizado a recuperação das mesmas e continuam contribuindo para o crescimento do enorme vazio demográfico em vastas regiões do interior do estado [...].”

Ou seja, Martin (1993) lança mão de uma hipótese que, muito embora não seja desenvolvida ao longo de seu trabalho, traz em si o ponto de partida de uma discussão complementar de grande importância: a relação entre o baixo nível de organização dos produtores agrícolas e de outros segmentos da economia e o baixo crescimento de certas regiões do estado de São Paulo.

Ao debate sobre o crescimento cabe espaço para a investigação do potencial papel das interações sociais, da formação organizacional e da participação cívica e associativa na vida econômica da região a que pertencem. Às causas históricas e à dotação de recursos (ou estoques de capital tradicionalmente disponíveis ao crescimento econômico – natural, físico, financeiro e humano) precisa ser somado o capital social que compõe e está disponível em cada município do estado de São Paulo.

4 METODOLOGIA

Tendo em vista o objetivo de descrever o capital social existente nos 645 municípios que compõe o estado de São Paulo, esta pesquisa faz uso de dados secundários, coletados e/ou compilados por diferentes instituições de pesquisa. Esta abordagem traz consigo a dificuldade em encontrar bases de dados que compreendam a totalidade de municípios, uma vez que este tipo de coleta assemelha-se a um censo; pesquisas isoladas, considerando uma região ou alguns poucos municípios, são desconsideradas. Deve-se ter em mente, portanto, as limitações operacionais deste tipo de trabalho, uma vez que “trabalhar com dados desagregados por município é tarefa extremamente árdua, já que uma série de dados simplesmente não está disponível para esta desagregação” (Leme & Biderman, 1997, p.184).

A quantidade de dados disponíveis para análise do estoque de capital social faz com que seja necessária a utilização de uma técnica de análise estatística multivariada, ou seja, que considere a totalidade de variáveis simultaneamente. É utilizado, então, o método de “análise fatorial” com base na extração dos componentes principais, metodologia que permite a redução e/ou a síntese do conjunto original de variáveis em um conjunto menor de variáveis derivadas, denominadas “fatores”, não correlacionados entre si.

Este capítulo, trata, portanto, dos procedimentos metodológicos utilizados para descrever o capital social existente no território paulista. No item 4.1 é apresentada a técnica quantitativa de análise, ou seja, são feitas algumas considerações teóricas a respeito da metodologia de análise fatorial, suas vantagens práticas e limitações, e no item 4.2 é apresentado o modelo matemático.⁸⁷ O tópico 4.3 apresenta o modelo de quantificação de capital social desenvolvido por Putnam (1993a), que serve de referencial teórico para o presente trabalho. O item 4.4 traz uma revisão das variáveis consideradas como representativas do capital social nos municípios paulistas, e o seguinte, os indicadores de desenvolvimento e crescimento econômico. Por fim, é apresentado o tratamento estatístico dispensado às variáveis, de modo a adequá-las à análise fatorial.

4.1 Análise fatorial

Análise fatorial é um conjunto de métodos estatísticos de análise multivariada, destinado, primordialmente, a redução e a sumarização de dados. Esta metodologia possibilita a compreensão da regularidade e ordem de fenômenos, agregando uma série de variáveis e determinando “padrões” de ocorrência entre elas (Rummel, 1967). Esta vantagem da análise fatorial foi inicialmente percebida em trabalhos no campo da psicologia (Hoffmann, 1999; Rummel, 1967), com o objetivo de descrever comportamentos e atitudes humanas diante de determinados eventos: o grande número

⁸⁷ Opta-se por não apresentar formalmente neste trabalho o modelo econométrico de análise de regressão, tendo em vista o amplo conhecimento público e a disponibilidade de comentários em vários livros-texto sobre o assunto.

de características individuais foi reduzido a um conjunto menor de padrões mais representativos. A partir dos estudos nesta área, passou a ser utilizada em outros ramos do conhecimento nas ciências humanas e sociais.

A análise fatorial pode ser definida como uma metodologia destinada à detecção de padrões de ocorrência entre um conjunto de variáveis, possibilitando a transformação destas variáveis, geralmente correlacionadas entre si,⁸⁸ em um número menor de variáveis não correlacionadas, denominados “fatores”.⁸⁹ Assim, acabam os problemas relativos a multicolinearidade entre as variáveis, uma vez que os fatores são combinações lineares, porém ortogonais, das variáveis originais.

O processo de análise fatorial possibilita que sejam analisados um grande número de dados, por meio da compreensão das inter-relações ou correlações entre as variáveis consideradas. Este processo acaba por gerar um conjunto de fatores, mais trabalhável (*manageable*), que são representações sintéticas do conjunto original de variáveis. A análise fatorial permite, de um lado, a seleção de um número menor de variáveis, que são mais importantes para a

⁸⁸ Além do pressuposto de que as variáveis originais tenham correlações entre si, outro suposto da análise fatorial é que estas relações sejam lineares. Assim, a partir do conjunto inicial de variáveis é possível obter um conjunto de variáveis derivadas, os fatores, que têm como uma de suas características a não-correlação (o que equivale a dizer que em termos geométricos os fatores são ortogonais entre si), além do fato de não existir qualquer fator que possa ser obtido por meio da combinação linear dos outros.

⁸⁹ A definição de Hair et al. (1998, p.91) é similar a esta. Os autores consideram a análise fatorial como “uma técnica de interdependência na qual todas as variáveis são consideradas simultaneamente, cada uma relacionada com todas as demais, ainda assim empregando o conceito de composição variada e linear das variáveis. Na análise fatorial, as variáveis (fatores) são formadas para maximizar a explicação do conjunto inteiro de variáveis e não para prever uma variável dependente.”

compreensão do conjunto de variáveis, tendo em vista a sua relevância frente às demais. De outro lado, esta metodologia torna possível a síntese das variáveis originais em um número menor, de forma que as variáveis criadas ou derivadas (fatores) mantenham as características originais das anteriores, ou seja, com o mínimo de perda de informação original. Em ambas as considerações, objetiva-se preservar as características essenciais das variáveis originais, simplificando a sua compreensão em cálculos subseqüentes. Ao permitir a resposta à questão ‘todas as variáveis consideradas na análise são diferentes entre si ou elas se agrupam de acordo com algumas características em comum?’ (Hair et al., 1998), a interpretação e compreensão destas novas variáveis (fatores) tornam-se mais fácil.

Em que pesem os benefícios da metodologia de análise fatorial, há de se ressaltar algumas de suas limitações mais importantes. Aacker & Day (1990) ressaltam o caráter excessivamente subjetivo deste método, uma vez que o julgamento do autor da pesquisa é demonstrado no que diz respeito à escolha das variáveis para análise, na determinação do número de fatores a serem extraídos, na sua interpretação subseqüente ou na escolha do tipo de rotação a ser promovida. Enfim, os autores destacam que esta combinação de julgamentos pessoais pode repetir-se indefinidamente, até levar a uma solução representativa.

4.2 Modelo matemático de análise fatorial⁹⁰

O modelo matemático de análise fatorial parte da consideração que existem L observações para as n variáveis analisadas. Sendo x_{ij} ($i=1,2,\dots,n$ e $j=1,2,\dots,L$) a j -ésima observação da i -ésima variável, tem-se que a média da i -ésima variável é dada por:

$$\overline{X}_i = \frac{1}{L} \sum_{j=1}^L x_{ij} \quad (1)$$

Tendo em vista que o modelo de análise fatorial parte da suposição de que as variáveis são padronizadas (*standardized*), este procedimento é dado por:

$$x_{ij} = \frac{X_{ij} - \overline{X}_i}{\sqrt{\sum_j (X_{ij} - \overline{X}_i)^2}} \quad (2)$$

A padronização das variáveis faz com que no espaço das L observações, o vetor $\mathbf{x}_i$, definido para cada uma das n variáveis, tenha módulo igual à unidade (ou seja, $\sum x_{ij}^2 = 1$). Deste modo, a matriz de correlações entre as n variáveis é dado por $\mathbf{R} = \mathbf{X}\mathbf{X}'$, onde:

$$\mathbf{X} = \begin{bmatrix} x_{11} & x_{12} & \dots & x_{1L} \\ x_{21} & x_{22} & \dots & x_{2L} \\ \dots & \dots & \dots & \dots \\ x_{n1} & x_{n2} & \dots & x_{nL} \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} \mathbf{x}'_1 \\ \mathbf{x}'_2 \\ \vdots \\ \mathbf{x}'_n \end{bmatrix}$$

⁹⁰ O modelo matemático desenvolvido neste item é baseado nos trabalhos de Hoffmann (1999) e Malhotra (2001). Entretanto uma derivação prática da análise fatorial é apresentada por Sharma (1996), tornando mais facilmente compreensível a metodologia, para aqueles que não estão familiarizados com ela. Rummel (1967) traz uma descrição geométrica do modelo de análise fatorial.

O modelo de análise fatorial considerando-se o método de componentes principais mantém na diagonal principal da matriz de correlações o valor unitário, representativo da correlação da variável consigo própria. Assim, o processo de extração de fatores considera a totalidade de variância existente no conjunto de variáveis analisadas.

O modelo considera a existência de n equações, cada uma representando uma das variáveis, constituída por m fatores comuns (sendo $m < n$) e de um fator específico (y). Para a i -ésima variável tem-se:

$$x_{ij} = a_{i1}f_{1j} + a_{i2}f_{2j} + \dots + a_{im}f_{mj} + u_i y_{ij} \quad (3)$$

ou

$$x_{ij} = \sum_{p=1}^m a_{ip}f_{pj} + u_i y_{ij} \quad (4)$$

onde:

f_{pj} representa o valor do p -ésimo fator comum para a j -ésima observação, ou seja, o valor de cada um dos m fatores comuns em cada variável;

a_{ip} representa cada um dos m coeficientes relacionados aos fatores comuns, ou seja, $p = 1, \dots, m$;

u_i representa os coeficientes do i -ésimo fator específico; e

y_i representa o valor do i -ésimo fator específico, para a j -ésima observação.

Pode-se, então, sistematizar as n equações em termos matriciais, como sendo $\mathbf{X} = \mathbf{AF} + \mathbf{UY}$, onde:

$$\mathbf{A} = \begin{bmatrix} a_{11} & a_{12} & \cdots & a_{1m} \\ a_{21} & a_{22} & \cdots & a_{2m} \\ \cdots & \cdots & \cdots & \cdots \\ a_{n1} & a_{n2} & \cdots & a_{nm} \end{bmatrix} = \text{matriz dos coeficientes dos fatores}$$

comuns;

$$\mathbf{F} = \begin{bmatrix} f_{11} & f_{12} & \cdots & f_{1L} \\ f_{21} & f_{22} & \cdots & f_{2L} \\ \cdots & \cdots & \cdots & \cdots \\ f_{m1} & f_{m2} & \cdots & f_{mL} \end{bmatrix} = \text{matriz dos fatores comuns;}$$

$$\mathbf{U} = \begin{bmatrix} u_1 & 0 & \cdots & 0 \\ 0 & u_2 & \cdots & 0 \\ \cdots & \cdots & \cdots & \cdots \\ 0 & 0 & \cdots & u_n \end{bmatrix} = \text{matriz dos coeficientes dos fatores}$$

específicos;

$$\text{e } \mathbf{Y} = \begin{bmatrix} y_{11} & y_{12} & \cdots & y_{1L} \\ y_{21} & y_{22} & \cdots & y_{2L} \\ \cdots & \cdots & \cdots & \cdots \\ y_{n1} & y_{n2} & \cdots & y_{nL} \end{bmatrix} = \text{matriz dos fatores específicos.}$$

Uma das condições do modelo de análise fatorial é a inexistência de correlação entre os n fatores específicos (y_{ij} , com $i = 1, \dots, n$) e destes com os m fatores comuns (f_{pj} , com $p = 1, \dots, m$). Além disto, é necessário que os m fatores comuns também sejam ortogonais (não correlacionados) entre si. Desta forma, cada fator, é considerado uma nova variável, derivada das originais, com média zero e os respectivos vetores, no espaço L -dimensional, com módulo igual a 1, isto é:

$$\sum_j f_{pj} = \sum_j y_{ij} = 0 \quad (6)$$

e

$$\sum_j f_{pj}^2 = \sum_j y_{ij}^2 = 1 \quad (7)$$

para $p = 1, \dots, m$ e $i = 1, \dots, n$.

Diante destes elementos, pode-se concluir que $\mathbf{YY}' = \mathbf{I}_n$, é uma matriz unitária de ordem n , e que $\mathbf{FF}' = \mathbf{I}_m$, também é uma matriz unitária de ordem m . Além disto, sendo os m fatores comuns e os n fatores específicos ortogonais entre si, tem-se que $\mathbf{FY}' = \mathbf{0}$, ou seja, esta matriz é nula e tem ordem $m \times n$.

Partindo da matriz de correlações simples entre as variáveis originais, o modelo de análise fatorial pode ser resumido em:

$$\mathbf{R} = \mathbf{XX}' \quad (8)$$

sendo $\mathbf{X} = \mathbf{AF} + \mathbf{UY}$, e substituindo em (8), tem-se que

$$\mathbf{R} = (\mathbf{AF} + \mathbf{UY})(\mathbf{F}'\mathbf{A}' + \mathbf{Y}'\mathbf{U}') \quad (9)$$

$$\mathbf{R} = \mathbf{AFF}'\mathbf{A}' + \mathbf{AFY}'\mathbf{U}' + \mathbf{UYF}'\mathbf{A}' + \mathbf{UYY}'\mathbf{U}' \quad (10)$$

$$\mathbf{R} = \mathbf{AA}' + \mathbf{U}^2 = \mathbf{XX}' \quad (11)$$

Cada elemento da diagonal de $\mathbf{R}$ é igual à unidade, pois o modelo de análise fatorial apresentado baseia-se no método dos componentes principais. Desta forma:

$$1 = \sum_{j=1}^L x_{ij}^2 = \sum_{p=1}^m a_{ip}^2 + u_i^2 \quad (12)$$

De acordo com a fórmula 12, pode-se decompor a variância das variáveis entre fatores comuns e específicos. A parcela referente à especificidade (*uniqueness*) é dada pelo último termo desta expressão (u_i^2), enquanto a comunalidade (*communality*) existente entre as

variáveis é indicada pelo primeiro termo da última expressão. Este termo pode ser sintetizado como $h_i^2 = \sum_{p=1}^m a_{ip}^2$, sendo que $h_i^2 + u_i^2 = 1$.

Um elemento qualquer da matriz **R**, que esteja fora da diagonal principal, é obtido por meio da expressão (11), ou seja, as correlações entre as variáveis x_i podem ser obtidas por meio da matriz de coeficientes dos fatores comuns (matriz **A**). Assim:

$$r(x_i, x_k) = \sum_{p=1}^m a_{ip} a_{kp}$$

Multiplicando os dois membros da expressão (12) por f_{pj} , e realizando o somatório com relação a j , obtém-se:

$$r(x_i, f_p) = a_{ip},$$

lembrando que os fatores comuns (f_n) e os específicos (y_i) formam vetores ortogonais entre si, com módulo igual a 1.

Assim, em notação matricial tem-se:

$$\mathbf{XF}' = \mathbf{A},$$

onde a i -ésima linha da matriz **A** é formada pelos coeficientes de correlação da i -ésima variável com cada um dos m fatores comuns. Esta matriz é denominada matriz de estrutura dos fatores ou matriz de estrutura, e seus elementos, os coeficientes a_{ip} considerados as cargas fatoriais (*factor loadings*) entre as variáveis e os fatores.

4.3 Mensuração do capital social – o enfoque de Putnam

Dúvidas ou especulações quanto à real abrangência do termo capital social acabam gerando uma plenitude de definições. Além de prejudicar a compreensão e a análise das origens deste estoque de

capital e seus efeitos sobre a atividade econômica, tal fato torna, muitas vezes, inviável a comparação entre diversos trabalhos.⁹¹

Sendo múltiplos os conceitos, múltiplas também são as fontes – efetivas ou potenciais – de manifestação do capital social, tendo em vista as aproximações (*proxies*) realizadas pelos diferentes autores.⁹² Este trabalho, considera, então, a formulação teórica proposta por Putnam (1993a, p.167), que considera o capital social como os “aspectos da organização social, tais como confiança, normas e redes que podem melhorar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Muito embora as considerações feitas pelos demais autores contribuam sobremaneira para a compreensão do capital social bem como de seus efeitos sobre a economia, são seguidas as idéias e a metodologia de análise empírica propostas por Putnam.

Tentando sistematizar a mensuração do capital social, Grootaert (1998) sugere duas alternativas. A primeira refere-se ao cálculo de parâmetros estruturais de uma função de produção que incorpora o capital social. Sendo possível calcular as estimativas referentes aos estoques de capital físico e natural, o resíduo deste modelo seria atribuído aos capitais humano e social. O próximo passo seria isolar, neste resíduo, o efeito do capital humano, da contribuição do capital social.

⁹¹ Grootaert (1998, p.10) menciona que o Banco Mundial vem promovendo esforços na coleta padronizada de informações sobre o capital social em vinte países. Tal fato permitiria não somente a análise e comparação *cross-country*, como também a formulação de justificativas e subsídios formais à adoção de estratégias para o desenvolvimento nestes países.

⁹² Feldman & Assaf (1999, p.1) mencionam cerca de 105 aproximações, consideradas possíveis fontes de capital social, que foram utilizadas por diferentes autores em trabalhos sobre o assunto.

Outra metodologia, segundo Grootaert (1998), considera a análise da potencial relação entre alguns componentes do capital social e os efeitos sobre a atividade econômica agregada (crescimento econômico e/ou investimento agregado). Para esse fim, sugere a utilização de alguns indicadores que possibilitam, mesmo que indireta ou parcialmente, a mensuração do capital social – as associações horizontais, o papel da sociedade civil e política, a integração social e os aspectos legais e governamentais. Valendo-se desta sugestão, Knack & Keefer (1997) realizam uma das mais importantes pesquisas empíricas sobre os efeitos econômicos do capital social, utilizando-se de medidas padronizadas para a confiança, envolvimento cívico e participação em associações horizontais. Os autores inserem estas variáveis em regressões, que tentam explicar o crescimento econômico em 29 países,⁹³ concluindo que indivíduos inseridos em comunidades cívicas “gastam menos para protegerem-se de serem explorados nas transações econômicas” (p.1252), fato que torna as transações mais fluidas e menos custosas. Por este motivo o capital social – refletido por meio do civismo presente no país – relaciona-se positivamente com a atividade econômica.

A utilização de indicadores para a mensuração do capital social também é feita pelo próprio Putnam (1993a), ao analisar as regiões norte e sul da Itália. Logo no início de sua obra o autor diz que seu objetivo é examinar as origens do governo democrático eficaz. Após constatar as diferenças do ambiente político e no desempenho

⁹³ Considerando como variável dependente a taxa média de crescimento na renda *per capita* no período 1980-1992.

institucional nas regiões italianas, o autor testa hipóteses a respeito das origens destas diferenças, concluindo a respeito da relação entre o que ele chama de ambiente “cívico” e a modernidade econômica. As condições cívicas encontradas no presente são resultados de séculos de confiança, associativismo e colaboração entre os habitantes.

Discorrendo em termos teóricos, Putnam (1993a) considera como cívica a comunidade onde a cidadania se caracteriza pela **participação nos negócios públicos**, onde existe **tolerância, solidariedade e confiança**. Também ressalta o importante papel da **igualdade política** – direitos e deveres iguais para todos, onde prevalecem “relações horizontais de reciprocidade e cooperação e não relações verticais de autoridade e dependência” (p.89) – e das **associações civis**, que “incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público” (p.90).

De modo a validar sua teoria, Putnam (1993a) utiliza-se de aproximações para estes quatro aspectos da comunidade cívica. Assim, são consideradas as **associações locais**: clubes desportivos e outras associações – de recreação, culturais e científicas, de música e teatro, técnicas e econômicas, saúde e serviço social e outras. Putnam quer, com esta variável, mensurar a “vibração da vida associativa”: “número de clubes de futebol amador, sociedades orfeônicas, clubes de excursionistas, grupos de ornitófilos, grêmios literários, associações de caçadores, Lions Club, etc. existentes em cada comunidade e região italiana” (p.91). Também considera a existência de **meios de comunicação de massa**, traduzida sob a forma do número de leitores de jornais, ou o percentual de famílias em que pelo menos um de seus membros lê um jornal diário. Outra aproximação para o civismo é o **comparecimento às urnas**,

considerando o percentual de eleitores que compareceram para votação em referendos realizados entre 1984 e 1987.⁹⁴ Também considera o **percentual de votos em legenda** nas eleições proporcionais (cadeiras do Legislativo).⁹⁵

Com os dados referentes a quatro aproximações, Putnam (1993a) constrói um “índice de comunidade cívica”, utilizando-se a análise fatorial pelo método dos componentes principais, uma vez que existe “padrão significativo e coerente” de correlação entre as variáveis. Assim, o capital social das regiões italianas relaciona-se ao engajamento cívico de sua população: as normas, explícitas ou implícitas, que permitem a convivência social e motivam a confiança interpessoal e a participação popular em associações horizontais. Esses elementos servem de base para a proximidade social, causam sinergia entre os indivíduos e reduzem as práticas oportunistas.

De posse do indicador de “comunidade cívica” ou de capital social, Putnam passa a investigar as correlações da comunidade cívica com o desempenho institucional das regiões italianas, testando hipóteses a respeito da igualdade política, do republicanismo, do clientelismo político, da atuação de sindicatos, das instituições religiosas e dos partidos políticos. Conclui que as regiões cívicas são aquelas onde “atitudes cívicas” ocorrem: confiança nas diferentes

⁹⁴ Estes dados são utilizados para a construção do “índice de comparecimento a referendos, 1974-87”, que é composto pelo “escore fatorial do único fator a emergir de uma análise de componentes principais do comparecimento aos cinco referendos” (p.222, rodapé 40).

⁹⁵ Putnam (1993a) utiliza-se dos dados referentes às eleições proporcionais para construir o “índice de voto preferencial, 1953-79” com base nos escores fatoriais calculados.

instâncias de governo, espírito cooperativo e interesse pela resolução de problemas coletivos. Este comportamento também é relacionado à modernidade econômica da região:⁹⁶ as manifestações de capital social correlacionam-se com as regiões consideradas mais prósperas na Itália.

As conclusões de Putnam (1993a) a respeito dos efeitos positivos do capital social sobre a atividade econômica na Itália servem de apoio à principal hipótese deste trabalho, a de que o capital social tem efeito positivo no crescimento e no desenvolvimento do estado de São Paulo. Para mensurar o estoque de capital social existente nos 645 municípios são, à semelhança do trabalho de Putnam, consideradas variáveis que são aproximações (*proxies*) da vida associativa dos indivíduos, confiança interpessoal e civismo.

4.4 Mensuração do estoque de capital social no estado de São Paulo

A escolha das aproximações que sintetizam o capital social nos municípios do estado de São Paulo é baseada em preceitos descritos teoricamente; isto porque a existência de poucas investigações empíricas sobre as variáveis representativas de capital social torna esta pesquisa mais exploratória do que confirmatória.

⁹⁶ A “modernidade econômica”, para Putnam (1993a, p.219-220, rodapé nº4), é considerada o valor do escore fatorial calculado para com as seguintes variáveis, referentes aos anos de 1970-1977: renda *per capita* e produto regional bruto; parcelas da força de trabalho empregada na agricultura e na indústria; e parcelas do valor adicionado correspondentes à agricultura e indústria.

A parcimônia na escolha dos dados a serem submetidos à redução por meio da análise fatorial é recomendação de todos os trabalhos revisados. A natureza da metodologia não traz nenhuma alternativa para detecção de variáveis espúrias, introduzidas indevidamente no conjunto analisado. Para Hair et al. (1998, p.97), a análise fatorial é uma potencial candidata ao “fenômeno GIGO” (*Garbage In, Garbage Out*),⁹⁷ ou seja, uma vez que não dispõe de elementos para atestar a validade das variáveis introduzidas nos cálculos, pode conduzir a resultados com pouco significado analítico. Estes autores ressaltam que a “qualidade e o significado dos fatores derivados reflete a sustentação conceitual das variáveis incluídas na análise” (p.97), ou seja, há de serem consideradas somente variáveis com suporte prático ou teórico.

Também é verificada a relevância da informação contida nas variáveis para a interpretação do capital social em nível municipal. É importante ressaltar que os diferentes trabalhos teóricos e práticos a respeito do capital social incluem outras variáveis além daquelas descritas por Putnam, utilizando-se de aproximações para descrevê-lo, dependendo da disponibilidade de dados e da abrangência da pesquisa. Algumas *proxies* são mais adequadas quando o escopo da pesquisa é a comparação entre países (como aquela realizada por Knack & Keefer, 1997), regiões em um mesmo país (como a de Putnam, 1993a), regiões em um mesmo estado (conforme pesquisa de Monastério, 2002) ou residências em um mesmo município (tal como o trabalho de Narayan & Pritchett, 1997). Neste último caso é possível considerar informações pessoais e mais detalhadas quanto ao

⁹⁷ Que pode ser traduzido literalmente por “Lixo Dentro, Lixo Fora”.

capital social, enquanto no primeiro as informações são mais genéricas, como por exemplo as subdivisões étnico-linguísticas dentro da mesma população.

Sinteticamente, para fins deste trabalho, o capital social é refletido na possibilidade de envolvimento da população em assuntos coletivos locais, por meio, por exemplo, do acesso a veículos de comunicação em massa – representando o civismo. A falta de confiança interpessoal é representada pela taxa de criminalidade do município, e a existência de organizações coletivas, que contribuem para a sociabilidade e agremiação dos habitantes de um município, é considerada aproximação da vida associativa. Grootaert (1998, p.10) sugere que além da consideração do número de entidades associativas, a análise do capital social deva considerar as características internas destas organizações: origem – como, por que e por quem foi criada; número de membros; frequência das reuniões; dimensão étnica, religiosa e racial para adesão dos associados; linhas de atuação e decisão. Este tipo de constatação pode qualificar a associação, ou seja, descrever se, de fato, ela está promovendo capital social entre seus membros. O mesmo raciocínio pode ser aplicado aos jornais e rádios; somente a avaliação detalhada da audiência ou tiragem, da qualidade ou imparcialidade das informações prestadas pode trazer conclusões precisas a respeito da contribuição destes para a geração de capital social.

A análise qualitativa das manifestações do capital social nos 645 municípios do estado de São Paulo está fora do escopo deste trabalho; somente é considerado o enfoque quantitativo. Assim, a natureza da pesquisa, bem como a qualificação das variáveis utilizadas como aproximações do capital social tornam necessárias

três pressuposições: (i) considerando-se a existência de organizações associativas e cívicas, é suposto que nelas ocorra a efetiva participação da comunidade; (ii) a existência de qualquer manifestação associativa ou cívica num município é considerada melhor que a sua não existência; e (iii) quanto maior a quantidade de determinada manifestação de associativismo, civismo ou confiança, em melhor situação estará o município perante os demais.⁹⁸ Estas três hipóteses norteiam os resultados e as conclusões deste trabalho.

4.4.1 Indicadores de associativismo

Como medida do capital social, Putnam (1993a, p.91) sugere aproximações da vida associativa existente nas regiões italianas. Assim, a participação dos indivíduos em associações horizontais representa uma das faces do capital social: clubes esportivos, corais, círculos literários e culturais, entidades de lazer coletivo, instituições filantrópicas, cooperativas, clubes de serviço e outras agremiações que visam o bem-estar social. As variáveis utilizadas no trabalho de Knack & Keefer (1997) são similares, abrangendo também as

⁹⁸ Um exemplo auxilia na compreensão destas três hipóteses, supondo-se três municípios hipotéticos. O primeiro município (M1) não tem nenhuma cooperativa e os demais (M2 e M3) têm uma cooperativa cada um. A impossibilidade de análise qualitativa da estrutura da cooperativa – de modo a atestar a criação e manutenção de capital social entre seus associados – faz com que, de acordo com a primeira hipótese deste trabalho, suponha-se que ocorra efetiva participação dos sócios nas cooperativas de M2 e M3. Tal fato faz com que estes dois municípios (M2 e M3) estejam em melhor situação do que o primeiro, pois houve, pelo menos, mobilização dos habitantes destes municípios para criação de uma entidade cooperativa, ao contrário do que ocorre em M1 (ou seja, ter uma cooperativa no município é considerada uma situação melhor do que não ter). Considerando-se que M2 tem 2.000 e que M3 tem 1 milhão de habitantes, de acordo com a terceira hipótese tem-se que M2 estaria em melhores condições do que M3, tendo em vista que a quantidade de cooperativas *per capita* ser maior no M2 do que no M3.

organizações religiosas, diversos tipos de atividades educacionais, artísticas e musicais, grupos escoteiros, sindicatos, grupos ou partidos políticos e associações profissionais. São, então, consideradas como aproximações do **associativismo** nos municípios do estado de São Paulo as seguintes variáveis:

a) Número total de agrupamentos culturais (AGRUCULT). Esta variável compreende uma série de agrupamentos culturais, que favorecem a comunicação inter-pessoal. Trata-se, portanto, do número de grupos/associações de artes cênicas (circo, dança, ópera e teatro), de artes visuais (artes gráficas, desenho, *design* de objetos, escultura, fotografia, gravura e pintura), de música (bandas e fanfarras, canto coral, orquestra, conjunto ou grupo instrumental e/ou vocal), de literatura (academia de letras, clube de leitura, grupo/associação de escritores, oficinas de poesia, oficinas de texto, oficinas lítero-musicais e pesquisa literária) e de cinema. É considerado o total de grupos ou associações existentes em cada município no ano de 2000, conforme dados obtidos no "Guia Cultural do Estado de São Paulo" (São Paulo, 2001).

b) Número de associações desportivas (ASDESP). Com base nas informações prestadas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, por meio da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Brasil, 2002), esta variável sintetiza a quantidade de associações desportivas classificadas sob este título, bem como outras atividades relacionadas ao lazer coletivo, existentes em cada município, em 31 de dezembro de 2001.

c) Número de entidades filantrópicas (FILANTR). São agregadas as instituições beneficentes de assistência social, inscritas no

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Estas entidades filantrópicas são portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, seja nas áreas social, educacional ou de saúde. O número de entidades existentes nos municípios representa a situação em 10 de agosto de 2003, conforme dados de Brasil (2003).

d) Número total de cooperativas existentes no município (COOPS). A fonte das informações é o Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2002), elaborado pela Organização das Cooperativas do Brasil – OCB. É considerado o número total de cooperativas existentes em cada município ao final do mês de junho de 2002. São agregadas as cooperativas dos ramos agropecuário, consumo, crédito (incluindo as modalidades mútuo urbano, luzzatti e rural), educacional (incluindo de alunos de escola agrícola e de pais de alunos), habitacional,⁹⁹ infra-estrutura,¹⁰⁰ produção, saúde (médicos, odontólogos, psicólogos e usuários), trabalho e transportes de cargas e passageiros.

e) Número total de edificações destinadas à convivência social (EDCONV). Esta variável congrega o total de edificações do município destinadas à convivência social: centros comunitários de convivência, centros da juventude, clubes da 3ª idade, oficinas culturais e oficinas de capacitação profissional. Os dados são provenientes da “Pesquisa Municipal Unificada” da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade (2003b), representando a situação em 1999.

⁹⁹ Dedicada à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para o seu quadro social.

¹⁰⁰ Formadas com o intuito de prover aos seus associados serviços de infra-estrutura, destacando-se a eletrificação rural, limpeza ou segurança.

f) Número total de equipamentos culturais que favorecem a sociabilidade (EQCULT). Trata-se de entidades de lazer coletivo, que favorecem a reunião e a sociabilização de pessoas: cinemas, teatros, cine-teatros, auditórios, bibliotecas, museus, centros culturais ou casas de cultura, existente em cada município. Os dados referem-se ao ano de 2000, provenientes de São Paulo (2001).

g) Existência de escolas de samba (ESCOLSAM). Neste item é considerada a existência de escolas de samba permanentes, com mais de cinco anos de atuação no município, conforme dados de Seade (2003b), referentes à situação no ano de 1999.

h) Existência de grupos escoteiros (ESCOT). A presença de grupos escoteiros em cada município paulista, no ano de 2003, é originada de informações da União dos Escoteiros do Brasil (2003).

i) Existência do clube de serviço Grande Oriente (GOSP). A variável considera a presença do clube de serviço Grande Oriente nos municípios do estado de São Paulo. As informações a respeito da existência de Lojas Maçônicas são provenientes de comunicação pessoal com a instituição, representando a situação em outubro de 2003.¹⁰¹

j) Número de associações religiosas (IGREJAS). Esta variável sintetiza a quantidade de templos ou organizações religiosas existentes em cada município, em 31 de dezembro de 2001, conforme dados de Brasil (2002).

¹⁰¹ Comunicação pessoal com a instituição Grande Oriente de São Paulo por meio de *e-mail* em outubro/novembro de 2003. A autora agradece, mais uma vez, as informações prestadas.

k) Existência do clube de serviço Lions Clube (LIONS). A variável representa a presença do clube de serviço Lions Clube nos municípios paulistas, no mês de setembro de 2003, com base nas informações obtidas no sítio de divulgação da organização (Lions Club, 2003).

l) Número de organizações associativas políticas (ORGPOL) e profissionais (ORGPROF). Com base na Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) desempenhada pelo estabelecimento e informada ao Ministério do Trabalho (Brasil, 2002), é considerado o número de organizações associativas políticas e profissionais, sendo que as informações referem-se ao ano de 2001.

m) Percentual de produtores rurais que fazem parte de associações (PRODASOC), cooperativas (PRODCOOP) e sindicatos (PRODSIND) de produtores. Os dados coletados representam informações prestadas pelos produtores rurais de cada município, referentes ao ano agrícola 1995/96. A base de dados utilizada é o Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo, denominado Projeto LUPA, organizado por Pino et al. (1997).¹⁰² Os dados coletados referem-se ao percentual de unidades de produção agropecuária (UPAs) em que ocorre determinado evento (adesão a cooperativas, associações ou sindicatos) com relação ao total de UPAs do município.

n) Existência do clube de serviço Rotary Clube (ROTARY). A presença do clube de serviço Rotary Clube nos municípios do estado

¹⁰² Esta pesquisa considera como unidade de medida a unidade de produção agropecuária (UPA), ou imóvel rural, entendida como "o conjunto de propriedades contíguas do(s) mesmo(s) proprietário(s)".

de São Paulo é identificada com base em informações pessoais,¹⁰³ sintetizando a situação no mês de setembro de 2003.

4.4.2 Indicadores de civismo

Para Putnam (1993a), o segundo enfoque de análise do capital social diz respeito à vida cívica da sociedade, representada, por um lado, pelo acesso da população a jornais e outros veículos de caráter informativo local. Outro componente do civismo é a participação popular em eleições e referendos (plebiscitos), demonstrando o interesse popular por questões coletivas. A qualidade da administração pública regional também é considerada, por meio do envolvimento da sociedade em assuntos de interesse comunitário, pelo nível de escolaridade dos governantes e pela proximidade das relações entre cidadãos e gestores públicos.

O engajamento cívico dos indivíduos de uma região permite a articulação em assuntos de interesse coletivo e não somente a tomada de decisões individuais. Em que pese tal fato, a inserção de transações econômicas num contexto comunitário não necessita de relações fortemente consolidadas entre os agentes, uma vez que estas podem ocorrer num ambiente em que não exista aliás, “nenhum sentimento particular entre os membros, incluindo sentimentos altruístas de qualquer tipo” (Taylor & Singleton, 1993, p.199). O motivador de atitudes coletivistas seria, segundo Coleman (1988, p.S104) a existência de “garantias sociais” ou “normas pessoais ou

¹⁰³ Comunicação pessoal via *e-mail* com o Supervisor de Administração de Clubes e Distritos do Rotary Clube, em setembro de 2003, ao qual a autora expressa, uma vez mais, a gratidão.

coletivas". Desta forma, o apoio ou sanção social, o *status*, a honra e o reconhecimento pessoal seriam suficientes para que houvesse, por parte dos agentes, a provisão de bens públicos. Resume Putnam (1993a, p.88): "cidadãos inseridos numa comunidade cívica, apesar de não serem santos abnegados, consideram o domínio público mais do que um campo de batalha para a obtenção do interesse pessoal." Aliado a este engajamento cívico, está a oportunidade de participação política; líderes devem estar buscando o bem-estar de seus eleitores, de forma não discricionária. O uso de métodos paternalistas ou clientelistas não estaria, então, em conformidade com uma comunidade cívica.

As variáveis utilizadas neste trabalho, como aproximações do **civismo**, representam por um lado a existência de veículos de comunicação de massa e de outro a participação política dos eleitores. Estas variáveis demonstram de um lado a possibilidade de envolvimento com interesses comunitários da municipalidade e de outro o grau de conscientização política das pessoas. Estas variáveis são:

a) Percentual de eleitores afiliados a partidos políticos (AFILIAC). Esta variável sintetiza o percentual de eleitores afiliados a partidos políticos, frente ao número total de eleitores dos municípios paulistas. Representa a situação em setembro de 2003, proveniente de comunicação pessoal com o Tribunal Superior Eleitoral.¹⁰⁴

¹⁰⁴ Comunicação pessoal via *e-mail* com o Setor de Informações Eleitorais e Estatística, do Tribunal Superior Eleitoral, em outubro de 2003. A autora agradece, uma vez mais, a presteza e a atenção dispensada.

b) Existência de veículos de comunicação de massa (JORNAL e RADIO). É considerada a existência de jornais locais e rádios AM e/ou FM no ano de 2000, com base em dados de São Paulo (2001).

c) Percentual de votos em legenda (VOTLEGEN) nas eleições municipais. A participação em eleições municipais, instância administrativa mais próxima dos cidadãos, sinaliza o interesse dos habitantes na resolução de problemas locais. São considerados, neste trabalho, os resultados das eleições do ano 2000, que elegeu prefeitos e vereadores, com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (2003). A variável que sintetiza a participação política dos residentes nos municípios paulistas é o percentual de votos em legenda sobre o total de votos válidos para o cargo de vereador (eleições proporcionais).

4.4.2 Indicador de confiança

A terceira face do capital social, segundo análise de Putnam (1993a, 1993b), é a confiança interpessoal. A existência de relações de confiança entre os agentes de um país ou região contribuiria para a diminuição do “comportamento oportunista”.

Diante da impossibilidade de ser utilizada uma medida representativa da confiança, é utilizada, ao contrário, aproximação da falta de confiança existente em cada município. Putnam, em entrevista a Toledo (1994), afirma que “numa vizinhança com alto grau de engajamento cívico a incidência de crime é baixa. Inversamente, a taxa sobe onde ninguém se conhece e todo mundo é anônimo. Os criminosos podem agir livremente”. Assim, esta constatação dá sustentação teórica para a inclusão da criminalidade

como representativa da (falta de) confiança no município. A variável escolhida é o **número de ocorrências policiais indicativas de crimes contra o patrimônio (CRIMPATR)**. Esta variável engloba o número total de ocorrências registradas por Seade (2003a), referentes ao ano de 2001, sob a rubrica de estelionato; extorsão mediante seqüestro e outras extorsões; furto consumado e tentado; furto de veículo (consumado e tentado); furto qualificado (consumado e tentado); roubo (consumado e tentado); roubo de veículo (consumado e tentado); latrocínio e outros crimes contra o patrimônio.

4.5 Indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico

O foco central deste trabalho é a percepção das relações existentes entre o estoque de capital social e o crescimento e o desenvolvimento econômico do estado de São Paulo e para tanto, são utilizados dois indicadores, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e a renda *per capita*.

Tradicionalmente, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) vem sendo utilizado como uma aproximação do nível de desenvolvimento presente em cada município, ou, metaforicamente, “o IDH traduz crescimento em desenvolvimento humano”. Isto porque este indicador resume três atributos considerados essenciais para o desenvolvimento pessoal: acesso a recursos financeiros (representado pela renda familiar *per capita* – soma da renda pessoal de todos os familiares dividida pelo número de indivíduos na unidade familiar); as condições de educação

(representado por (i) número médio de anos de estudo da população acima de 25 anos, sobre o total das pessoas de 25 anos e mais; e (ii) taxa de analfabetismo – “percentual das pessoas com 15 anos e mais, incapazes de ler ou escrever um bilhete simples”); e saúde (representada pela longevidade, esperança de vida ao nascer – número média de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento). O IDH-M é uma média simples das três dimensões, situando-se entre zero e um; valores mais elevados indicam níveis superiores de desenvolvimento humano. Neste trabalho são utilizados os valores disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2003), com base em dados de 2000.¹⁰⁵

A variável representativa do crescimento econômico dos municípios paulistas é considerada a dimensão “acesso a recursos financeiros” do IDH-M, ou seja, a renda familiar *per capita*, conforme dados de PNUD (2003), referentes ao ano de 2000.

4.6 Considerações estatísticas sobre as variáveis

Os dados referentes às variáveis representativas do capital social nos municípios do estado de São Paulo são apresentados sob quatro diferentes formas. Algumas variáveis estão sob a forma de percentual, fazendo com que a comparação entre os diferentes municípios possa ser realizada. Outros dados sintetizam simplesmente

¹⁰⁵ Cabe ressaltar que este indicador é calculado conjuntamente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP).

a existência ou não de determinado fenômeno (como por exemplo, a presença de grupos escoteiros ou Rotary Clubes), sendo estas variáveis tratadas como binárias (*dummy*), às quais atribui-se valor 1 ou zero, respectivamente. A terceira forma de apresentação das variáveis é sob a forma de índice (como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), incluído na análise estatística de acordo com seu valor absoluto. Já aquelas variáveis que representam números absolutos de determinado evento (número de entidades de assistência social ou de ocorrências policiais, por exemplo), demandaram cálculos adicionais. No modelo de análise fatorial estas variáveis representam a quantidade de determinado evento *per capita*,¹⁰⁶ para tanto se procedeu a divisão do número absoluto pela população do município, com base em dados de Seade (2003a).¹⁰⁷ Sem a realização deste procedimento a interpretação das variáveis, e conseqüentemente dos fatores, são prejudicadas.

Cabe ressaltar, também, que algumas informações não estão disponíveis para todos os municípios do estado de São Paulo. Este fato pode ser decorrente de dois tipos de ocorrência: (i) inexistência do evento;¹⁰⁸ (ii) não houve resposta à pesquisa por parte do município. Outros dados, por outro lado, sugerem equívocos na

¹⁰⁶ Putnam (1993a, p.92) realiza cálculo semelhante, considerando as variáveis em função das diferenças populacionais das regiões italianas. Utiliza os dados referentes à quantidade de determinado evento em função do número de habitantes (por exemplo: um clube a cada 377 habitantes, na região italiana do Valle d'Aosta, ou a cada 1.847 habitantes na região de Puglia).

¹⁰⁷ Exceção é a variável FILANTR, que representa a quantidade de entidades filantrópicas no mês de setembro de 2003, dividida pela população do ano de 2002.

¹⁰⁸ Um exemplo deste fato são os dados provenientes do Projeto LUPA (Pino et al., 1997) – PRODASOC, PRODCOOP E PRODSIND. A pesquisa abrangeu 642 dos 645 municípios do estado; exceção feita a Nantes, Paulistânia e Ribeirão dos Índios, onde não foi possível separar no campo as unidades de produção de seus territórios. Ressalte-se que não foram encontradas UPAs em doze outros municípios.

interpretação da pergunta por parte de quem respondeu à pesquisa, na coleta ou digitação dos resultados.¹⁰⁹ Nestes dois casos, procede-se a eliminação das observações do horizonte de análise; assim, são desconsiderados os municípios de Araçariguama, Barrinha, Barueri, Bauru, Bebedouro, Capivari, Caraguatatuba, Carapicuíba, Casa Branca, Cássia dos Coqueiros, Cerquillo, Cesário Lange, Diadema, Guará, Guareí, Guarulhos, Jandira, Lutécia, Mauá, Mendonça, Miguelópolis, Monte Mor, Nantes, Osasco, Paulistânia, Pindorama, Presidente Alves, Ribeirão dos Índios, Rifaina, Santa Bárbara d'Oeste, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo, Taboão da Serra e Tapiratiba. Tendo em vista o percentual de municípios com observações faltantes (36 municípios ou 5,5% do total), este procedimento não afeta substancialmente a quantidade de observações do conjunto de dados.¹¹⁰

Para as variáveis métricas são realizados dois procedimentos para identificação de observações discrepantes (*outliers*). Inicialmente é realizada a análise univariada de cada uma das variáveis, de modo a detectar a presença de *outliers* com base na distribuição de frequência. Utiliza-se, neste caso, o valor de ± 4 desvios padrões para detecção individual de *outliers* em variáveis padronizadas. Os resultados obtidos por meio deste procedimento são sintetizados na Tabela 3, que apresenta as 15 variáveis analisadas, a quantidade e o nome dos municípios que podem ser considerados discrepantes

¹⁰⁹ A desconsideração das observações, neste caso, ocorre após conferência do banco de dados e da digitação.

¹¹⁰ Opta-se por não substituir as observações faltantes pela média para não ser introduzido um viés na análise. Observa-se também que ocorrem observações faltantes em uma variável binária e o procedimento de substituição por valores médios não é adequado para este caso.

segundo o critério univariado. Se somente este critério é observado, é procedida a exclusão de 43 municípios, que podem ser considerados como discrepantes segundo o critério univariado. Destes, alguns o são em mais de uma variável – Águas de Santa Bárbara (2 variáveis); Águas de São Pedro (2); Bálamo (3); Dirce Reis (2); Lourdes (2); Trabiju (2) e Uru (2). Entretanto, no conjunto de *outliers* univariados pode haver municípios que apresentam alguma peculiaridade ou característica própria, sem representar, contudo, uma observação discrepante ao ser analisado o conjunto das variáveis.

Tabela 3. *Outliers* com base em detecção univariada.

Variável	Quantidade	Nome dos municípios
AFILIAC	0	
AGRUCULT	6	Embaúba; Gabriel Monteiro; Ilha Solteira; Queiroz; Serra Azul; Trabiju
ASDESP	2	Bálamo; Dirce Reis
FILANTR	2	Indiaporã; Lourdes
COOPS	5	Águas de Santa Bárbara; Campina do Monte Alegre; Holambra; Inúbia Paulista; Pedrinhas Paulista
CRIMPATR	2	Ilha Comprida; Mongaguá
EDCONV	7	Bálamo; Lourdes; Santa Mercedes; São João do Iracema; São João do Pau d'Alho; Uru; Zacarias
EQCULT	6	Águas de São Pedro; Cedral; Iepê; Serra Negra; Trabiju; Turmalina
IGREJAS	6	Águas de São Pedro; Alto Alegre; Bálamo; Guarani d'Oeste; Taquarivaí; Uru
ORGPOL	7	Borá; Dirce Reis; Dolcinópolis; Pracinha; Santa Clara d'Oeste; Santa Cruz da Esperança; União Paulista
ORGPREF	8	Águas de Santa Bárbara; Alvinlândia; Espírito Santo do Turvo; Floreal; Mira Estrela; Rubinéia; Sandovalina; Santa Ernestina
PRODASOC	0	
PRODCOOP	0	
PRODSIND	0	
VOTLEGEN	0	

Fonte: Resultados da pesquisa.

Procede-se, então, à detecção de *outliers* com base no critério multivariado, ou seja, analisando-se conjuntamente as 22 variáveis. Para Rosa (1999, p.9), uma observação discrepante em um modelo multivariado não é representativa da população, ou seja, apresenta “valores extremos em diversas variáveis e não apenas em uma ou outra oportunidade. Deve realmente ser um caso aberrante, que não represente um segmento específico da população [...]”. Para tanto se consideram as distâncias de Mahalanobis (D^2 /graus de liberdade), ao nível de significância de 0,001.¹¹¹ Os valores obtidos possibilitam concluir que são 27 os municípios considerados discrepantes, de acordo com o critério multivariado, apresentados na Tabela 4. Este número representa cerca de 2/3 do total de municípios considerados *outliers* segundo o critério univariado.

¹¹¹ A distância generalizada de Mahalanobis ou distância D^2 de Mahalanobis pode ser compreendida como um método de comparação e avaliação simultânea das diferentes variáveis incluídas no processo de análise, considerando quaisquer correlações existentes entre elas. O valor resultante é um número puro e mede a extensão com que cada observação difere das demais.

Tabela 4. *Outliers* com base em detecção multivariada.

Município	D ² /g.l.
Águas de Santa Bárbara	72,61339
Águas de São Pedro	156,34310
Alvinlândia	106,12740
Bálsamo	135,13930
Borá	54,54754
Dirce Reis	140,54800
Espírito Santo do Turvo	67,21711
Floreal	84,34535
Guarani d'Oeste	50,95138
Holambra	114,54540
Iepê	64,40661
Ilha Comprida	127,18450
Inúbia Paulista	73,33432
Lourdes	64,41448
Mira Estrela	162,22490
Pedrinhas Paulista	93,80536
Queiroz	85,72618
Rubinéia	52,58150
Santa Clara d'Oeste	51,49951
Santa Cruz da Esperança	88,79124
São João do Pau d'Alho	206,78170
Serra Azul	78,71959
Trabiju	67,04028
Turmalina	56,22063
União Paulista	53,26479
Uru	55,87369
Zacarias	86,64723

Fonte: Resultados da pesquisa.

Com base nos resultados dos testes uni e multivariado para detecção de observações discrepantes, é realizada a avaliação de quais municípios podem ser considerados como *outliers*. Opta-se por considerar somente aqueles municípios discrepantes segundo os dois critérios, de modo a não desconsiderar observações em excesso. Entende-se que a análise univariada aponta municípios que apresentam comportamento peculiar em determinado tipo de evento; as dezesseis localidades que se mostraram discrepantes na análise univariada e não na multivariada, são mantidos na análise. Segundo o critério multivariado, são considerados *outliers* as 27 localidades

apresentadas na Tabela 4; estes municípios, à semelhança daqueles que têm observações faltantes, são excluídos da análise.

Somando-se os trinta e seis municípios com observações faltantes e 27 considerados *outliers*, são excluídos da análise 9,76% do total de municípios do estado de São Paulo. Os restantes 582 municípios (= 582 observações) são submetidos à análise fatorial. Este método demanda que seja dispensada especial atenção à quantidade de observações, face ao número de variáveis submetidas à redução. Muito embora não exista uma regra rígida, definida pela teoria, recomenda-se que sejam utilizadas acima de 100 observações. Malhotra (2001) sugere que sejam utilizadas observações que representem quatro a cinco vezes o número de variáveis, quantia também aceitável por Hair et al. (1998). Para estes últimos autores, o ideal seria a razão variável/observações equivalente a 1/10. A principal vantagem de um grande número de observações é a diminuição da chance de superestimação (*overfitting*) dos dados, ou seja, a extração de fatores que representem particularidades das variáveis e não, de fato, generalizações das informações. A quantidade de municípios analisados não representa, portanto, limitação ao uso da metodologia de análise fatorial. As 582 observações são bastante superiores ao número de variáveis utilizadas (22 variáveis, resultando na razão acima de 1/26).

Por fim, cabe ressaltar que o *software* estatístico utilizado neste trabalho é o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 12.0.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos por meio da aplicação da análise fatorial, pelo método dos componentes principais, às variáveis representativas do capital social existente no estado de São Paulo. Inicialmente são feitas algumas considerações a respeito da aplicação da metodologia, de modo a atestar a adequação dos dados ao processo de análise fatorial. Em seguida são apresentados os fatores que melhor sintetizam a vida associativa e cívica, assim como a confiança existente em cada município. São demonstradas na seqüência as relações entre o capital social e as variáveis que sintetizam o desenvolvimento e o crescimento econômico (IDH-M e renda *per capita*), com base na metodologia de regressões lineares múltiplas.

5.1 Considerações iniciais a respeito da metodologia de análise fatorial

Com base no esquema analítico proposto por Hair et al. (1998, pp.94 e 101), uma etapa inicial deve constatar a adequação da metodologia de análise fatorial à pesquisa que está sendo desenvolvida, ou seja, aos dados considerados representativos do capital social no Estado. Para que a análise fatorial seja um procedimento adequado, a hipótese fundamental é que existam, de

fato, correlações entre as diferentes variáveis, ou seja, algum nível de multicolinearidade.

Um dos procedimentos mais simples para verificar a existência de correlação entre as variáveis é a observação da matriz de correlação (*correlation matrix*);¹¹² a correlação entre cada par de variáveis é representada por valores próximos (em módulo) à unidade. Entretanto, este tipo de verificação, eminentemente visual, pode não ser suficiente para atestar a existência de correlações significativas entre as variáveis. Utiliza-se, adicionalmente, o exame da matriz de correlações parciais, na qual são apresentadas as correlações entre pares de variáveis, considerando sobre estas os efeitos das demais. Para a análise fatorial ser um processo adequado, os valores obtidos precisam ser pequenos (próximos, em módulo, a zero), significando que cada variável pode ser explicada não só por uma, como também pelo conjunto de variáveis consideradas. Esta matriz é disponibilizada pelo *software* SPSS com o nome de matriz de correlação anti-imagem (*anti-image correlation matrix*).

Outra alternativa para análise da adequação do processo de análise fatorial às variáveis consideradas é o exame das correlações em geral. O teste de esfericidade de Bartlett (*Bartlett test of sphericity*) verifica a hipótese nula de que a matriz de correlações não apresenta valores significativos para as correlações entre as variáveis, baseando-se numa transformação qui-quadrado do determinante da matriz de correlação (Malhotra, 2001). Testa, pois, se a matriz de

¹¹² A diagonal principal é formada por números um (correlação da variável consigo própria), e o triângulo inferior e/ou superior representa as correlações simples entre todos os pares de variáveis.

correlações é uma matriz identidade, onde os elementos da diagonal principal têm correlação entre si ($r=1$) e aqueles fora da diagonal principal não têm correlação ($r=0$).¹¹³ O resultado gerado pelo teste de Bartlett retorna a probabilidade da matriz de correlações ser uma matriz identidade; rejeitar esta hipótese atesta a adequação das variáveis à análise fatorial.

A medida de adequacidade da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (estatística KMO ou MSA – *measure of sampling adequacy*) é um teste bastante utilizado. Esta estatística quantifica os graus de correlação entre as variáveis, comparando os valores dos coeficientes de correlação (entre cada par de variáveis) com os coeficientes de correlação parcial (considerando-se a interferência das demais variáveis).¹¹⁴ Este teste retorna valores entre zero e um; valores pequenos são indicativos de que as correlações entre pares de variáveis não podem ser explicadas pelo conjunto, fazendo com que a análise fatorial seja um processo inadequado para interpretação dos dados.

Após o estudo da adequação dos dados deve-se, segundo Hair et al. (1998), determinar um método de extração de fatores. São mencionadas na literatura a respeito de análise fatorial várias formas de extração de fatores;¹¹⁵ o método utilizado neste trabalho é

¹¹³ Ou seja, verifica a probabilidade estatística de cada variável ter correlação somente com ela própria e não com as demais.

¹¹⁴ A medida KMO é calculado como:
$$KMO = \frac{\sum_{i \neq j} \sum_{l \neq j} r_{ij}^2}{\sum_{i \neq j} \sum_{l \neq j} r_{ij}^2 + \sum_{i \neq j} \sum_{l \neq j} a_{ij}^2}$$
, onde

r_{ij} é o coeficiente de correlação simples entre as variáveis x_i e x_j ; e

a_{ij} é o coeficiente de correlação parcial entre as variáveis x_i e x_j .

¹¹⁵ Como aqueles baseados em mínimos quadrados não-ponderados, mínimos quadrados generalizados, máxima verossimilhança e o método *alpha*, considerados complexos e de difícil interpretação (Malhotra, 2001, p.508).

chamado de **análise de componentes principais** (*component analysis* ou *principal component analysis*). Ele é recomendado quando se pretende extrair o número (mínimo) de fatores que respondem pelo maior percentual de variância total do conjunto de variáveis analisadas (Malhotra, 2001). Recomenda-se também a utilização deste método quando se sabe, *a priori*, que o conjunto de dados e variáveis utilizadas é pouco sujeito a especificidades ou erros (Hair et al., 1998). Os fatores extraídos segundo esta metodologia podem ser chamados de “componentes principais” (Malhotra, 2001); entretanto, por questão de simplicidade, optou-se por denominá-los por **fatores**.

Muito embora não seja objetivo deste trabalho descrever profundamente o conjunto de métodos de extração de fatores, a confusão feita entre as metodologias de análise fatorial e de componentes principais demanda alguns esclarecimentos. Sharma (1996) atribui esta confusão ao fato de que muitos pacotes estatísticos disponíveis¹¹⁶ tratam a análise de componentes principais como uma das opções do procedimento de análise fatorial – o que faz com que ambas pareçam ser idênticas. Entretanto, acredita-se que este equívoco esteja relacionado ao fato de que se denomina “análise fatorial” a um conjunto de métodos estatísticos para análise de grande número de variáveis, dentre eles a análise de componentes principais e também a análise fatorial comum.

A metodologia de componentes principais considera a variância total das variáveis em sua análise. Já a análise fatorial comum (*common factor analysis*) possibilita a estimação de fatores com base

¹¹⁶ Dentre eles o SPSS, utilizado para realizar os cálculos neste trabalho.

apenas na variância comum, ou seja, somente as comunalidades entre as variáveis são inseridas na diagonal principal da matriz de correlação. Assim, os fatores derivados deste tipo de análise são mais adequados para interpretação da variância comum e não da variância total existente entre as variáveis.

Para melhor compreensão da diferença entre a análise fatorial comum e o método dos componentes principais, é preciso ter em mente que, segundo Malhotra (2001), qualquer procedimento de análise fatorial assemelha-se à análise de regressão múltipla, tendo em vista que cada variável pode ser considerada uma combinação linear dos diferentes fatores. A variância total de qualquer variável pode ser decomposta em “comum” ou comunalidade (*communality*), compartilhada pela variável com as demais, e em “específica” ou especificidade (*uniqueness*), relacionada exclusivamente a uma variável. A “variância relacionada ao erro” diz respeito à falhas ou problemas no levantamento ou mensuração ou mesmo a um componente totalmente aleatório vinculado à variável. A análise fatorial com base nos componentes principais considera a variância total no cálculo dos fatores, o que significa manter unidades ao longo da diagonal principal da matriz de correlação. A análise fatorial comum, por outro lado, é centrada na variância comum, desprezando as especificidades de cada variável. Neste caso, na diagonal principal é considerada somente a comunalidade existente entre as variáveis.

O tópico seguinte do esquema analítico de Hair et al. (1998), após a extração dos fatores, envolve a determinação do número de fatores a serem extraídos e que possam representar, de maneira sintética, o conjunto total de variáveis. A escolha da quantidade de fatores, em número inferior ao de variáveis é, aliás, uma das pré-

condições da metodologia fatorial. Uma das alternativas para tanto, apoia-se em hipóteses ou formulações descritas teoricamente *a priori*.

Em estudos exploratórios ou nos quais a teoria não menciona abertamente a quantidade de fatores a ser extraída, algumas alternativas estão disponíveis, muito embora uma base exata para determinação do número ideal de fatores a ser considerado ainda não tenha sido desenvolvida. Uma delas diz respeito ao percentual de variância total explicado por cada fator. Desta forma, os fatores selecionados devem ter o potencial de explicação similar à “variável média”, segundo preceitos de Aacker & Day (1990).¹¹⁷ Esta regra equivale a dizer que só são considerados fatores com autovalor (*eigenvalue*) ou raiz característica¹¹⁸ superiores a unidade (Hair et al., 1998; Malhotra, 2001; Sharma, 1996). Isto porque o autovalor representa o percentual da variância total explicada pelo fator; acima da unidade significa um fator com potencial explicativo maior que os demais. Este método também é denominado de “critério de Kaiser”.

Outra alternativa para determinar o número de fatores escolhidos, sugerida por Aacker & Day (1990), é a observação do percentual da variância total¹¹⁹ que é explicada por cada fator. Deve-se considerar somente aqueles fatores que contribuem expressivamente para a explicação da variância total; fatores com contribuições marginais reduzidas devem ser relevados. Uma outra

¹¹⁷ Por exemplo, se estão sendo consideradas oito variáveis na análise fatorial, cada variável teria o poder de explicação da variância total de 0,125 ou 12,5% (variância total de 100%, dividida por 8 variáveis). Assim, segundo esta forma de análise, só seriam considerados os fatores que explicassem pelo menos 12,5% da variância total.

¹¹⁸ Também denominada raiz latente (*latent root*).

¹¹⁹ O percentual de variância explicada é uma medida que indica o quanto a variância total encontrada entre as variáveis originais é representada pelos fatores considerados individualmente.

forma de interpretar esta sugestão é analisar o gráfico de declive (*scree plot*), que representa os fatores em ordem de extração *versus* os autovalores (Hair et al., 1998; Malhotra, 2001; Sharma, 1996). Por meio da análise da curvatura do gráfico de declive, pode-se determinar o número de fatores: o último fator a ser considerado representa o ponto a partir do qual a curva fica mais plana (chamada de “rampa suave” por Malhotra, 2001).¹²⁰

Uma sugestão alternativa para o cálculo do número de fatores diz respeito ao percentual de variância total acumulada explicada pelo conjunto de fatores extraídos. Alertam Hair et al. (1998) que, nas ciências naturais o processo de extração de fatores não cessa até que sejam obtidos fatores que expliquem pelo menos 95% da variância total. Ao contrário, nas ciências humanas, onde as informações são menos precisas, não é incomum considerar fatores que representem 60%¹²¹ ou menos da variância total.¹²² É necessário ressaltar que a quantidade de variância total que não é explicada pelo conjunto de fatores extraídos é considerada perda de informação (Sharma, 1996). Além desta alternativa, os autores recomendam a extração de fatores até que determinado percentual de comunalidade existente nas variáveis originais seja explicado pelo conjunto de fatores.¹²³

¹²⁰ Geralmente a análise do gráfico de declive resulta na consideração de um (Hair et al., 1998) ou mais (Malhotra, 2001) fatores além daqueles considerados pelo critério do autovalor maior que a unidade.

¹²¹ Percentual de variância também recomendado por Malhotra (2001).

¹²² Aacker & Day (1990) citam dois exemplos, relacionados à percepção de variáveis qualitativas em ciências humanas, nos quais o percentual de variância total explicado pelo conjunto de fatores extraídos é ao redor de 50%.

¹²³ A comunalidade é considerada para Aacker & Day (1990, p.548) o percentual de variância de cada variável que contribui para a correlação entre as outras variáveis ou é comum às outras variáveis.

Apesar da existência de várias regras para a escolha do número de fatores a serem extraídos pelo processo de análise fatorial, Aacker & Day (1990) e Sharma (1996) sugerem que o mais apropriado seja parar a extração de fatores quando estes deixarem de fazer sentido. Também Hair et al. (1998) alertam que a escolha de número elevado ou diminuto de fatores pode dificultar a análise posterior.

Definido o número de fatores a serem extraídos, é necessária a escolha de um método de rotação dos fatores. Isto porque o objetivo da análise fatorial pelo método de componentes principais é simplesmente gerar fatores que expliquem o máximo da variância total possível; desta forma, a interpretação do fator pode ser prejudicada pelo excesso de variáveis a ele relacionadas. A vantagem da rotação é possibilitar que as variáveis mais representativas do fator sejam, de fato, reveladas. O efeito primordial deste processo é redistribuir a variância total entre os fatores, de modo que fique mais claro identificar quais variáveis são relacionadas com quais fatores (Hair et al., 1998).¹²⁴

A rotação ortogonal varimax é a mais comum e mais utilizada em trabalhos empíricos (segundo Aacker & Day, 1990, p.549-550; Hoffmann, 1999, p.46).¹²⁵ Este tipo de rotação tem o objetivo de gerar cargas fatoriais de modo que estas se aproximem o máximo possível dos valores -1 ou +1 (representando alta correlação, negativa ou positiva, entre o fator e a variável) ou próximas a zero

¹²⁴ Ressalta Malhotra (2001) que o processo de rotação aplicado não altera as communalidades obtidas pelas variáveis e o percentual de variância total explicado pelos fatores extraídos; este percentual é simplesmente redistribuído.

¹²⁵ As outras rotações ortogonais existentes são a quartimax e a equimax, pouco utilizadas. A principal desvantagem da rotação quartimax, segundo Hair et al. (1998) é o fato de gerar um só fator com cargas fatoriais elevadas para a maioria das variáveis, dificultando sua interpretação.

(significando falta de correlação entre o fator e a variável). Minimiza-se, assim, o número de variáveis com altas cargas sobre um mesmo fator. O processo varimax, assim como a análise fatorial não rotacionada, gera fatores ortogonais entre si, ou seja, que são geometricamente perpendiculares.¹²⁶

A etapa de interpretação dos fatores pode ser considerada como a mais importante do processo de análise fatorial. Isto porque o processo de síntese e redução dos dados, sendo o principal objetivo da análise fatorial, demanda a compreensão exata dos fatores. A literatura não traz uma regra rígida a respeito do processo de análise dos fatores; entretanto todas ressaltam a importância da consideração das cargas fatoriais para delimitação do fator. As cargas fatoriais podem ser compreendidas como a “correlação” ou correspondência entre o fator e as variáveis originais e são obtidas na matriz de fatores.¹²⁷ Quanto maior o valor da carga fatorial, mais importante é a contribuição da variável para interpretação do fator. Sharma (1996) sugere que o grau de correlação (carga fatorial) seja superior (em valor absoluto) a 0,5, enquanto Malhotra (2001) recomenda o valor 0,3 como indicativo de relação expressiva entre o fator e a variável.

As cargas fatoriais não devem ser as únicas fontes para análise dos fatores. Segundo Aacker & Day (1990), é preciso considerar uma

¹²⁶ Outros tipos de rotação, denominadas oblíquas, permitem que os fatores tenham correlação entre si, são menos utilizados e podem gerar problemas de interpretação (Aacker & Day, 1990). Geralmente a opção para realizar estas rotações não está disponível nos pacotes computacional.

¹²⁷ Para tanto, duas condições precisam ser satisfeitas: (i) as variáveis originais estão normalizadas (cada variável subtraída de sua média, dividida pelo desvio padrão); e (ii) os fatores calculados são independentes ou perpendiculares entre si, ou seja, são ortogonais (Aacker & Day, 1990).

certa dose de utilidade (*usefulness*) e a prescrição da teoria. Argumentos teóricos ou práticos podem recomendar a inclusão de alguma variável nas análises subseqüentes, a despeito da eventual carga fatorial reduzida obtida, quando relacionada aos fatores. “As variáveis a serem incluídas na análise fatorial devem ser especificadas com base em pesquisas anteriores, na teoria e no julgamento do pesquisador”, recomendam Hair et al. (1998, p.506).

Após definidos os fatores, é necessário computar os escores fatoriais (*factor scores*), que são combinações lineares dos fatores, atribuídas a cada observação. Quanto maior os valores relacionados às variáveis que contribuíram na composição do fator, maior será o escore fatorial calculado para a observação. Os escores fatoriais podem ser calculados com base na análise dos componentes principais, e os resultados obtidos também não são correlacionados entre si (Malhotra, 2001).

5.2 Determinação de fatores representativos do capital social

Neste trabalho são consideradas como indicativas da vida associativa a existência de escola de samba (ESCOLSAM), de grupos escoteiros (ESCOT), Lions (LIONS) e Rotary Clube (ROTARY) e Lojas Maçônicas (GOSP); o percentual de produtores rurais associados a cooperativas (PRODCOOP), associações (PRODASOC) e sindicatos (PRODSIND); e o número de agrupamentos culturais (AGRUCULT), associações desportivas (ASDESP), cooperativas (COOPS), edificações destinadas à convivência social (EDCONV), equipamentos culturais (EQCULT), entidades filantrópicas (FILANTR), igrejas (IGREJAS) e organizações políticas (ORGPOL) e profissionais (ORGPROF). O

civismo é representado pelas variáveis referentes ao percentual de eleitores afiliados a partidos políticos (AFILIAC) e que realizam votos em legenda (VOTLEGEN), bem como a existência de jornais (JORNAL) e rádios AM/FM (RADIO). A *proxy* para confiança é representada pelos crimes contra o patrimônio (CRIMPATR).¹²⁸

Tendo por base o esquema analítico de Hair et al. (1998), o primeiro passo compreende a análise da adequação das variáveis à análise fatorial. A observação da matriz de correlação, na Tabela 5, possibilita concluir que existem, de fato, correlações entre a maioria das variáveis (mesmo que valores baixos) ao nível de significância de 1 ou 5%. Somente cinquenta e quatro pares de variáveis, equivalente a menos de ¼ das 231 correlações, não são significativas ao nível de 5%.

¹²⁸ É necessário ressaltar que algumas variáveis foram inicialmente consideradas como representativas do capital social nos municípios paulistas: percentual de abstenção em eleições; número de associações rurais; existência de emissoras de TV; número de organizações associativas empresariais e patronais, sindicais e outras organizações; número de ocorrências policiais referentes a crimes contra a pessoa, contra a incolumidade pública, contra os costumes, outros crimes, contravenções e ocorrências não criminais; existência de Plano Diretor; existência de Conselhos Municipais e taxa de homicídio. Estas variáveis foram submetidas à análise fatorial juntamente com as demais e os resultados obtidos não foram considerados adequados por uma série de motivos: (i) valor do teste KMO aplicado à variável individual é considerado baixo (menor que 0,5); (ii) presença da mesma variável em um grande número de fatores; (iii) baixa comunalidade apresentada pela variável (menor que 0,5); ou (iv) variável não relacionada a nenhum dos fatores (escores fatoriais abaixo de 0,3). Nestes casos, Hair et al. (1998) sugerem a análise criteriosa das variáveis, se relevantes para a interpretação do problema. Recomendam ainda que “se a variável tem menos importância para os objetivos do estudo e tem o valor da comunalidade inaceitável, ela deve ser eliminada e o modelo fatorial reespecificado com a derivação de uma nova solução com estas variáveis eliminadas” (p.114). Após análise da relevância das variáveis e dos valores resultantes da análise fatorial com a reespecificação do modelo, optou-se pela desconsideração das variáveis listadas.

Tabela 5. Matriz de correlações entre as variáveis representativas do capital social.

Variáveis	AFILIAC	AGRUCULT	ASDESP	COOPS	CRIMPATR	EDCONV	EQCULT
AFILIAC	1,00000						
AGRUCULT	*	1,00000					
ASDESP	-0,20140	0,09337	1,00000				
COOPS	-0,23496	*	0,13043	1,00000			
CRIMPATR	-0,31679	*	0,17103	0,18951	1,00000		
EDCONV	0,33427	0,10063	-0,09967	-0,14161	-0,26369	1,00000	
EQCULT	0,26489	0,36159	*	-0,08400	-0,19491	0,20868	1,00000
ESCOLSAM	-0,22961	*	0,11875	0,16165	0,38292	-0,20442	-0,09632
ESCOT	-0,23337	*	0,10974	0,13717	0,41984	-0,18279	-0,19666
FILANTR	*	*	0,16290	*	-0,13426	0,08177	*
GOSP	-0,41777	*	0,13969	0,18659	0,44390	-0,30089	-0,16933
IGREJAS	0,20262	*	*	-0,07201	-0,15703	0,21695	0,07874
JORNAL	-0,43744	-0,06910	0,18427	0,28410	0,45471	-0,38345	-0,26167
LIONS	-0,34126	-0,07484	0,19509	0,20894	0,48092	-0,26886	-0,20446
ORGPOL	0,55541	0,09870	-0,15378	-0,22319	-0,41023	0,46296	0,25719
ORGPREF	-0,16643	*	0,09599	0,35715	0,22211	-0,11097	*
PRODASOC	*	*	*	0,07705	*	0,08783	*
PRODCOOP	0,07028	*	0,11542	0,10356	0,15174	0,12972	0,07216
PRODSIND	-0,14768	*	0,08078	0,13449	0,07666	-0,11321	*
RADIO	-0,37105	*	0,17021	0,28367	0,36811	-0,22912	-0,14628
ROTARY	-0,43740	-0,09487	0,22021	0,27113	0,45385	-0,31149	-0,23681
VOTLEGEN	-0,33147	-0,07758	*	*	0,27856	-0,28362	-0,15310

Variáveis	ESCOLSAM	ESCOT	FILANTR	GOSP	IGREJAS	JORNAL	LIONS
ESCOLSAM	1,00000						
ESCOT	0,33988	1,00000					
FILANTR	*	0,11576	1,00000				
GOSP	0,35820	0,38626	*	1,00000			
IGREJAS	-0,08286	*	0,28946	-0,09633	1,00000		
JORNAL	0,36711	0,31323	*	0,43715	-0,15811	1,00000	
LIONS	0,33553	0,41957	*	0,45925	*	0,47063	1,00000
ORGPOL	-0,29355	-0,26254	0,11935	-0,39177	0,31222	-0,47974	-0,39083
ORGPREF	0,16441	0,15368	*	0,26438	*	0,25282	0,22807
PRODASOC	*	*	*	*	*	*	*
PRODCOOP	-0,18874	-0,12425	0,14433	-0,04470	0,11435	-0,07132	*
PRODSIND	0,07347	0,08051	*	0,14307	*	0,15879	0,19205
RADIO	0,28495	0,31454	*	0,42414	-0,09560	0,46091	0,45692
ROTARY	0,34067	0,37295	*	0,43914	-0,07224	0,58900	0,47197
VOTLEGEN	0,29023	0,30371	-0,21456	0,32092	-0,22584	0,20938	0,20402

Tabela 5. Matriz de correlações entre as variáveis representativas do capital social.

Variáveis	ORGPOL	ORGPROF	PRODASOC	PRODCOOP	PRODSIND	RADIO	ROTARY
ORGPOL	1,00000						
ORGPROF	-0,15806	1,00000					
PRODASOC	*	*	1,00000				
PRODCOOP	0,14179	0,10624	0,54974	1,00000			
PRODSIND	-0,12369	0,11819	0,47889	0,38837	1,00000		
RADIO	-0,39079	0,21386	*	*	0,08884	1,00000	
ROTARY	-0,43314	0,23988	*	*	0,19976	0,39138	1,00000
VOTLEGEN	-0,39220	*	-0,11464	0,29733	*	0,27943	0,21939

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: o asterisco (*) representa correlações não significativas a 5%; valores em negrito representam correlações significativas a 5%; as demais a 1%.

Apesar de estatisticamente significativas, os valores existentes na matriz reproduzida na Tabela 5 demonstram que não existem muitas correlações acima de 0,30 (54 em 231 correlações possíveis, equivalente a cerca de 23%). Correlações mais expressivas, acima de 0,5 (em módulo), ocorrem em poucos pares de variáveis: AFILIAC e ORGPOL ($r=0,55541$) e ROTARY e JORNAL ($r=0,58900$). Outro par, PRODASOC e PRODCOOP, também apresenta correlação elevada ($r=0,54974$) e ambas as variáveis também demonstram correlações, em menor valor, com a variável PRODSIND ($r=0,47889$ e $r=0,38837$). Este fato é compreensível, tendo em vista que em municípios onde existe motivação pessoal para a afiliação a associações também pode haver disposição para a cooperação ou para a sindicalização. Também devem ser notadas as correlações acima do valor 0,3 apresentadas para um grupo de variáveis que representam a existência de entidades associativas: escolas de

samba, grupos escoteiros, Lions e Rotary Clube e Lojas Maçônicas. São curiosas também as correlações encontradas entre a variável que representa a falta de confiança do município (crimes contra o patrimônio) e várias entidades associativas.

A observação da matriz de correlações é puramente visual, não sendo suficiente para confirmar a adequação das variáveis à análise fatorial, uma vez que se podem verificar somente relações entre os pares de variáveis. A análise conjunta com a matriz de correlação anti-imagem possibilita concluir sobre a existência de correlações entre pares de variáveis, tomando-se em consideração as demais. Nesta matriz são apresentadas as medidas de adequação da amostra para cada variável na diagonal principal e os elementos fora dela representam as correlações parciais. Assim, quanto menores estes valores, maior a correlação do par de variáveis com as demais, o que confirmaria a adequação do processo de análise fatorial. A Tabela 6 permite concluir que quase todos os pares de variáveis incluídas na análise relacionam-se também com as demais, tendo em vista os valores inferiores a 0,3 (em módulo) apresentados na matriz anti-imagem. Reforça-se, assim, a evidência de relação entre o conjunto de variáveis. Uma das exceções a esta regra são os pares de variáveis referentes a equipamentos destinados ao desenvolvimento coletivo de atividades culturais (tais como cinemas, teatros, casas de cultura) e os agrupamentos/associações ligados às diferentes manifestações artísticas; o valor obtido (-0,34631) traz evidências de que existe proximidade entre as duas variáveis, isolando-as das demais. As outras variáveis que apresentam coeficientes de correlação parcial elevados são PRODASOC e PRODCOOP e PRODASOC e PRODSIND (valores iguais a -0,43458 e -0,35102, respectivamente). Estes

valores podem reforçar a existência de relações próximas entre estas variáveis, em detrimento das relações com as demais, conforme já constatado na matriz de correlações.

Pode ser percebido também na Tabela 6 o resultado do teste KMO aplicado a cada variável individualmente. São recomendados valores superiores a 0,5, entretanto o mínimo observado é 0,56399 para a variável referente aos agrupamentos culturais. A grande maioria das variáveis apresenta valores acima de 0,80, confirmando a adequação das 22 variáveis para análise fatorial.

Tabela 6. Matriz de correlação anti-imagem entre as variáveis representativas do capital social.

Variáveis	AFILIAC	AGRUCULT	ASDESP	COOPS	CRIMPATR	EDCONV	EQCULT
AFILIAC	0,90874						
AGRUCULT	0,03839	0,56399					
ASDESP	0,10190	-0,12004	0,82132				
COOPS	0,06411	-0,02071	-0,01287	0,85555			
CRIMPATR	-0,04162	-0,01813	-0,07698	-0,00606	0,92894		
EDCONV	-0,01129	-0,02677	0,02641	-0,01442	-0,01380	0,91799	
EQCULT	-0,11863	-0,34631	0,00880	0,00963	0,02959	-0,05561	0,78148
ESCOLSAM	-0,04577	-0,03984	-0,03526	-0,03858	-0,10479	-0,00695	-0,04080
ESCOT	-0,03961	0,00672	-0,03078	-0,01347	-0,13174	-0,02396	0,08249
FILANTR	0,00174	0,02491	-0,13160	-0,05338	0,11038	-0,01476	0,04689
GOSP	0,14689	0,00217	0,01987	0,04599	-0,12013	0,06289	-0,02091
IGREJAS	-0,05087	0,05525	-0,05047	0,03173	0,03965	-0,08010	-0,01754
JORNAL	0,06692	-0,02288	-0,00607	-0,05533	-0,08242	0,13166	0,09710
LIONS	0,00078	0,02031	-0,02266	0,02861	-0,18703	0,02792	0,03261
ORGPOL	-0,28603	-0,03843	0,04249	0,04333	0,08633	-0,21916	-0,03923
ORGPREF	-0,00727	0,01015	0,00637	-0,27413	-0,06120	-0,00863	-0,04548
PRODASOC	-0,03472	-0,07311	0,05652	-0,01962	-0,05893	-0,08632	0,05438
PRODCOOP	0,00306	-0,00686	-0,11089	-0,05620	0,10764	-0,02778	0,00395
PRODSIND	0,05636	0,07712	-0,00150	-0,01849	0,03447	0,08658	-0,12499
RADIO	0,05995	-0,03265	-0,02596	-0,13083	-0,03224	-0,04673	-0,03265
ROTARY	0,12292	0,04411	-0,06272	-0,05474	-0,11183	0,02885	0,02581
VOTLEGEN	0,11514	0,01833	0,08577	0,05727	-0,01084	0,07626	0,02459

Tabela 6. Matriz de correlação anti-imagem entre as variáveis representativas do capital social.

Variáveis	ESCOLSAM	ESCOT	FILANTR	GOSP	IGREJAS	JORNAL	LIONS
ESCOLSAM	0,92578						
ESCOT	-0,10719	0,91068					
FILANTR	-0,04832	0,10437	0,61511				
GOSP	-0,09063	-0,11003	-0,03091	0,94059			
IGREJAS	-0,01044	-0,04159	-0,22143	-0,02832	0,79397		
JORNAL	-0,11126	0,03032	0,04870	-0,05031	0,03509	0,91629	
LIONS	-0,06250	-0,17394	-0,05802	-0,11577	-0,04445	-0,08829	0,92479
ORGPOL	0,02140	-0,04892	-0,03517	0,00626	-0,17517	0,08923	0,07720
ORGPROF	-0,03083	-0,00774	0,02294	-0,11926	0,01433	-0,05190	-0,02438
PRODASOC	-0,04573	-0,02635	0,10352	0,02550	0,02796	0,02089	0,03268
PRODCOOP	0,14566	0,05636	-0,06947	-0,01467	-0,01979	0,03568	-0,10561
PRODSIND	-0,01953	-0,00351	-0,04116	-0,03018	-0,01568	-0,05051	-0,06510
RADIO	0,00181	-0,05364	-0,10184	-0,11673	0,00053	-0,16823	-0,17629
ROTARY	-0,04925	-0,10904	-0,04877	-0,06608	-0,06221	-0,29731	-0,08505
VOTLEGEN	-0,11513	-0,12391	0,12515	-0,09509	0,06880	0,11243	0,03726

Variáveis	ORGPOL	ORGPROF	PRODASOC	PRODCOOP	PRODSIND	RADIO	ROTARY
ORGPOL	0,90810						
ORGPROF	-0,02043	0,84138					
PRODASOC	0,01736	0,05660	0,61622				
PRODCOOP	0,04163	-0,10970	-0,43458	0,68442			
PRODSIND	0,00931	-0,01374	-0,35102	-0,19847	0,73647		
RADIO	0,07425	-0,01179	0,02568	-0,01265	0,03987	0,92548	
ROTARY	0,05831	-0,02780	-0,04224	-0,00871	-0,04902	-0,00595	0,92925
VOTLEGEN	0,13566	0,01998	0,02294	0,18268	-0,11137	-0,12321	0,00764

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: valores na diagonal principal representam a medida de adequacidade de amostra (KMO) para cada variável de forma individual. Os valores fora da diagonal representam correlações parciais entre os pares de variáveis, considerando-se a interferência das demais. O valor da medida KMO para a variável VOTLEGEN é 0,86247, não incluída na Tabela

As variáveis também podem ser analisadas conjuntamente, por meio dos testes de Bartlett e KMO. Para os dados considerados neste trabalho, o valor da estatística qui-quadrado, calculado nos moldes do teste de esfericidade de Bartlett é 3.492,5204, com 231 graus de liberdade, significativa ao nível de 1%. Assim, rejeita-se a hipótese nula de que as variáveis não são correlacionadas, o que tornaria o processo de análise fatorial inadequado. O teste KMO retorna o valor 0,87548; este valor é considerado “meritório” para Hair et al. (1998, p.99) e “apropriado” ou “merecedor” para Sharma (1996). Assim, com base no teste de esfericidade de Bartlett e na medida KMO de adequacidade da amostra, conclui-se que a análise fatorial é, de fato, um processo apropriado para sintetizar as variáveis representativas do capital social no estado de São Paulo.

A escolha do número de fatores a serem extraídos com base no método de componentes principais não segue regra rígida. Sendo considerados os autovalores superiores à unidade, são extraídos seis fatores, que explicam conjuntamente 58,5% da variância total das variáveis.¹²⁹ Se for observada a regra do percentual mínimo de variância total explicada pelo conjunto de fatores (60%), são extraídos sete fatores (explicando 62,5% da variância total), mesmo número se for seguido o método do gráfico de declive, apresentado na Figura 1.

¹²⁹ Na Tabela 13, no Apêndice, são sintetizados os valores dos autovalores, percentual de variância e percentual de variância acumulada nos fatores extraídos.

Figura 1 – Gráfico de declive dos fatores (*scree plot*).

A consideração de um número elevado de fatores, conforme ressaltado na literatura, pode conduzir a resultados pouco precisos, além de dificultar as análises posteriores. Assim, são considerados neste trabalho somente seis fatores como indicativos do capital social presente nos municípios do estado de São Paulo. Além de simplificar a análise, o uso do critério de autovalor superior à unidade, que resulta em seis fatores, é considerado o “mais adequado, quando o número de variáveis encontra-se entre 20 e 50” (Hair et al., 1998, p.103), o que efetivamente acontece neste trabalho. É realizada a rotação ortogonal varimax, de modo a tornar as relações entre as variáveis e os fatores mais evidentes. Os resultados obtidos são sintetizados na Tabela 7.

Tabela 7. Matriz de cargas fatoriais dos fatores indicativos de capital social.

Var./fatores	F1	F2	F3	F4	F5	F6
CRIMPATR	0,69064	-0,20690	-0,02376	-0,08747	0,10754	-0,01646
ESCOLSAM	0,65324	-0,07543	-0,09026	-0,04904	0,03781	0,08584
ESCOT	0,73822	0,03254	0,00420	-0,12640	-0,01709	-0,10593
GOSP	0,64866	-0,25873	0,01755	0,02433	0,12904	-0,04271
JORNAL	0,52589	-0,45626	0,03669	0,09902	0,24551	-0,10923
LIONS	0,68025	-0,19390	0,13673	0,15489	0,11522	-0,10304
RADIO	0,52982	-0,30635	-0,04070	0,15443	0,23630	0,01512
ROTARY	0,58185	-0,35432	0,12747	0,16601	0,17860	-0,13893
VOTLEGEN	0,41868	-0,35547	-0,14189	-0,37424	-0,16920	-0,04449
AFILIAC	-0,30211	0,67762	-0,03208	-0,08381	-0,09695	0,08779
EDCONV	-0,18896	0,64085	0,03825	0,04295	-0,01705	0,12982
IGREJAS	0,07009	0,54027	0,01667	0,51368	-0,10158	-0,10981
ORGPOL	-0,34650	0,72609	0,00827	0,07599	-0,07653	0,09249
PRODASOC	0,00193	0,06855	0,85526	-0,08204	0,00346	0,03929
PRODCOOP	-0,18074	0,10449	0,77164	0,21443	0,16590	0,02285
PRODSIND	0,15746	-0,13339	0,76589	-0,00942	-0,00001	-0,00431
ASDESP	0,16248	-0,30711	0,07316	0,58868	-0,01697	0,23201
FILANTR	-0,07067	0,10806	-0,01187	0,75506	0,05111	-0,08872
COOPS	0,12787	-0,18682	0,07483	0,07346	0,75773	-0,00341
ORGPROF	0,23362	0,00720	0,05182	-0,05003	0,78246	0,00697
AGRUCULT	-0,01580	-0,00044	0,01476	0,04639	0,00168	0,84945
EQCULT	-0,14504	0,26942	0,03748	-0,05001	-0,00016	0,72009

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tendo em vista a quantidade de municípios do estado de São Paulo (582), é possível que sejam consideradas as cargas fatoriais acima de 0,30 como indicativo de relação entre o fator e as variáveis. Isto porque Hair et al. (1998, p.111-112) indicam que o valor do limite inferior das cargas fatoriais a serem analisadas dependa do número de observações disponíveis; no presente trabalho podem ser consideradas, prioritariamente, as cargas fatoriais com valores absolutos superiores a 0,30. É possível perceber na Tabela 7 que as

variáveis relacionam-se nitidamente a somente um dos fatores.¹³⁰

São observadas também as comunalidades das variáveis, apresentadas na Tabela 8, representativas do percentual de variância de cada variável explicada pelo conjunto dos seis fatores. Quatro das 22 variáveis apresentam comunalidade abaixo do valor recomendado de 0,5; isto significa que menos de 50% da variância destas variáveis é explicada pelo conjunto de seis fatores, sendo as menores comunalidades referentes à existência de escolas de samba (0,45176) e rádios AM/FM (comunalidade de 0,45614). Opta-se, entretanto, por mantê-las, assim como as outras duas variáveis (EDCONV e VOTLEGEN) na análise fatorial, sem esquecer, contudo, o fato de que elas estão sub-representadas pelos seis fatores.¹³¹

¹³⁰ Hair et al. (1998, p.113) afirmam que cada variável deve relacionar-se a somente um dos fatores, de acordo com os valores obtidos pelas cargas fatoriais, muito embora ressaltem que esta situação é “um ideal que deve ser perseguido mas raramente é obtido”. Com base nos dados da Tabela 7, percebe-se que a variável que representa o número de igrejas apresenta cargas fatoriais elevadas (acima de 0,5) com relação a F2 e F4 e que o percentual de votos em legenda apresenta carga fatorial elevada (acima de 0,30) para o F1, F2 e F4. Opta-se, entretanto, com base nos valores obtidos, por considerar a variável relacionada ao fator com maior carga fatorial (VOTLEGEN em F1 e IGREJAS em F2).

¹³¹ A alternativa a este procedimento é a reespecificação do modelo de análise fatorial, excluindo-se estas variáveis. Uma vez que o objetivo desta pesquisa é somente reduzir as variáveis a um número menor de fatores, opta-se por manter as variáveis, mesmo que sub-representadas, a repetir o procedimento de análise fatorial, conforme sugestão de Hair et al. (1998, p.113-114).

Tabela 8. Comunalidade observada entre as variáveis e os fatores indicativos de capital social.

Variáveis	Comunalidade
AFILIAC	0,57560
AGRUCULT	0,72418
ASDESP	0,52672
COOPS	0,63641
CRIMTR	0,53983
EDCONV	0,46685
EOCULT	0,61606
ESCOLSAM	0,45176
ESCOT	0,57354
FILANTR	0,59742
GOSP	0,50708
IGREJAS	0,58333
JORNAL	0,56809
LIONS	0,56692
ORGPOL	0,66747
ORGPROF	0,67212
PRODASOC	0,74445
PRODCOOP	0,71304
PRODSIND	0,62928
RADIO	0,45614
ROTARY	0,55910
VOTLEGEN	0,49244

Fonte: Resultados da pesquisa.

O primeiro fator (F1) responde, então, por 25,4% da variância total das variáveis. Relaciona-se positivamente às manifestações de associativismo representadas pela existência de escolas de samba, grupos escoteiros, clubes Lions e Rotary e Lojas Maçônicas. Neste fator são incluídas também as variáveis que representam a existência de rádios AM/FM e jornais, consideradas manifestações do civismo do município, assim como o percentual de votos em legenda. A variável que sintetiza as condições de confiança, o número de crimes contra o patrimônio, também é positivamente relacionado a este primeiro fator.

A existência de qualquer uma das cinco organizações associativistas positivamente relacionadas a este fator depende, eminentemente, da reunião de um grupo de pessoas: não existe escola de samba, nem grupo escoteiro, de um homem só. A decisão a respeito da participação ou não em cada um destes agrupamentos é puramente pessoal, mas aqueles que dele fazem parte são considerados “membros” da associação ou a ela vinculado de alguma forma. Existe, portanto, certa obrigatoriedade ou comprometimento, em diferentes níveis, dos participantes do Rotary ou Lions Clube, das Lojas Maçônicas, dos grupos escoteiros e das escolas de samba com estas instituições. Outro ponto de convergência destas variáveis é o fato destas organizações geralmente serem localizadas na zona urbana do município, muito embora delas possam fazer parte os residentes na zona rural; além disto, são entidades voltadas ao lazer ou ao convívio social. Aliás, estes aspectos podem estar interagindo positivamente com a presença de jornais e rádios nos municípios, também existentes na área urbana dos municípios. Cabe ressaltar o caráter positivo deste fator, que congrega ao mesmo tempo entidades tão diferentes como as escolas de samba e os clubes Lions e o Rotary e as Lojas Maçônicas. Nestes três últimos, a adesão normalmente se faz por meio de indicação e depende da aprovação dos atuais sócios, muito embora seja relevante o papel destas organizações para a sociabilização de seus membros e o apoio à realização de atividades

beneficentes.¹³² Ao contrário, a existência e a participação em escolas de samba são menos formais, e, são para São Paulo (2000, tomo II, p.45) “um dos maiores emblemas da cultura nacional”. Acredita-se que esta manifestação cultural surja do simples desejo de agremiação e reflita a cultura popular do município.¹³³

O fator F1 também é relacionado positivamente com a existência de jornais e emissoras de rádio AM e/ou FM. A presença de veículos de comunicação de massa, sobretudo de periódicos é, segundo Putnam (1993a, p.92), “a marca do interesse dos cidadãos em assuntos comunitários”. Entretanto, cabe um comentário a respeito da natureza diferenciada destas duas variáveis: enquanto os jornais relacionam-se, geralmente, a iniciativas do setor privado, as rádios dependem de concessões do Governo Federal, por meio do Ministério das Comunicações.¹³⁴ Talvez a variável JORNAL seja aquela

¹³² Conforme informações dos sítios de divulgação das instituições: Grande Oriente de São Paulo (2003), Lions Club (2003) e Rotary International Brazil Office (2003). Uma discussão aprofundada a respeito do papel do Rotary Clube é realizada por Setton (1996). Neste trabalho a autora descreve não só as relações hierárquicas presentes na instituição como o comportamento social e cultural dos seus sócios. Dado o enfoque do trabalho e suas conclusões, não deixaram de ser mencionadas as benesses da existência desta instituição, tanto para seus sócios como para a comunidade no qual o clube está inserido. Em que pese a adesão ao clube ser limitada, há de se convir que, no mínimo, os benefícios do clube ocorrem para seus associados, podendo ser extrapolado para terceiros próximos a eles e também para a sociedade em geral.

SETTON, M.G.J. Rotary Clubs: clubes de serviço ou clubes de capital social e capital simbólico? São Paulo: 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo.

¹³³ Este é o motivo para a manutenção desta variável na análise, muito embora a comunalidade seja a mais baixa dentre as variáveis consideradas.

¹³⁴ A necessidade de concessão pública para a instalação de rádios AM ou FM faz com que as rádios possam ser consideradas como “fonte de influência política”, conforme recente editorial do jornal O Estado de São Paulo (2003). No texto é destacado o fato de que 40% das rádios pertencem a políticos, 25% serem de seitas religiosas, 20% da igreja católica e em torno de 15 a 20% dos empresários do setor privado.

DISTRIBUIÇÃO de rádios comunitárias. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 out. 2003. p.2.

que reflita de forma mais apropriada os esforços da iniciativa privada para a divulgação de informações em nível municipal.¹³⁵ Em que pese tal fato, há de se convir que a existência de ambos os meios de comunicação no longo prazo depende do interesse da população local, leitores e ouvintes, uma vez que de nada vale (e não sobrevive) uma rádio ou jornal sem interlocutores. As duas variáveis não expressam, entretanto, nem a quantidade, nem a qualidade, nem mesmo a tiragem ou audiência dos jornais e rádios, somente sua presença. A simples existência de meios de comunicação em massa no município é considerada uma situação mais vantajosa do que a não existência, tendo em vista o acesso facilitado a informações de caráter local. Talvez seja mais importante saber o cotidiano do município onde se reside, do que de guerras em países distantes.

Outro componente do civismo presente no primeiro fator é a variável que representa os votos em legenda nas eleições municipais. As eleições democráticas podem ser consideradas exercício não só de civismo, como também de cidadania. Após anos de regime político totalitário no Brasil, a oportunidade de preencher os cargos governamentais “em consequência de eleições competitivas”, nas quais a oposição está “autorizada a competir, vencer e tomar posse dos cargos” (com base na definição de democracia de Przeworski et al., 1997, p.131), torna possível a alternância de poder entre situacionistas e oposicionistas. O usufruto do direito democrático de eleger a chefia do Poder Executivo e as cadeiras do Legislativo municipal é, então, considerada uma das manifestações do grau de civismo dos cidadãos, muito embora a obrigatoriedade de

¹³⁵ Muito embora possam ocorrer casos em que ex e atuais políticos sejam donos de jornais, podendo também utilizá-los para fins de “influência política”.

comparecimento às urnas possa mascarar outros interesses não cívicos. Putnam (1993a, p.94) considera, então, que o percentual de votos em legenda representa uma aproximação do civismo da localidade, uma vez que demonstra o interesse dos eleitores por ideais partidários, ao invés de preferências pessoais na escolha de candidatos. O voto em legenda é praticado pela minoria dos eleitores paulistas, mas a inclusão da variável VOTLEGEN, relacionando-se positivamente às outras variáveis incluídas no primeiro fator, parece confirmar as hipóteses de Putnam (1993a) a respeito de ser uma virtude de regiões cívicas.

O primeiro fator também é relacionado com o número de ocorrências referentes a crimes contra o patrimônio *per capita*. Municípios onde ocorrem estes tipos de crime podem ser entendidos como aqueles onde as garantias ao patrimônio são comprometidas, pois a variável CRIMPATR conjuga vários tipos de crimes. Alguns são caracterizados pelo uso excessivo da violência (considerados “crimes violentos” por São Paulo, 2000, tomo II, p.78), como roubos (consumado e tentado) e latrocínios (roubo seguido de morte). Outras ocorrências, por sua vez, indicam a presença de criminalidade organizada (segundo definição dada por São Paulo, 2000, tomo II, p.84): roubo e furto de veículo (consumado e tentado) e extorsão mediante seqüestro. Há também ocorrências referentes a estelionato; um tipo de crime que é precedido do estabelecimento de uma relação de confiança entre as pessoas. É curioso, portanto, que os crimes contra o patrimônio de natureza tão distinta, indicativo de falta de confiança, estejam positivamente relacionados com as demais variáveis sintetizadas no primeiro fator.

Knack & Keefer (1997) ressaltam o potencial efeito da criminalidade: em comunidades sem confiança, onde o capital social é baixo, as pessoas preocupam-se em proteger-se dos demais, seja por medo de violência física ou da violação dos contratos ou dos direitos de propriedade – o que demanda contratos extensos, onde todas as cláusulas são minimamente descritas. É possível, então, que o civismo e o associativismo estejam ocorrendo em municípios onde a falta de confiança não é impeditiva ou, ao contrário, ocorram a despeito da falta de confiança entre os agentes, seja por estes já estarem “acostumados” a ela ou desenvolvido mecanismos de proteção ou prevenção de comportamentos desonestos ou perigosos. Parece, então, que as falhas nas condições de segurança pública não estão intimidando ou diminuindo o potencial de associação ou civismo dos municípios. Por outro lado, esta constatação pode ser considerada muito negativa, pois, ao invés de reunir esforços para diminuir a falta de confiança, os residentes nos municípios paulistas estão encontrando substitutos para ela, por meio da proteção individualizada.

O segundo fator (F2), responsável por 10,1% da variância total, engloba duas variáveis relacionadas à política, ambas com sinais positivos: as afiliações a partidos políticos e o número de organizações políticas. É provável que a existência de organizações políticas esteja influenciando a participação dos eleitores dos municípios paulistas: naquelas localidades onde há e atuam as organizações os munícipes podem ter mais contato com os ideais partidários e sentirem-se motivados a afiliarem-se a eles.

Além das variáveis relacionadas ao envolvimento político dos eleitores, o segundo fator também engloba o número de edificações

destinadas à convivência social e o número de igrejas *per capita* presentes nos municípios paulistas. Ao contrário daquelas abrangidas no primeiro fator, nestas associações não é necessário a “afiliação” dos seus membros: ninguém é “sócio” de uma igreja ou de uma entidade de convivência social,¹³⁶ da mesma maneira que é associado ao Rotary ou ao Lions. Cabe lembrar que as diferentes entidades religiosas incentivam e difundem o associativismo, em diferentes formas: grupos de formação, discussão ou divulgação da religião; agremiações de crianças, jovens, adultos, casais e “terceira idade”; planejamento e realização de festejos; auxílio para necessitados. É fundamental a qualquer uma destas associações a organização voluntária das pessoas, sem necessidade de afiliação prévia ou envolvimento de quaisquer desembolsos financeiros diretos. O estabelecimento e manutenção de relacionamento associativo entre as pessoas podem ser considerados, então, sub-produtos da busca de conforto espiritual. Outro caráter positivo da presença das igrejas neste segundo fator é o fato de que a manutenção e sobrevivência destas instituições dependem do compromisso individual de seus fiéis, tanto por meio de doações monetárias, mas principalmente da dedicação de tempo e capacidade profissional. De forma similar pode ser entendido o funcionamento dos centros de convivência: a promoção do associativismo é um sub-produto dos objetivos principais, sem que os participantes tenham este objetivo como primordial. Assim, é possível que motivações pessoais similares estejam relacionadas à existência de igrejas e centros de convivência social: não é necessária a afiliação formal, o comparecimento ou a

¹³⁶ Lembrando que as edificações destinadas à convivência social são os centros comunitários de convivência, os centros de juventude, os clubes da “terceira idade”, oficinas culturais e oficinas de capacitação profissional.

presença é relativamente livre e não existe recompensa monetária para a participação.

Por sua vez, o terceiro fator (F3) responde por 6,8% da variância total das variáveis, englobando aquelas referentes ao percentual de produtores rurais afiliados a associações, cooperativas e sindicatos. Este fator sintetiza, então, a adesão a entidades representativas de um conjunto específico de profissionais – os produtores rurais. Muito embora seja pronunciada a finalidade econômica para a afiliação a uma cooperativa, associação ou sindicato, não pode ser esquecida a relação de confiança estabelecida entre os sócios, e entre estes e os membros da diretoria. Assim, às vezes, mais do que os ganhos financeiros, a cooperativa ou associação tem em seus associados e na confiança depositada no corpo diretor o principal ativo para sua sobrevivência. Dois trabalhos confirmam esta hipótese: para Nascimento (2000), o capital social traduzido na confiança depositada no presidente da associação faz a diferença na sua sobrevivência no longo prazo. A análise deste autor confirma a importância de uma liderança forte, capaz de motivar os produtores rurais, para a continuidade das relações comerciais em conjunto.¹³⁷ Outro trabalho trata da análise dos motivos relacionados à entrega da produção por parte dos associados de uma cooperativa de grãos.¹³⁸ Considerando-se os fatores que levam os quase 2.000 cooperados a entregar volume superior a 70% da colheita à

¹³⁷ NASCIMENTO, H.M. Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano. Campinas, 2000. 119p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

¹³⁸ Trabalho realizado pelo Superintendente de uma das maiores cooperativas de grãos do estado de São Paulo. O trabalho, divulgado com confidencialidade, apresenta os resultados de pesquisa de campo com os cooperados, buscando identificar os principais motivos para a entrega (ou não) da colheita de soja junto à cooperativa.

cooperativa, quase 65% dos entrevistados ressaltaram a “confiabilidade na cooperativa maior que em outras empresas concorrentes”; o preço pago pela cooperativa aparece como fator bem menos importante. Para quase 60% dos entrevistados, a razão é a “entrega habitual na cooperativa”, percentual similar à “afinidade com a cooperativa”. Estes dois motivos podem ser considerados sinônimos da credibilidade nas estratégias comerciais da cooperativa e na boa relação cooperativista com os produtores, confirmando, assim, a importância da confiança na diretoria e nos demais sócios.

Em que pese a motivação econômica das variáveis incluídas no terceiro fator, com vistas à melhoria nas condições comerciais e produtivas no meio rural, Putnam (1993a) não exclui as cooperativas e associações do seu escopo de análise, uma vez que as trata como organizações “horizontais”, onde os participantes têm a mesmo *status* político. No que tange aos sindicatos, Putnam (1993a, p.106) alerta que naqueles países onde a sindicalização é obrigatória, “a afiliação a sindicatos é involuntária e assim, tem pouca importância cívica”. Na Itália, ao contrário, a sindicalização é livre e também positivamente relacionada às regiões mais cívicas e com maior modernidade econômica, sem diferencial de atividade econômica ou classe social. Entretanto, Putnam faz menção ao trabalho de Coi (1979),¹³⁹ que relata o fato da sindicalização ocorrer com mais frequência entre os servidores públicos e no setor agropecuário. Com base nestes dois trabalhos, é possível compreender a inclusão da variável PRODSIND nesta pesquisa, sintetizada no terceiro fator. Entende-se que no caso

¹³⁹ COI, S. Sindicati in Italia: iscritti, apparato, finanziamento. **Il Mulino**, v.28, p.201-242, 1979.

específico da agricultura a associação a um sindicato é feita de forma mais voluntária que nos demais setores, que exigem a sindicalização por força de lei. Acredita-se, pois, que a variável represente, de fato, uma manifestação de associativismo, ou seja, de capital social. Pode-se também compreender a exclusão da variável que representa o número de organizações sindicais presentes no município, com base nos dados da RAIS (Brasil, 2002), do processo de análise fatorial. É possível que esta variável não esteja refletindo prontamente o associativismo, da mesma forma que as demais variáveis estão, uma vez que a exigibilidade legal pode ter “inflacionado” artificialmente o número de sindicatos.

O quarto fator representativo do capital social (F4) é responsável por 6,1% da variância total das variáveis e engloba as entidades filantrópicas e as associações desportivas existentes nos municípios do estado de São Paulo. As duas variáveis abrangidas por este fator, ao contrário do anterior, não estão diretamente relacionadas a fins econômicos. A existência de entidades registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), do Ministério da Assistência Social, num município demonstra a vontade e a capacidade de organização das pessoas, que trabalham para concretizar o desejo de construir uma entidade filantrópica em prol de terceiros, nas áreas social, de saúde ou educação. Estas organizações não são tão informais quanto as entidades religiosas listadas no segundo fator; para o cadastramento e recebimento do CNAS é necessário comprovar a existência de uma série de exigências, inclusive demonstrando a capacidade de captação e de realização de investimentos financeiros e a existência de quadro diretor e consultivo. O estabelecimento destas instituições filantrópicas não

traz vantagem econômica imediata e aparente em termos individuais, entretanto a sua existência pode significar que no município existe preocupação dos residentes com a filantropia e não somente com problemas individuais. As entidades destinadas às práticas esportivas à semelhança das entidades filantrópicas e de outras associações já comentadas, também permitem o inter-relacionamento entre as diferentes pessoas, sem o objetivo direto de estabelecer vínculos econômicos. Segundo São Paulo (2000, tomo II, p.73), o desenvolvimento de atividades físicas, seja, amadorística ou profissionalmente “é uma das melhores formas de aproximar as pessoas”. A existência, pelo menos, de instalações esportivas pode ser uma aproximação razoável do capital social existente no município; isto porque demonstra iniciativas tanto do poder público como do setor privado para incentivar atividades físicas em grupos, facilitando o inter-relacionamento entre as pessoas.

À semelhança do terceiro, o quinto fator (F6), responsável por 5,3% da variância total, também está diretamente relacionado ao interesse econômico, uma vez que congrega as variáveis relacionadas ao número de cooperativas e organizações profissionais. Estas duas instituições representam os profissionais de certa categoria profissional, colaborando para o fortalecimento das relações comerciais e produtivas. Conforme já comentado, muito embora exista, de fato, vantagem econômica direta aos associados de uma cooperativa, somente com a presença de relações de confiança é possível a sobrevivência destas no longo prazo. Da mesma forma ocorre com as organizações profissionais: não existe representatividade da instituição se não houver confiança entre aqueles que delas fazem parte.

O sexto fator (F6), responsável por 4,8% da variância total, engloba os equipamentos culturais e as associações/grupos culturais, relação já evidenciada na matriz de correlações ($r=0,36159$, conforme Tabela 5). Aliás, o valor constante na matriz de correlação anti-imagem ($-0,34564$, com base na Tabela 6) evidencia a relação próxima entre estas duas variáveis, a despeito da presença das demais. Assim, talvez aqueles municípios que contam com estruturas físicas próprias para o desenvolvimento de atividades artísticas ou culturais podem estar abrindo espaço para o estabelecimento dos grupos. Em entrevista a Toledo (1994, p.10),¹⁴⁰ Putnam ressalta a importância dos espaços culturais no desenvolvimento do capital social. Destaca ainda os efeitos negativos da privatização do lazer, ou seja, do desfrute de momentos de lazer individualmente (assistir a televisão ou filmes ou ouvir música em casa). Este processo faz com que os indivíduos não sejam “mais levados a desenvolver a sociabilidade, nas nossas personalidades, no mesmo sentido amplo de antes”. A reclusão em casa isola as famílias da convivência social e, neste sentido, Putnam advoga em favor das entidades que permitem a inter-relação entre os indivíduos, sejam elas culturais ou esportivas. A participação neste tipo de associação “desenvolve o espírito de cooperação, assim como o senso de responsabilidade comum para com empreendimentos coletivos” (Putnam, 1993a, p.90). Por outro lado a existência de grupos artísticos também é ressaltada por Putnam (em entrevista a Toledo, 1994), a ponto de ele sintetizar as

¹⁴⁰ Muito embora irrelevante do ponto de vista científico, justifica-se a inclusão dos comentários realizados nesta entrevista no presente trabalho pelo fato de que nela Robert Putnam apresenta de maneira simplificada e instintiva as considerações teóricas de suas obras (Putnam 1993a, 1993b).

conclusões de sua pesquisa sobre o capital social na Itália na seguinte frase:

“se você me disser quantas sociedades corais havia numa determinada região da Itália em 1300, eu lhe direi em quantos dias, hoje, um cidadão tem suas contas médicas reembolsadas. As regiões italianas com mais grau de engajamento cívico horizontal na Idade Média são, ainda hoje, regiões de bom governo”.

Isto porque a participação em grupos corais, musicais ou folclóricos não tem o objetivo único de fama e sucesso financeiro (muito embora possa ser uma consequência futura) e sim a satisfação pessoal. A sobrevivência destes grupos depende muito mais da vontade individual de participar do que da existência de objetivos financeiros pronunciados, ou seja, depende das relações sociais entre os participantes.

Percebe-se, pois, o caráter diferenciado dos seis fatores que representam o capital social nos municípios paulistas, com base nas 22 variáveis escolhidas.¹⁴¹ Resumindo-os em uma expressão sintética, o primeiro fator (F1) é reduzido a “entidades sociais, meios de comunicação e falta de confiança”; o segundo (F2) a “entidades sociais voluntárias e interesse político”, o terceiro (F3) a

¹⁴¹ A literatura revista a respeito do processo de análise fatorial recomenda a atribuição de nomes aos fatores, de modo a sintetizar as variáveis que deles fazem parte, muito embora este procedimento não seja consensual entre os teóricos e práticos em análise multivariada de dados. Uma das sugestões é nomear o fator de acordo com o(s) escor(es) fatorial(is) mais elevados; ou seja, as variáveis mais importantes teriam mais peso na nomeação do fator (Hair et al., 1998, p.114). Entretanto, opta-se por não atribuir um nome específico aos fatores, tendo em vista que se acredita que todas as variáveis que deles fazem parte são igualmente importantes. A denominação sintética apresentada neste trabalho tem o intuito de simplesmente resumir os resultados obtidos e não substituir totalmente a compreensão do fator.

"associativismo no meio rural", F4 a "filantropia e desporto", F5 a "interesse econômico" e F6 a "entidades culturais".

5.3 Crescimento, desenvolvimento econômico e capital social no estado de São Paulo

Definidos os seis fatores que são indicadores do capital social existente nos municípios paulistas, o passo seguinte é o cálculo dos escores fatoriais, ou seja, das combinações lineares das variáveis indicativas de cada fator, atribuídas a cada uma das 582 observações (municípios).¹⁴²

Os escores fatoriais representam as seis diferentes manifestações do capital social para cada município; entretanto, é pouco proveitoso o debate individualizado a respeito das manifestações do associativismo em nível municipal, o que demandaria a análise caso a caso. Tendo em vista o objetivo de avaliar a contribuição do capital social ao crescimento e desenvolvimento econômico, é realizada a análise conjunta dos municípios, por meio da análise de regressão. O método escolhido é denominado *stepwise*, uma vez que permite a introdução das variáveis uma a uma, de acordo com critérios pré-estabelecidos de significância no teste F (valor 0,05 para entrada e 0,10 como limite máximo de significância para saída de variáveis no modelo de análise de regressão).

A primeira regressão ajustada usa como variável dependente o valor do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e como variáveis independentes os seis escores fatoriais calculados

¹⁴² Os escores fatoriais são calculados com base no método de regressão linear.

para os municípios paulistas. A Tabela 9 sintetiza os resultados obtidos e a Tabela 10 os coeficientes da regressão.

Tabela 9. Coeficientes de regressão linear múltipla e teste F – variável dependente: IDH-M.

Coeficiente/ teste	Valor
R múltiplo	0,67360
R ²	0,45374
R ² ajustado	0,44899
Erro padrão	0,02470
Teste F	95,52315
Significância do teste F	0,0000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 10. Coeficientes de regressão linear múltipla – variável dependente: IDH-M.

Variável	Coeficiente de regressão	Beta	Teste t
Constante	0,778104		759,256
F1	0,018633	0,559912	18,166
F4	0,007951	0,238940	7,752
F3	0,006173	0,185496	6,018
F5	0,005311	0,159583	5,178
F2	-0,005077	-0,152553	-4,949

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: o nível de significância do teste t é igual a 0,001 e as variáveis são apresentadas segundo a ordem de entrada na regressão

Os valores apresentados nas Tabelas 9 e 10 mostram que cinco das seis variáveis que representam os fatores (ou os escores fatoriais calculados para os 582 municípios paulistas) apresentaram a significância requerida no teste F. Da regressão fazem parte os fatores F1, F4, F3 e F5, cujos coeficientes apresentam o sinal positivo conforme esperado e o fator F2, que apresenta coeficiente de regressão negativo. Somente o sexto fator, relacionado ao número de

instituições e agrupamentos culturais, não faz parte da regressão ajustada para o IDH-M, pois extrapola o nível de significância.

O valor apresentado pelos coeficientes de determinação (R^2) e de determinação ajustado para graus de liberdade (R^2 ajustado) é de 0,45374 e 0,44899, respectivamente. Estes valores indicam que em torno de 45% da dispersão de valores apresentados pelo IDH-M são explicados pelas cinco variáveis que representam os escores fatoriais. Estes coeficientes são significativos estatisticamente. Os valores confirmam a importância do capital social na explicação do desenvolvimento desigual dos municípios do estado de São Paulo.

A relação entre os seis escores fatoriais referentes ao capital social presente nos municípios paulistas e o crescimento econômico é traduzida sob a forma de uma regressão múltipla na qual a variável dependente é a renda familiar *per capita*. Os resultados são apresentados nas Tabela 11 e 12.

Tabela 11. Coeficientes de regressão linear múltipla e teste F – variável dependente: renda familiar *per capita*.

Coeficiente/ teste	Valor
R múltiplo	0,75665
R^2	0,57251
R^2 ajustado	0,56879
Erro padrão	0,03089
Teste F	154,01349
Significância do teste F	0,0000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 12. Coeficientes de regressão linear múltipla – variável dependente: renda familiar *per capita*.

Variável	Coeficiente de regressão	Beta	Teste t
Constante	0,702699		548,375
F1	0,030547	0,649426	23,818
F2	-0,011530	-0,245136	-8,990
F4	0,010496	0,223144	8,184
F5	0,008362	0,177780	6,520
F3	0,004528	0,096267	3,531

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: o nível de significância do teste *t* é igual a 0,001 e as variáveis são apresentadas segundo a ordem de entrada na regressão

À semelhança da variável dependente IDH-M, da regressão com variável dependente renda familiar *per capita* também fazem parte os cinco primeiros fatores. A contribuição das variáveis que representam os escores fatoriais, de forma geral, confirmam a hipótese de que as diferentes manifestações do capital social são positivamente relacionadas ao crescimento econômico. Isto porque somente o segundo fator apresenta coeficiente negativo, ao contrário das demais variáveis que apresentam coeficientes positivos.

A variável que representa os escores fatoriais referentes ao segundo fator aparece com sinal negativo nas regressões ajustadas para o IDH-M e para a renda *per capita*. Parece, então, que as variáveis sintetizadas neste fator, relacionadas à participação eleitoral (organizações e afiliação política) e entidades religiosas e de convivência social, não estão surtindo os efeitos cívicos e associativos esperados e supostos, com base nas hipóteses deste trabalho, como positivos. Entretanto, explicações mais consistentes a respeito do comportamento destas variáveis também estão fora do escopo do trabalho. Pode-se especular, no máximo, a respeito de hipóteses:

talvez as associações estejam falhando na provisão de bens públicos e colaborando na constituição de bens privados, para desfrute somente por parte daqueles que são membros das associações. Também caberia uma investigação mais detalhada a respeito da qualidade e representatividade das organizações e afiliação política; se de fato são motivações cívicas que levam à afiliação partidária ou são outros os motivos.

Os valores dos coeficientes de determinação (R^2) e determinação ajustado para graus de liberdade (R^2 ajustado) em torno de 0,56 são considerados elevados, revelando a importância do capital social para determinação da renda *per capita* nos municípios paulistas.

O maior coeficiente e também o primeiro a ser introduzido em ambas as regressões é aquele relacionado a F1. Este primeiro fator é responsável por cerca de $\frac{1}{4}$ da variância total das 22 variáveis incluídas no processo de análise fatorial e sintetiza nove delas, relacionadas a entidades associativas, meios de comunicação, votos em legenda e confiança. Sendo o fator mais importante para explicar as diferenças no IDH-M e na renda *per capita*, pode-se chegar a resultados próximos àquele obtidos por Putnam (1993a). Em sua pesquisa, este autor obteve um único fator que sintetizava as atitudes cívicas e associativas dos residentes nas regiões italianas; este fator é formado por variáveis que representam as associações locais, a leitura de jornais, o comparecimento a referendos populares e o percentual de votos em legenda. Conclui que as regiões mais cívicas são positivamente correlacionadas à modernidade econômica e às condições de confiança. A análise das regressões realizada neste trabalho confirma parcialmente os resultados obtidos por Putnam

(1993a): a renda *per capita* e o índice utilizado para sintetizar o desenvolvimento econômico são positivamente influenciados pelos fatores que representam o estoque de capital social.

5.4 Aproximações e diferenças do capital social no estado de São Paulo e nas regiões italianas

Além de inspiração para a realização deste trabalho, as idéias de Putnam (1993a) formam o referencial teórico e o modelo para a análise empírica do comportamento do capital social no estado de São Paulo. Ambos os trabalhos analisam uma região geográfica que, geralmente, é considerada homogênea – apresentam-se dados e resultados a respeito do estado de São Paulo como um todo, da mesma forma que se discorre sobre a Itália – mas cuja observação mais detalhada revela diferenças importantes. O estado de São Paulo, assim como a Itália, possui municípios e regiões com diferentes dotações de recursos naturais, infra-estrutura física, disponibilidade de recursos financeiros, capacitação humana e também capital social. Cabe, então, espaço para a comparação dos resultados obtidos pelo trabalho de Putnam e pela pesquisa realizada no estado de São Paulo.

A metodologia quantitativa proposta por Putnam (1993a) aproxima-se daquela utilizada neste trabalho; ambos valem-se da análise fatorial, com base em componentes principais, de modo a sintetizar as variáveis representativas do capital social. Aliás, as variáveis submetidas à redução neste trabalho são escolhidas com base nos preceitos descritos ou considerados teoricamente pelo trabalho de Putnam. Entretanto, este autor realiza correlações para testar suas hipóteses a respeito da relação da comunidade cívica,

onde o capital social se faz presente, com o ambiente político, religioso, administrativo e a modernidade econômica das regiões italianas. Para analisar o relacionamento com o desenvolvimento e crescimento econômico em São Paulo, entretanto, são ajustadas regressões lineares múltiplas, de modo a perceber a contribuição do capital social.

Os resultados obtidos pelas duas pesquisas são relativamente similares. Putnam conclui que as manifestações cívicas e associativas do capital social são relacionadas às regiões italianas onde as condições econômicas são melhores – onde existe “modernidade econômica”. O presente trabalho atesta que o capital social é um importante elemento para explicar as diferenças no crescimento e no desenvolvimento econômico no estado de São Paulo.

Os dois trabalhos – este e o de Putnam (1993a) – distanciam-se, no entanto, em alguns pontos que devem ser comentados. Putnam conclui em seu trabalho que as regiões cívicas também são aquelas onde a confiança é maior. Seus indicadores de confiança consideram os resultados de pesquisas de opinião com os cidadãos italianos a respeito da percepção sobre o comportamento das demais pessoas, do Estado e dos governantes. Menciona também a criminalidade como relacionada à falta de civismo: “nas regiões menos cívicas, quase todos esperam que os outros violem as regras. Parece tolice obedecer às regras de trânsito, às leis do fisco ou às normas previdenciárias quando se espera que os demais venham a desobedecê-las” (Putnam, 1993, p.111). Não existe nenhuma pesquisa similar realizada para os municípios do estado de São Paulo; a *proxy* utilizada para representar a (falta de) confiança é baseada nos registros de ocorrências policiais de crimes contra o patrimônio. A

consideração desta variável não só é uma limitação importante, como um ponto de distanciamento dos resultados obtidos pelos dois trabalhos. A síntese de CRIMPATR no primeiro fator, juntamente com as demais variáveis que representam virtudes associativas e cívicas, conduz a resultados e conclusões diferentes daquelas obtidas por Putnam (1993a). Primeiro, porque nos municípios paulistas a falta de confiança parece não ser impeditivo para a existência de associativismo e civismo ou, ao contrário, a associação e a vida cívica estejam ocorrendo apesar da falta de confiança. Em segundo lugar, parece paradoxal que CRIMPATR faça parte do fator mais importante para diferenciar o nível de crescimento e desenvolvimento econômicos dos municípios, segundo os resultados da análise de regressão. Esperar-se-ia que os prognósticos de Stern (1991) se confirmassem:

“um sistema no qual os indivíduos comportam-se desonestamente ou onde a burocracia é obstrutiva, ou onde os direitos de propriedade não são claros, pode levar a uma alocação ineficiente dos recursos visando à proteção contra a desonestidade, o contorno da burocracia ou à execução dos direitos de propriedade. Os custos envolvidos e a distorção nos incentivos podem constituir sérios impedimentos ao crescimento.”

Ou seja, era esperado que os crimes contra o patrimônio fossem negativamente relacionados às variáveis que representam o civismo e o associativismo e também que a falta de confiança se relacionasse negativamente ao crescimento e desenvolvimento econômico. Não cabe discutir neste trabalho a origem e as causas da criminalidade, que conduziria a searas próprias de outras ciências humanas e sociais. O que é possível inferir, neste caso, é que a falta de confiança

pode estar sendo substituída por outros elementos – pode ser que a proteção individual ou o estabelecimento de contratos entre os agentes econômicos estejam sendo substitutos para o *enforcement* da legislação de convivência social. Cabe questionar quais os custos sociais e financeiros desta proteção, repassados aos investidores, aos consumidores, ao estado, ao país.

Outra diferença entre este e o trabalho de Putnam (1993a) é o longo período, medido em décadas, que Putnam e sua equipe passaram analisando as vinte regiões italianas, que permitiu a realização, inclusive, de abordagens qualitativas e não somente quantitativas a respeito das manifestações do capital social. Ao optar-se pela compreensão do estado de São Paulo com base em dados municipais, a análise qualitativa foi preterida por uma abordagem mais simplificada.

Mas talvez a principal diferença entre a análise do capital social existente no estado de São Paulo e nas regiões italianas seja a análise histórica realizada por Putnam (1993a) a respeito das origens da “comunidade cívica”. Busca-se na constituição das regiões italianas e na organização político-social do passado as raízes das condições cívicas encontradas no presente. No caso de São Paulo, a descrição da conformação econômica histórica, que suporta as diferenças recentes quanto ao crescimento e desenvolvimento desigual, não é, e nem pretende ser, uma base para explicar a formação do estoque atual de capital social.

Acredita-se, entretanto, com base neste e no trabalho de Putnam (1993a), que o estoque de capital social presente relaciona-se com o estoque passado, tendo em vista a morosidade para mudança

nas condições cívicas, associativas e na confiança. Estes trabalhos concluem que as condições sociais, ou o capital social, existente em determinada região no passado relaciona-se com as condições econômicas do presente. Um deles é o trabalho de Putnam (1993a), que conclui que as regiões cívicas no início do século XX, são as mesmas onde o civismo se manifesta mais fortemente na década de 1970 e também aquelas onde o desempenho das instituições e as manifestações de desenvolvimento são mais fortes na década de 1980. Ao contrário, as regiões onde o desenvolvimento sócio-econômico era mais pronunciado no início do século não são aquelas onde o desenvolvimento é mais pronunciado na década de 1980. Putnam retoma as origens do civismo nas regiões italianas, remontando ao século XI, quando da delimitação dos governos regionais, ou seja, a conformação histórica das regiões determina as condições de civismo e desenvolvimento atuais.

O trabalho de Monastério (2002) investiga as origens do desenvolvimento desigual nas regiões do estado do Rio Grande do Sul. A Campanha (região sul do estado) é aquela onde o desenvolvimento é menos pronunciado e também aquela onde as manifestações presentes de capital social são menores. O autor investiga as origens desta desigualdade e conclui que o "legado da escravidão", existente no sul e não nas demais regiões do estado, deixou marcas na confiança, no associativismo e no civismo desta região. Este trabalho, juntamente com o de Putnam (1993a), mostra que o capital social é resultado de um processo histórico e que não se constrói em pouco tempo. As condições de associativismo e o civismo hoje podem, assim, serem considerados um resultado ou um estoque das condições sociais e políticas existentes no passado. É possível que

estas mesmas constatações se repitam no caso do estado de São Paulo; entretanto, o presente trabalho não tem como objetivo este tipo de investigação.

Esta pesquisa opta pela análise atual do crescimento e do desenvolvimento econômico, ao considerar somente os dados referentes a um momento no tempo. Esta opção conforma-se numa importante divergência para com a pesquisa de Putnam (1993a), tendo em vista o fato de que verifica a contribuição do estoque de capital social “atual” com aos indicadores de desenvolvimento e crescimento econômico “atuais”. Ideal mesmo seria uma análise da evolução do capital social em dois ou mais momentos do tempo, de modo a consolidar a relação positiva inter-temporal com o crescimento e o desenvolvimento (tal como já confirmado pela teoria com respeito ao capital humano). Assim, ante a realizar uma comparação direta dos resultados obtidos por Putnam (1993a) e pelo presente trabalho, há de se considerar as diferenças entre eles. Este fato, entretanto, não diminui a relevância dos resultados obtidos: o capital social é importante para explicar o processo de crescimento e desenvolvimento econômico nos municípios do estado de São Paulo.

6 CONCLUSÕES

Este trabalho tem o objetivo de analisar o estoque de capital social disponível nos municípios do estado de São Paulo. Para tanto, é seguidos o referencial teórico e a metodologia proposta por Robert Putnam (1993a), que se concentra na análise das “associações horizontais de indivíduos” para caracterizar as comunidades cívicas dentre as regiões italianas.

É possível observar desigualdades quanto ao crescimento ou desenvolvimento nos municípios de um mesmo estado, nos estados de um mesmo país e entre os diferentes países do mundo. Há décadas vêm sendo feitas pesquisas tentando “zerar o resíduo de Solow”, ou seja, descrever os elementos responsáveis pelo crescimento, sem que nenhum autor tenha obtido sucesso nesta empreitada. Entretanto, a Teoria Econômica vem colaborando na compreensão de elementos que possam vir a ser incorporados a este debate, entre eles o potencial efeito do capital social.

Intuitivamente, é possível defender os efeitos positivos do capital social no crescimento, seja em termos micro ou macroeconômicos, apoiando-se no círculo virtuoso apregoado pela literatura: associativismo/ civismo/confiança → facilidade no acesso e realização de transações econômicas → diminuição dos custos de transação → crescimento → desenvolvimento econômico. Entretanto, avaliar quantitativamente o capital social parece um caminho sujeito a

críticas de várias ordens, do qual este trabalho não está livre. Primeiro, porque cabe debate a respeito das variáveis utilizadas como aproximações, tendo em vista a inexistência de dados coletados especificamente para este fim. Segundo, porque a avaliação quantitativa pode fazer sombra à análise qualitativa. Por fim, mesmo que fosse possível realizar a abordagem qualitativa, ela estaria sujeita a críticas devido ao subjetivismo inerente à própria análise. Importantes organismos internacionais vêm conferindo destaque aos elementos sociais e sua influência e interferência no crescimento e desenvolvimento econômico, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. No Brasil, a pesquisa realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a respeito de “Associativismo, representação de interesses e intermediação política” no ano de 1996, talvez seja uma sinalização, mesmo que distante, da importância que os elementos sociais vêm obtendo.

A compreensão do desenvolvimento das regiões do estado de São Paulo, abordadas neste trabalho, trata das diferenças em termos da dotação de recursos naturais, do processo de acumulação de capital no setor privado, do papel do setor público no direcionamento de investimentos e recursos financeiros, do estabelecimento de atividades e setores produtivos, da educação e capacitação da população. As explicações prescindem da consideração das condições sociais ou das inter-relações entre os agentes econômicos. Assim, busca-se com esta pesquisa incorporar a este debate o papel do capital social, com o intuito de verificar e compreender qual a contribuição de suas manifestações para o crescimento e desenvolvimento econômicos.

São descritos, inicialmente, alguns elementos representativos do capital social nos municípios paulistas, com base nos preceitos teóricos, utilizando-se aproximações (*proxies*) para representar o associativismo, o civismo e a confiança; cumpre-se, assim, um dos objetivos pretendidos pelo trabalho. A vida associativa reflete-se na presença de organizações e entidades que contribuem para a socialização dos indivíduos, favorecendo as inter-relações humanas. O civismo, outra face do capital social, pode ser verificado na participação eleitoral e nos meios de comunicação em massa, que possibilitam o envolvimento em assuntos coletivos municipais. Na ausência de variável que melhor representa a confiabilidade, é utilizada a criminalidade como uma aproximação da falta de confiança. O grupo de variáveis escolhidas é considerado adequado para sintetizar as manifestações do capital social, uma vez que apresentam a abrangência requerida (dados em base municipal), são relativamente recentes e mostram-se adequados ao processo de análise fatorial e de regressão múltipla.

Por meio da análise fatorial, com base no método de componentes principais, é possível a compreensão das inter-relações entre as variáveis. São obtidos seis fatores indicativos do capital social no estado de São Paulo que explicam 58,6% da variância total das 22 variáveis, cumprindo outro objetivo proposto para este trabalho. O primeiro fator (F1) relaciona-se a organizações associativistas urbanas, cuja participação é voluntária mas depende da afiliação dos seus membros; ou seja, há relativo grau de comprometimento dos associados com as organizações de F1. Além destas variáveis, estão presentes os meios de comunicação e o percentual de votos em legenda, consideradas variáveis indicativas do

grau de civismo do município. Inexplicavelmente, em F1 é também sintetizada a variável que representa a falta de confiança. O fator F2 abrange dois tipos de variáveis: aquelas que representam a participação eleitoral e entidades associativistas abertas (religiosas e de convivência social). Estas instituições não têm fins econômicos e a participação é mais ampla e democrática que as instituições agregadas no fator 1, sem exigir a associação formal, frequência e nem o aval de quem já participa dela (ao contrário das instituições de F1, que demandam o convite e/ou a aceitação dos demais membros). O terceiro fator sintetiza as variáveis relativas ao associativismo, cooperação e sindicalização no meio rural. São variáveis ligadas a evidente interesse econômico, muito embora acredita-se que seja fundamental a confiança entre os indivíduos para a constituição e manutenção das instituições representadas neste fator. As entidades desportivas e filantrópicas são representadas em F4. O fator número cinco relaciona-se a instituições no qual a finalidade econômica também se faz presente – cooperativas e organizações profissionais. Por fim, o sexto fator pode ser caracterizado pelos equipamentos e agrupamentos relacionados com manifestações artístico-culturais.

O ajuste de uma regressão linear múltipla (pelo método *stepwise*) evidencia a relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que representa o desenvolvimento dos municípios, e os escores fatoriais que sintetizam o capital social. O coeficiente de determinação ajustado da regressão (0,44899) é significativo estatisticamente e sinaliza que, de fato, o estoque de capital social disponível em nível municipal interfere nas condições de desenvolvimento dos municípios. À exceção do segundo fator, que

obteve coeficiente negativo, os demais fatores que fazem parte da regressão (F1, F3, F4 e F5) apresentaram sinais conforme esperado.

Por meio do ajuste de uma regressão linear múltipla, na qual a renda *per capita* é a variável dependente, é possível verificar que o capital social também tem papel positivo na compreensão do crescimento econômico dos municípios. O coeficiente de determinação ajustado (0,56879, também estatisticamente significativo a 1%), revela a relação positiva entre os escores fatoriais que representam o capital social e a variável que sintetiza o crescimento econômico. Deve-se ressaltar que somente um dos fatores (F6) é desconsiderado pelo método *stepwise*; os fatores F1, F3, F4 e F5 apresentam sinal positivo, conforme esperado. Conclui-se pois que as manifestações do capital social influenciam positivamente a renda *per capita* nos municípios paulistas.

Os procedimentos de análise fatorial, com base nos componentes principais, e de análise de regressão (pelo método *stepwise*) mostram-se adequados para avaliar a importância do capital social para o crescimento e desenvolvimento econômico dos municípios paulistas.

A contribuição deste trabalho, conforme pretendido, é atestar a existência de relação positiva entre as variáveis que representam manifestações de capital social, de acordo com as aproximações realizadas, e aquelas que sintetizam o crescimento e o desenvolvimento econômico no estado de São Paulo. Estas constatações geram subsídios para que atitudes e atividades que incentivem e reforcem o associativismo, o civismo e a confiança, sejam realizadas em níveis municipal ou regional.

É necessário, entretanto, apresentar as limitações desta pesquisa, com o objetivo adicional de motivar a realização de futuros trabalhos. Ao optar pela abordagem do capital social com base em dados municipais, esta pesquisa conta com dificuldades práticas, tendo em vista a dificuldade de obtenção de bases de dados assemelhadas a um censo – que abordassem a totalidade de municípios. Tal fato faz com que as variáveis sejam analisadas em termos quantitativos, uma vez que se torna inviável a análise qualitativa das manifestações do capital social em todos os municípios paulistas. Daí a necessidade de serem consideradas as três hipóteses que regem os resultados e conclusões desta pesquisa: a de que ocorre a efetiva participação dos munícipes nas organizações associativas e cívicas; a de que a existência de qualquer manifestação associativa ou cívica é considerada melhor que a não existência; e a de que quanto maiores as manifestações de associativismo, civismo ou confiança, em melhor situação estará o município. Muito embora estas hipóteses não sejam equivalentes a uma análise qualitativa mais aprofundada, são consideradas como substitutas a elas; entretanto não devem ser relevadas as limitações decorrentes desta abordagem quantitativa das aproximações de capital social no estado de São Paulo.

Talvez a principal limitação das conclusões advindas da pesquisa seja decorrente da análise pontual (ou atual) do crescimento e do desenvolvimento. Conclui-se pela existência de relação positiva entre capital social, crescimento e desenvolvimento econômico, sem que seja possível explicar as origens ou o comportamento destes elementos ao longo do tempo. Pode-se constatar que, com base nas variáveis utilizadas na pesquisa, atualmente existe relação entre

capital social, crescimento e desenvolvimento. Nada além disto pode ser concluído, nem mesmo qual a relação de causalidade entre estes aspectos (se o capital social antecede o crescimento/desenvolvimento ou é dele decorrente).

Justifica-se, entretanto, a análise pontual do desenvolvimento e do crescimento econômico tendo em vista o relativo imobilismo do estoque de capital social. Entende-se que, marginalmente e no curto-prazo, a evolução das variáveis que representam o capital social pouco reflitam alterações significativas no comportamento da sociedade. Até mesmo Putnam (1993a, p.184) ressalta que na “construção de instituições [...] o tempo é medido em décadas” e no desenvolvimento de “regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica” o processo é ainda mais demorado. Assim, talvez pouco se concluísse a respeito da contribuição do capital social ao processo de desenvolvimento e crescimento econômico dos municípios, comparando-se o estoque passado e presente. É possível que as variáveis escolhidas para representar o capital social fossem, no passado, condicionadas por aspectos político-institucionais que não se reproduzem no presente, como por exemplo a legislação cooperativista ou a presença do regime político totalitário. Ou seja, talvez a comparação do estoque de capital social em momentos do tempo diferentes possa ser prejudicada pela própria natureza das variáveis escolhidas para representá-lo. Esta constatação, entretanto, não tira o mérito e a relevância de se analisar o papel do capital social ao longo do tempo.

Ante a considerar as lentas transformações no ambiente institucional e social como uma fatalidade, pela qual deve-se lastimar – “Eu não viverei o suficiente para ver estas mudanças!” – as

conclusões deste trabalho devem ser entendidas como uma porta aberta: seja para investigações acadêmicas posteriores, seja para ações públicas e civis que incrementem o associativismo, o civismo e a confiança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAKER, D.A.; DAY, G.S. **Marketing research**. New York: John Willey, 1990. cap.17, p.543-569: Factor analysis.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v.4, n.2, p.379-397, abr./jun. 2000.
- ADELMAN, I.; TAFT-MORRIS, C. A factor analysis of the interrelationship between social and political variables and per capita gross national product. **Quarterly Journal of Economics**, v.79, n.4, p.555-578, Nov. 1965.
- ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras, 2002. 210p.
- ARAÚJO, M.F.I. Mapa da estrutura industrial e comercial do estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.1-2, p.53-66, jan./jun. 1999.
- AZZONI, C.R. A lógica da dispersão da indústria no estado de São Paulo. **Estudos Econômicos**, v.16, p.45-67, 1986. Número especial.
- AZZONI, C.R.; CAPELATO, R. *Ranking* das regiões paulistas segundo o potencial de mercado. **Economia & Empresa**, v.3, n.3, p.4-21, jul./set. 1996.

- AZZONI, C.R.; AKAYAMA, A.R.A.; YSAI, J.Y; SCHULTZ, F. Renda e condições sociais em regiões do estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.2, p.98-105, abr. 1994.
- BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 87p. (Texto para Discussão, 630)
- BARRO, R.J. Economic growth in a cross-section of countries. **The Quarterly Journal of Economics**, v.106, n.2, p.407-444, May 1991.
- BARRO, R.J.; SALA-I-MARTIN, X. **Economic growth**. New York: McGraw Hill, 1995. 539p.
- BARROS, A.L.M. Capital, produtividade e crescimento da agricultura: o Brasil de 1970 a 1995. Piracicaba, 1999. 149p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- BELIK, W.; BOLLIGER, F.P.; SILVA, J.G. Agroindústria paulista: heterogeneidade e reestruturação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n.1-2, p.103-111, jan./jun. 1999.
- BERNARDES, E.M. Desenvolvimento do Vale do Tietê-Paraná: um enfoque de estoques de capitais. Piracicaba, 2002. 139p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. Departamento de Emprego e Salário. Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho e Identificação Profissional. **Relação Anual de Informações Sociais 2001**: RAIS 2001 (compact disc). Brasília: MTE, 2002.

BRASIL. Ministério da Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. **Entidades registradas no CNAS**. <http://www.assistenciasocial.gov.br/cnas> (04 set. 2003)

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930 - 1995**. Campinas: Instituto de Economia, 1998a. 421p. (Coleção 30 Anos de Economia, 2)

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: Instituto de Economia, 1998b. 322p. (Coleção 30 Anos de Economia, 1)

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v.94, p.S95-S120, 1988. Supplement.

COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University, 1990. cap.12, p.300-321: Social capital.

COLLIER, P. **Social capital and poverty**. Washington: The World Bank/Social Capital Initiative, 1998. 28p. (Working Paper, 4)

DASGUPTA, P. Well-being and the extent of its realization in poor countries. **The Economic Journal**, v.100, n.400, p.1-32, 1990. Supplement.

DURSTON, J. Construindo capital social comunitario. **Revista de la Cepal**, v.69, p.103-118, dic. 1999.

EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. **World Development**, v.24, n.6, p.1119-1132, 1996.

- FELDMAN, T.R.; ASSAF, S. **Social capital**: conceptual frameworks and empirical evidence: an annotated bibliography. Washington: The World Bank/Social Capital Initiative, 1999. 39p. (Working Paper, 5)
- FERNANDES, R.; TONETO JUNIOR, R.; MOREIRA, G.R.C. Avaliação da qualidade dos postos de trabalho das Regiões Administrativas do estado de São Paulo: um estudo a partir dos dados da RAIS. **Economia Aplicada**, v.3, n.4, p.615-629, out./dez. 1999.
- FOX, J. How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico. **World Development**, v.24, n.6, p.1089-1103, 1996.
- FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 455p.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Espacialização da indústria paulista**. São Paulo: SEADE, 1990. (Coleção Economia Paulista, 4)
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Informações dos municípios paulistas**. <http://www.seade.sp.gov.br> (01 set. 2003a)
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Pesquisa municipal unificada**. <http://www.seade.sp.gov.br/pmu/> (28 ago. 2003b)
- GRANDE ORIENTE DE SÃO PAULO. **Lojas maçônicas**. <http://www.gosp.org.br> (30 set. 2003)

- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v.91, n.3, p.481-510, Nov. 1985.
- GREIF, A. Cultural beliefs and the organization of society: a historical and theoretical reflection on collectivist and individualist societies. **Journal of Political Economy**, v.102, n.5, p.912-950, 1994.
- GROOTAERT, C. **Social capital** the missing link? Washington: The World Bank/Social Capital Initiative, 1998. 22p. (Working Paper, 3)
- HAIR, J.F.J.; ANDERSON, R.E.; TATHAN, R.L.; BLACK, W.C. **Multivariate data analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 1998. cap.3, p.87-138: Factor analysis.
- HESPANHOL, A.N. Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina – SP. Rio Claro, 1996. 273p. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”.
- HOCKING, R.R. **Methods and applications of linear models: regression and the analysis of variance**. New York: John Wiley, 1996. cap.9: Influential observations in multiple linear regression, p.299-335.
- HOFFMANN, R. **Componentes principais e análise fatorial** Piracicaba: Esalq, Departamento de Economia, Administração e Sociologia, 1999. 40p. (Série Didática, 90)
- HOFFMANN, R.; VIEIRA, S. **Análise de regressão: uma introdução à econometria**. São Paulo: Hucitec, 1998. 379p.

- JONES, C.I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 178p.
- KLIKSBURG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la Cepal**, v.69, p.85-102, dic. 1999.
- KNACK, S.; KEEFER, P. Does social capital have an economic payoff? A cross-country investigation. **Quarterly Journal of Economics**, v.112, n.4, p.1251-1288, 1997.
- LEME, M.C.; BIDERMAN, C. O mapa das desigualdades no estado de São Paulo. **Novos Estudos**, v.49, p.181-211, nov. 1997.
- LEVI, M. Social and unsocial capital: a review essay of Robert Putnam's *Making democracy work*. **Politics & Society**, v.24, n.1, p.45-55, Mar. 1996.
- LIONS CLUB. **Localizador do Lions Clube**. <http://www.lions.org.br> (30 ago. 2003)
- LONDREGAN, J.B.; POOLE, K.T. Poverty, the coup trap, and the seizure of executive power. **World Economics**, v.42, n.2, p.151-183, Jan. 1990.
- MALHOTRA, N.K. **Pesquisa em marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001. cap.19, p.503-523: Análise fatorial.
- MARTIN, N.B. O poder local e o desenvolvimento rural. **Informações Econômicas**, v.23, n.12, p.27-35, dez. 1993.
- MARTIN, N.B.; GONÇALVES, J.S.; OLIVEIRA, I.R.; SOUZA, S.A.M. A *performance* da agricultura do estado de São Paulo e das suas regiões agrícolas no pós-70. **Agricultura em São Paulo**, v.39, n.1, p.97-131, 1992.

- MOLINAS, J.R. The impact of inequality, gender, external assistance and social capital on local-level cooperation. **World Development**, v.26, n.3, p.1413-431, 1998.
- MONASTÉRIO, L.M. Capital social e a região sul do Rio Grande do Sul. Curitiba, 2002. 228p. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.
- NARAYAN, D.; PRITCHETT, L. Cents and sociability: household income and social capital in rural Tanzania. **Economic Development and Cultural Change**, v.47, n.4, p.871-897, July 1999.
- NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Unicamp, 1996. 242p.
- OLSON, M. **The rise and decline of nations**: economic growth, stagflation, and social rigidities. New Haven: Yale University, 1982.
- OLSON, M. **The logic of collective action**: public goods and the theory of groups. Cambridge: Harvard University, 1965. 186p. (reimpressão em 1990)
- PACHECO, C.A.; CANO, W.; TAPIA, J.B.; CAIADO, A.S.C. A nova realidade regional da indústria paulista: subsídios para a política de desenvolvimento regional. **Ensaio FEE**, v.1, n.16, p.242-276, 1995.
- PAULINO, L.A.; MONTORO, G. Desempenho exportador da indústria paulista. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.1-2, p.77-86, jan./jun. 1999.

- PINO, F.A.; FRANCISCO, V.L.F.S.; TORRES, A.J.; LORENA NETO, B.; CASER, D.V.; BIRAL, M.A.M. (Org.). **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do estado de São Paulo**. São Paulo: IEA/CATI/SAA, 1997. 4v.
- PORTES, A.; LANDOLT, P. The downside of social capital. **The American Prospect**, v.7, n.26, May/June 1996. 5p. <http://www.prospect.org> (28 July 2000)
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. <http://www.undp.org.br> (27 set. 2003)
- PRZEWORSKI, A.; ALVAREZ, M.; CHEIBUB, J.A.; LIMONGI, F. O que mantém as democracias? **Lua Nova**, n.40-41, p.113-135, 1997.
- PUTNAM, R. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University, 1993a. 258p.
- PUTNAM, R. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect**, v.4, n.13, 1993b. 9p. <http://www.prospect.org> (28 July 2000)
- ROSA, F. de Significância prática em análise multivariada: um caso de aplicação de análise fatorial em dados de potencial de mercado bancário no Brasil. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 4., São Paulo, 1999. **Textos completos**. <http://www.ead.fea.usp.br/Semead> (22 out. 2003)
- ROSE, R.; MISHLER, W.; HAERPFER, C. Social capital in civic and stressful societies. **Studies in Comparative International Development**, v.32, n.3, p.85-111, 1997.

- ROTARY INTERNATIONAL BRAZIL OFFICE. **Informações rotárias**.
<http://www.rotaryint.com.br> (08 set. 2003)
- RUMMEL, R.J. Understanding factor analysis. **Journal of Conflict Resolution**, v.11, n.4, p.444-480, Dec. 1967.
- SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa de São Paulo. Fórum São Paulo, Século XXI; FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Cadernos do Fórum**: São Paulo, Século XXI. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. 4v.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Economia e Planejamento; FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Guia Cultural do Estado de São Paulo** (compact disc). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa de São Paulo; FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Índice Paulista de Responsabilidade Social**. <http://www.al.sp.gov.br/iprs/> (22 set. 2003)
- SEN, A. The concept of development. In: CHENERY, H.; SRINIVASAN, T.N. (Ed.). **Handbook of development economics**. Amsterdam: North-Holland, 1995. cap.1, p.9-26. (Handbooks in Economics, 9)
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.
- SHARMA, S. **Applied multivariate techniques**. New York: John Wiley, 1996. cap.4, p.58-89: Principal components analysis.

- SILVA, V.M. **Os municípios paulistas e o federalismo fiscal brasileiro**. São Paulo: IMESP/CEPAM, 1995. 132p.
- STERN, N. The determinants of growth. **The Economic Journal**, v.101, n.404, p.122-133, Jan. 1991.
- STERN, N. **Growth theories, old and new, and the role of agriculture in economic development**. London: Suntory-Toyota International Center for Economics and Related Disciplines/London School of Economics, 1994. 149p. (Paper, 17/42)
- STERN, N. A strategy for development. In: PLESKOVIC, B.; STERN, N. **Annual World Bank Conference on Development Economics 2001/2002**. Washington: World Bank/Oxford University, 2002. 269p.
- TAYLOR, M.; SINGLETON, S. The communal resource: transaction costs and the solution of collective action problem. **Politics & Society**, v.21, n.2, p.195-214, June 1993.
- TENDLER, J.; FREEDHEIM, S. Trust in a rent-seeking world: health and government transformed in northeast Brazil. **World Development**, v.22, n.12, p.1771-1791, 1994.
- TOLEDO, R.P. de A era do egoísmo: entrevista com Robert Putnam. **Veja**, v.20, n.38, p.7-10, maio 1994.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Sistema de Divulgação de Resultados das Eleições**. <http://www.tse.gov.br/eleicoes/eleicoes2000/> (02 set. 2003)

UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL. Região de São Paulo. **Relação de grupos escoteiros**. <http://escotismo.org.br/relgrupos.htm> (03 set. 2003)

WARNER, M. Social capital construction and the role of the local state. **Rural Sociology**, v.64, n.3, p.373-393, 1999.

WISE, T.A. Economics of sustainability: the social dimension. In: HARRY, J.M.; WISE, T.A.; GALLAGHER, K.P.; GOODWIN, N.R. **A survey of sustainable development**: social and economic dimensions. Washington: Island, 2001. p.47-78.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, v.27, n.2, p.151-208, 1998.

APÊNDICE

Resultados da análise fatorial

Tabela 13. Autovalores, percentual de variância e percentual de variância acumulada nos fatores representativos do capital social.

Nº do fator	Autovalor	% de variância	% de variância acumulada
1	5,58490	25,386	25,386
2	2,22444	10,111	35,497
3	1,49298	6,786	42,283
4	1,34104	6,096	48,379
5	1,18931	5,406	53,785
6	1,05745	4,807	58,591
7	0,86202	3,918	62,510
8	0,76073	3,458	65,968
9	0,74810	3,400	69,368
10	0,70231	3,192	72,560
11	0,66674	3,031	75,591
12	0,64394	2,927	78,518
13	0,61019	2,774	81,292
14	0,56177	2,554	83,845
15	0,53207	2,419	86,264
16	0,51750	2,352	88,616
17	0,50108	2,278	90,894
18	0,46649	2,120	93,014
19	0,43867	1,994	95,008
20	0,38077	1,731	96,739
21	0,36321	1,651	98,390
22	0,35428	1,610	100,000

Fonte: Resultados da pesquisa.